

REVISTA PHILOLOGUS

ISSN 1413-6457



**Rio de Janeiro – Ano 14 – Nº 40
Janeiro/Abril – 2008**

R454

Revista Philologus / Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos. – Ano 14, Nº 40, (jan./abr.2008) – Rio de Janeiro: CiFEFiL. 168 p.

**Quadrimestral
ISSN 1413-6457**

**1. Filologia – Periódicos. 2. Linguística – Periódicos.
I. Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos**

CDU 801 (05)

EXPEDIENTE

A *Revista Philologus* é um periódico quadrimestral do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL) que se destina a veicular a transmissão e a produção de conhecimentos e reflexões científicas, desta entidade, nas áreas de Filologia e de Linguística por ela abrangidas.

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Editora

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL)

Rua Visconde de Niterói, 512 / 97 – 20.943-000 – Rio de Janeiro – RJ

pereira@filologia.org.br – (21) 2569-0276 e www.filologia.org.br/revista

Diretor-Presidente:

Prof. Dr. José Pereira da Silva

Vice-Diretora:

Profa. Me. Cristina Alves de Brito

Primeira Secretária:

Profa. Dra. Delia Cambeiro Praça

Segundo Secretário:

Prof. Dr. Sérgio Arruda de Moura

Diretor de Publicações

Prof. Dr. Amós Coêlho da Silva

Vice-Diretor de Publicações

Prof. Dr. Alfredo Maceira Rodríguez

Equipe de Apoio Editorial

Constituída pelos Diretores e Secretários do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL). Esta Equipe é a responsável pelo recebimento e avaliação dos trabalhos encaminhados para publicação nesta *Revista*.

Redator-Chefe:

José Pereira da Silva

Conselho Editorial

José Mario Botelho

Maria Lúcia Mexias Simon

Álvaro Alfredo Bragança Júnior

Nataniel dos Santos Gomes

Carmem Lúcia Pereira Praxedes

Delia Cambeiro Praça

Claudio Cezar Henriques

Ruy Magalhães de Araujo

José Pereira da Silva

Vito César de Oliveira Manzolillo

Diagramação, editoração e edição

José Pereira da Silva

Projeto de capa:

Emmanuel Macedo Tavares

Distribuição

A *Revista Philologus* tem sua distribuição endereçada a Instituições de Ensino, Centros, Órgãos e Institutos de Estudos e Pesquisa e a quaisquer outras entidades ou pessoas interessadas em seu recebimento mediante pedido e pagamento das taxas postais correspondentes.

REVISTA PHILOGOGUS VIRTUAL

www.filologia.org.br/revista

SUMÁRIO

0.	EDITORIAL.....	5
1.	A HESITAÇÃO: UM FATOR DE PROCESSAMENTO LINGÜÍSTICO NO TEXTO FALADO – <i>Carmen Elena das Chagas</i>	7
2.	A INFLUÊNCIA DOS ESTRANGEIRISMOS NA LÍNGUA PORTUGUESA: UM PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO, IDEOLOGIA E COMUNICAÇÃO – <i>Miguel Ventura Santos Gois</i>	14
3.	ABORDAGEM SEMIÓTICA DE <i>A RAPOSA E O BODE</i> (ESOPO) – <i>Miguél Eugenio Almeida</i>	35
4.	APROXIMAÇÕES E FUGAS ENTRE O CETICISMO, WITTGENSTEIN E A SEMIOLINGÜÍSTICA – <i>Michelle Gomes Alonso Dominguez</i>	43
5.	AS EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS E O ENSINO DA LÍNGUA ESPANHOLA – <i>David Sena Lemos</i>	63
6.	BAKHTIN E AS IDENTIDADES SOCIAIS: UMA POSSÍVEL CONSTRUÇÃO DE CONCEITOS – <i>Petrilson Alan Pinheiro</i>	77
7.	DISCURSO DO CONHECIMENTO: SUJEITO, LEITURA E INTERPRETABILIDADE – <i>Eliana Meneses de Melo</i>	86
8.	DIVERGÊNCIAS TEÓRICAS NA CATEGORIZAÇÃO SINTÁTICA DO SN E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O RECONHECIMENTO DA CONVERGÊNCIA – <i>Bruna Karla Pereira</i>	101
9.	DO LATIM AO BRASILEIRO: PANORAMA EVOLUTIVO DA LÍNGUA PORTUGUESA – <i>Paulo Vítor Mattos Silva</i>	113
10.	ESBOÇO PARA UMA TEORIA ENUNCIATIVA EM FOUCAULT - BRUNO DEUS-DARÁ	123
11.	GREGÓRIO DE MATOS – <i>Emmanuel Pereira Filho</i>	135

RESENHAS

1.	PERSPECTIVAS DA PESQUISA ATUAL DO PORTUGUÊS DO BRASIL – <i>Marcelo Módolo</i>	157
2.	<i>PERIFERIAS</i> OU A VIAGEM DA LÍNGUA – <i>Adelto Gonçalves</i>	162
3.	O ESTRUTURALISMO NA DESCRIÇÃO GRAMATICAL DO PORTUGUÊS – <i>José Pereira da Silva</i>	165

EDITORIAL

O Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos tem o prazer de apresentar-lhe o número 40 de sua *Revista Philologus*, com onze artigos e três resenhas, de autoria dos seguintes professores, filólogos ou linguístas: Adeldo Gonçalves (162-164), Bruna Karla Pereira (101-112), Bruno Deusdará (123-134), Carmen Elena das Chagas (7-13), David Sena Lemos (63-76), Eliana Meneses de Melo (86-100), Emmanuel Pereira Filho¹ (135-156), José Pereira da Silva (165-168) Marcelo Módolo (157-161), Michelle Gomes Alonso Dominguez (43-62), Miguél Eugenio Almeida (35-42), Miguel Ventura Santos Gois (14-34), Paulo Vítor Mattos Silva (113-122) e Petrilson Alan Pinheiro (77-85).

Como se vê, apesar de diminuído a quantidade de contribuições, este número vem com algumas páginas a mais que os anteriores, inclusive com a reedição de um artigo sobre Gregório de Matos, do brilhante filólogo Emmanuel Pereira Filho, inspirador dos trabalhos do Prof. Leodegário A. de Azevedo Filho (um de seus editores póstumos) sobre a poesia lírica de Camões, que vem aqui lembrado ainda com duas resenhas.

Com base nos princípios da Linguística Textual e da Análise do Discurso, sob a ótica da Referenciação, a Profa. Carmen chama a atenção para a hesitação como “um fator de processamento linguístico no texto falado”.

Miguel Ventura trata do estrangeirismo principalmente como uma consequência da globalização, servindo, por sua parte, como um dos meios pelos quais esta se difunde mais rápida e eficientemente.

A aplicação da Semiótica ao estudo de uma fábula de Fedonos faz refletir sobre a construção e análise textual a partir da visão greimasiana do Professor Miguél.

A Análise do Discurso na perspectiva Semiolinguística, proposta por Charaudeau, parece encontrar no ceticismo seu fundamen-

¹ O artigo de Emmanuel Pereira Filho é uma edição póstuma preparada por nós para este periódico a partir da conferência proferida no PEN CLUBE DO BRASIL em 1967.

to, reflete Michelle em seu artigo.

Discutindo as metodologias do ensino de espanhol na educação básica como língua estrangeira, David chama a atenção para a utilidade especial do estudo das expressões idiomáticas e suas origens.

Tentando “investigar a construção das identidades sociais a partir de uma perspectiva sócio-histórica do discurso” do ponto de vista bakhtiniano, Petrilson demonstra ser possível a construção de conceitos a partir da observação de sua própria realidade. Enfim, é indispensável conseguir fazer uma leitura do mundo porque esta é a prova concreta de que se assenhoreou do Discurso do Conhecimento, como se pode ver no artigo de Eliana.

Bruna preocupada com a descrição do sintagma nominal e Paulo, com a diacronia do português desde o latim, levam-nos a outras discussões no artigo seguinte, em que Bruno discute “as contribuições de Michel Foucault a uma abordagem enunciativa dos estudos da linguagem” dentro dos pressupostos da Análise do Discurso.

Dentro da limitação de duas páginas, esta é uma síntese possível do que apresenta este número da *Revista Philologus*, acrescentando-se o que disse Módolo, na primeira resenha: “A seção de História da Língua, [...] enfatiza a importância das fontes e da perspectiva regional nos estudos sobre a formação do português brasileiro” nas perspectivas da pesquisa lingüística atual.

A Direção da *Revista Philologus* e do CiFEFiL pede a contribuição dos colegas com as suas críticas e sugestões para que os seus serviços possam melhorar, apesar dos poucos recursos de que dispõe. Além disso, lembra que todos estes artigos estarão disponibilizados na Internet (<http://www.filologia.org.br/revista>) para que um maior número de usuários possa usufruir deles.

Rio de Janeiro, abril de 2008.

José Pereira da Silva

**A HESITAÇÃO:
UM FATOR DE PROCESSAMENTO LINGÜÍSTICO
NO TEXTO FALADO**

Carmen Elena das Chagas (UFF)
(carmenelena@bol.com.br)

RESUMO

Este texto tem como objetivo analisar casos de processamento textual pelo emprego da estratégia de formulação – Hesitação – tendo como pressupostos teóricos os princípios da Lingüística Textual e da Análise do Discurso, sob a ótica da Referenciação. O *corpus* para a pesquisa é oriundo de gravações em interação face a face, constituindo um inquérito entre um documentador e 30 falantes, de sexo diferenciado, do 9º ano de escolaridade – 8ª série, cuja faixa etária é dos 14 aos 17 anos, de uma escola pública – CIEP Municipalizado 465 – Dr. Amílcar Pereira da Silva, no município de Quissamã (RJ). Dessa forma, construir o texto falado é proporcionar-lhe o planejamento, na medida em que se apresenta o processo de formulação e, conseqüentemente, acontece a progressão referencial do texto por meio da interação mútua entre os interlocutores.

Palavras-chave: hesitação; processamento referencial; texto falado.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os estudos de referenciação, especialmente, têm-se dedicado a entender o processamento cognitivo. Isso ocorre quando se procura compreender como o conhecimento de mundo é ativado para a construção do sentido e como a memória pode influenciar nesse processo. No lugar de identificar uma estabilidade *a priori* das entidades no mundo e na língua, é possível reconsiderar a questão partindo da instabilidade que constitui as categorias cognitivas e lingüísticas, bem como os seus processos de estabilização.

A referenciação é um problema de decisão de dependência que se coloca para os atores sociais e como eles o solucionam, selecionando uma categoria em vez de outra dentro de um contexto dado. Essa referenciação pode ser vista como um processo de construção de um caminho que liga denominações aproximadas que não são excluídas pela última seleção.

Uma interação organiza-se em tópicos, desenvolvidos pelos interlocutores do ato comunicativo. Esses tópicos são definidos se-

gundo uma perspectiva discursiva, a partir de traços importantes como a centração e a organicidade.

A estrutura tópica serve como um fio condutor de organização discursiva, constituindo um traço fundamental para definir os processos de entrosamento e colaboração entre os falantes na determinação dos núcleos comuns e para demonstrar a forma dinâmica pela qual a conversação se estrutura. Há uma linearidade na construção do tópico discursivo, que garante a organicidade da interação, pois o conjunto de relevâncias em foco em dado momento vai cedendo lugar a outros conjuntos de relevâncias, ligadas a aspectos antes marginais do tópico em desenvolvimento ou a novos conjuntos de mencionáveis que vão sendo introduzidos a partir dos já existentes.

A respeito dessa interação, pode-se pensar que o falante não está só interessado em trazer informações velhas ou novas, mas em desfazer crenças do ouvinte, pois, quando os interlocutores tendem a não compreender a informação a ser transmitida, isso pode gerar um momento de desvio do tópico, porque o objetivo comunicativo não se encaminhará para o esperado.

O produtor de um texto cumpre regras gerais de coerência e usa um número elevado dessas estratégias ou desses procedimentos eficientes para conseguir alcançar a coerência. Essas articulações cognitivas e sociais podem desenvolver pequenos cortes interpretativos quando o interlocutor se desvia do tópico ou quando algum turno parece incoerente com o turno anterior. O falante pode reagir quando uma tomada de turno anterior for brusca, pode acrescentar algum detalhe explicativo sobre um assunto ou usar uma troca de turno para uma ratificação. Tais estratégias fazem parte de um conjunto de elos comunicativos e interacionais usados para alcançar certos objetivos comunicativos.

A progressão textual pode se realizar por meio de atividades formulativas em que os interlocutores optam por introduzir no texto recorrências de variados tipos. No dizer de Rath (1979: p. 20), “o processo da construção textual com todos os seus desvios, reinícios, repetições e correções e é diretamente observável” Ou como diz Antos (1982: p. 183), o texto falado mantém explícitos todos os traços de seu *status nascendi*.

A interação comunicativa permite aos interlocutores do texto evitar perturbações previsíveis na comunicação ou sanar *on line* ou *a posteriori* conflitos efetivamente ocorridos. Isso ocorre por meio da introdução no texto de sinais de articulação ou de apoio textual e pela realização de atividades específicas como o emprego da hesitação.

A hesitação constitui uma evidência de que a fala é uma atividade administrada passo a passo e que planejamento e verbalização simultâneos têm conseqüência no controle do fluxo informacional. Assim, essa estratégia possui papéis importantes na fala, pois atua como uma atividade textual-discursiva no plano da formulação do texto. “A hesitação é a presença de atividades discursivas na materialidade linguística, evidenciada numa transcrição fiel da fala” (Marcuschi, 1999, p. 169-170).

CONSTITUIÇÃO DO CORPUS

O *corpus* oral para esta dissertação é proveniente de 03 (três) horas de gravação, feita no ano de 2005, por meio de interação face a face e se constitui de um inquérito formado por um diálogo entre documentador (professor) e 30 falantes (alunos), cuja faixa etária é dos 15 aos 17 anos, de sexo diferenciado (15 meninas e 15 meninos), cursando o 9º ano de escolaridade (8ª série) do Ensino Fundamental de uma escola pública municipal – CIEP Municipalizado 465 – Dr. Amílcar Pereira da Silva, em Quissamã (RJ). No decorrer da análise do texto, os alunos serão identificados como L1 (locutor 1) L2 (locutor 2), L3 (locutor 3) e assim sucessivamente. Esse *corpus* está dividido em oficinas e cada uma delas subdivida em unidades entonacionais.

ANÁLISE

A hesitação é parte da competência comunicativa em contextos interativos de natureza oral e não uma disfunção do falante.

(1)

L1 posso fazer uma pergunta? o que você tá::: pensando?
(risadas)

Doc.: a próxima **per/ vocês** vão pensar na próxima pergunta pra responder

L6 na bola de basquete (ininteligível) Michel Jordan

Nesse exemplo, o documentador percebe o problema na fala, isto é, uma indecisão na construção sintática e tenta solucioná-lo antes do término da mesma.

Blanche-Benveniste (1990, p. 160) postula que a repetição hesitativa, por exemplo, é um fato fundamental na modalidade oral e diz respeito à “construção da denominação”. Isso nos leva a concordar com a afirmativa de que “os referentes dos quais o discurso fala não são dados adiantamento, mas construídos por aproximação sucessivas no discurso” (Marcuschi, 1999, p. 160-161).

A hesitação tem como característica fundamental o fato de indicar evidentes cortes da fala, em pontos não previstos por fatores sintáticos ou prosódicos aleatórios, mas não formando uma dicotomia entre fluência discursiva e continuidade. As hesitações podem apresentar determinados fenômenos tais como:

a- fenômenos prosódicos que são pausas prolongadas e alongamentos vocálicos;

(2)

L5 depois que eu vi a pessoa não era aquilo sabe?

L6 ano passado

L5 a gente até acaba assim :::

a gente até acaba assim por merecer

(3)

Doc.:gostou do rótulo?

L8 gostei

só não gostei de balançar a cabeça

Mas::: tá certo ... irresponsável

balançar a cabeça pra mim se eu fosse

como não sou ... eu não gostei

L5 e L8 apresentam dificuldades no processamento linguístico, mas utilizaram as pausas (...) e o alongamento da vogal (:::) para conseguir retomar o pensamento, demonstrando uma certa hesitação na construção.

b- expressões hesitativas aparecem com o objetivo de dar tempo ao locutor para formular sua construção;

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

(4)

Doc.:L4

L4 professora ... **oh** ... **oh** :::

Doc.: qual é palavra?

L4 meu rótulo ... mandão

(5)

Doc.: você gostou do que eles fizeram?

L1 **ah** ... que com você ... **oh** que esse falador ...
todo mundo fala que eu sou muito faladora

(6)

L12 não **ah** decote todas aqui tem a de vermelho

[

L8 não é um decote não

(7)

Doc.: o que pode alimentar o ser humano?

L18 **ah** alimentar é... comida ... é os estudos ...
é ser alguém na vida

c- marcadores conversacionais acumulados.

Observe o exemplo (44):

(8)

L1 **bom ... assim** ::: mas o sinal de silêncio ...
era pra mim ficar quieto e calar a boca

(9)

L4 o rótulo ... eu posso até concordar ... **assim**...
em parte...**assim**::: eu sou uma pessoa...
só que virar as costas é meio radical ... professora

(10)

L1 **a::h**, quando eu começo ... **entendeu?**

(11)

L4 a pensar alguma coisa

[

Doc.: a pensar alguma coisa do outro que não seja
o que que vocês acham disso?

L4 às vezes **eu acho**:::

L6 na sala de aula já aconteceu mu/muito isso

L9 eu me lembro disso

L4 eu também

L5 depois eu vi que a pessoa não era aquilo... **sabe?**

A importância dos marcadores “assim”, “eu acho”, “sabe” e “entendeu”, nesses exemplos, consiste em fazer a manutenção do tópico em curso, não deixando também que o interlocutor assalte o turno no momento de hesitação. Com essas estratégias os locutores conseguiram concluir o raciocínio, pois “o falante produz hesitações para busca de foco” (Chafe, 1985, p. 71).

Dessa forma, a função da hesitação é a de perceber os problemas de um processamento em curso mais do que o de sugerir alternativas de formulação textual-discursiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse estudo foi contribuir para uma análise da linguagem oral, identificando possíveis regularidades no emprego da estratégia de formulação, hesitação, na progressão do texto falado.

Em relação às estratégias de formulação do texto, pode-se afirmar que elas têm, no desenvolvimento do texto falado, a função geral de garantir a intercompreensão conversacional, proporcionando uma melhor progressão textual, ora explicitando e especificando, ora resumindo ou denominando informações, bem como adequando termos ou apontando-lhes outros sentidos no texto.

De forma geral, constatei a viabilidade de uma conclusão positiva da estratégia hesitação, em princípio, apresentada como uma desestruturação do discurso oral, mas na verdade, ela se firmou como marcas de efetivação de estratégias comunicativas dos interlocutores, pois facilitaram a compreensão e, portanto, garantiram, assim, a interação bem como a progressão textual. Com efeito, nessa organização da conversação, há que se considerar a presença de uma sequência de ações coordenadas entre si, por meio da estratégia de referenciação, com o objetivo de uma criação coletiva do texto, na medida em que os falantes e ouvintes construíram e reconstruíram o processamento e o pensamento linguístico, visando ao entendimento do texto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTOS, Gerd. *Grundlagen einer theorie dès Formulierens*. Tübingen: Max Niemeyer, 1982.

CHAFE, Wallace. Some Reasons for Hesitaing. **In.** TANNEN, D. & SAVILLE-TROIKE, M. (eds.) *Perspectives on Silence*. Ablex, Norwood, New Jersey: 1985.

MARCUSCHI, Luiz A. A hesitação. **In.** NEVES, Maria Helena de M. (Org.) *Gramática do português falado. Novos estudos*. Vol. VII. São Paulo: Unicamp, 1999.

NEVES, Maria Helena de M. *Texto e gramática*. São Paulo: Ed. Contexto, 2006.

RATH, Reiner. *Kommunikationspraxis: Analysen zur Textbildung und Textgliederung im Gesprochenen Deusch*. Göttingen: Vandenhoeck e Ruprecht, 1979.

**A INFLUÊNCIA DOS ESTRANGEIRISMOS
NA LÍNGUA PORTUGUESA:
UM PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO, IDEOLOGIA
E COMUNICAÇÃO**

Miguel Ventura Santos Gois
(UFS e Univ. Tiradentes)
(mvsg3001@gmail.com)

RESUMO

O uso dos estrangeirismos tornou-se comum na língua portuguesa trazendo novos vocábulos, assim como a influência da globalização, ideologia e o multiculturalismo para novas discussões. O português recebe vocábulos como resultado das relações políticas, culturais e comerciais com outros países. O inglês fornece vasta nomenclatura, demonstrando que o processo linguístico está relacionado com a história sócio-político-cultural de um povo. A entrada de elementos estrangeiros é um fenômeno sociolinguístico ligado ao prestígio de que uma língua ou povo que a fala goza. O inglês como língua universal permite mínimo de comunicação entre todos e pode fazer com que perca não só a identidade cultural, mas também a idiomática. Constata-se que essa liderança idiomática é reflexo de vários fatores, entre o mais relevante, a globalização, assim como, é perceptível e inegável a predileção por termos estrangeiros por usuários de nosso idioma, resultando em influência na língua e na cultura brasileira.

Palavras-chave: Língua portuguesa; Estrangeirismos; Globalização.

INTRODUÇÃO

O estrangeirismo é uma constante nos processos culturais em todo o mundo a análise do papel da aquisição de empréstimos linguísticos permeia os processos de colonização e as migrações, numa miscigenação cultural que se processa geralmente sem a voluntariedade de mudanças na vida social, por parte dos moradores de um local.

As manifestações culturais dominantes receberam, durante séculos, contribuições advindas da chegada de outros povos, da importação de objetos, da utilização constante de termos associados a ações ou a expressões estrangeiras. Não há, entretanto, uma uniformidade em relação a se quantificar essa prática.

Se entre duas línguas, entre povos diferentes, ocorre imposição de um determinado termo, a coexistência entre ambas acaba por

modelar o léxico da língua receptora. Há nesse caso um recorte análogo do mundo objetivo, inserindo-se num determinado contexto traços da língua-fonte, mesmo que esse traço não seja espacial, mas apenas lingüístico. Essa ascendência de uma nação sobre a outra, caracterizadora do empréstimo, deixa marcas na língua, de modo que se promova uma conexão entre identidades culturais distintas, entre indivíduos e estruturas sociais, sob forte influência da base material da sociedade – muitas vezes até associadas ao poder político e econômico.

Há de se considerar que os conceitos de regionalismo e de nacionalismo perdem a relação territorial principalmente pela adoção indiscriminada de termos estrangeiros, provenientes da cultura difundida pela mídia.

As discussões sobre a identidade do homem moderno permeiam vários estudos e pesquisas, uma vez que a globalização sugere que finalmente todas as possibilidades de comunicação estão abertas a um maior público em vários lugares. É dessa forma que o processo de interação e troca de informações entre os homens está tão imenso hoje em dia e com certeza crescerá mais ainda.

Este estudo tem por objetivo investigar a relação entre o emprego de estrangeirismos e a imposição de uma identidade cultural, compreendendo-se que essa relação se apresenta como representação da própria relação social.

Entre a língua e a sociedade pode-se perceber que há um mundo de signos lingüísticos e inúmeras possibilidades comunicativas que irão formar as mensagens, ou seja, para muitos esses empréstimos lingüísticos funcionam como uma total ameaça à legitimidade da língua portuguesa, mas na verdade esses empréstimos lingüísticos resultam de mudanças lingüísticas relacionadas à história sócio-político-cultural de um povo, além de ser um fenômeno lingüístico ligado ao prestígio de que determinada língua ou povo que fala goza.

È nessa visão que os estrangeirismos estão presentes no português e estão mais do que nunca representando uma linha de pensamento de uma nação, sendo que ao estarem associados a um veículo de comunicação tornam-se vozes dos discursos de determinado

veículo, mesmo que tudo seja feito de forma sutil, mas o discurso é a representação máxima da ideologia latente de tal.

LINGÜÍSTICA E ESTRANGEIRISMOS

Um empréstimo representa generalizadamente a utilização de algo que pertença a outrem. Uma unidade lexical estrangeira, ao integrar a língua nacional, representa um empréstimo lingüístico. A esse neologismo intitula-se estrangeirismo. À medida que passa a fazer parte da língua nacional, não mais sendo considerado estranho, esse empréstimo passa a constar, inclusive, nos dicionários. Para Garcez e Zilles:

Estrangeirismo é o emprego, na língua de uma comunidade, de elementos oriundos de outras línguas. No caso brasileiro, posto simplesmente, seria o uso de palavras e expressões estrangeiras no português. Trata-se de fenômeno constante no contato entre comunidades lingüísticas, também chamado de empréstimo. A noção de estrangeirismo, contudo, confere ao empréstimo uma suspeita de identidade alienígena, carregada de valores simbólicos relacionados aos falantes da língua que originou o empréstimo (Garcez; Zilles, 2004, p. 15).

Essa enriquecedora utilização de unidades lexicais de outros sistemas lingüísticos muitas vezes é adotada no momento em que se importam objetos ou modelos que não possuem nomenclatura equivalente na língua portuguesa. Para Câmara Júnior (1989, p. 269), os empréstimos abrangem “(...) todas aquelas aquisições estrangeiras que uma língua faz em virtude das relações políticas, comerciais ou culturais, propriamente ditas, com povos de outros países”.

A língua portuguesa falada no Brasil a partir de sua colonização fez aquisições da língua africana e da língua tupi. Essa adoção, além de enriquecer a língua portuguesa, distanciou-a da língua portuguesa em Portugal. É interessante notar, como bem adverte Bagno (2004, p. 74), “que os estrangeirismos não alteram as estruturas da língua, a sua gramática”.

A sua inserção acontece em campo morfológico, não sintático, ou seja, insere-se um vocábulo de língua estrangeira em detrimento de um vocábulo nacional, mas as estruturas frasais não se corrompem. Mesmo assim, a opinião entre estudiosos se divide nesse ponto, havendo quem critique o uso abusivo de vocábulos e expres-

sões estrangeiros.

Para os puristas, as unidades lexicais estrangeiras devem ser empregadas quando não há termo equivalente na língua portuguesa e quando o seu aportuguesamento não é viável. O aportuguesamento dos vocábulos ou a utilização de termos nacionais equivalentes, entretanto, parecem não agradar à população, que largo uso faz de termos estrangeiros, principalmente de origem inglesa, nas mais variadas formas. Não é difícil encontrar, aliás, estrangeirismos escritos de maneira incorreta ou mesmo utilização de vocábulos sem o devido conhecimento de seu significado.

A indignação frente a essa realidade não se limita a gramáticos puristas: a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprovou, em dezembro de 2007, o Projeto de Lei do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) proibindo o uso de estrangeirismos no país.

Consoante o Projeto, palavras ou expressões em língua estrangeira devem vir acompanhadas, em letra de igual destaque, de seu correspondente em português (Projeto de Lei nº 1676-D, de 1999). Indica a lei:

A língua portuguesa é um dos elementos de integração nacional brasileira, concorrendo, juntamente com outros fatores, para a definição da soberania do Brasil como nação. [...] Os meios de comunicação de massa e as instituições de ensino deverão, na forma desta lei, participar ativamente da realização prática [desse objetivo] (Brasil, 1999, p. 1-2).

Como se observa não se trata de uma perspectiva gramatical apenas, mas da própria valoração da língua portuguesa no contexto sócio-cultural, visando à preservação da língua como elemento de identidade nacional.

É de conhecimento de toda a sociedade que o Brasil, cuja língua nativa era a indígena, ao ser colonizado, adotou a língua portuguesa como padrão. Mesmo assim os vocábulos de origem indígena não deixaram de ser empregados, concomitantemente com os de origem africana. Na verdade, o empréstimo lingüístico já se registrava na própria língua portuguesa européia. Segundo Infante:

No caso da língua portuguesa, podem-se apontar casos de palavras tomadas de línguas estrangeiras em tempos muito antigos. Esses empréstimos provieram de línguas célticas, germânicas e árabes e ao longo do processo de formação do português na Península Ibérica. Posteriormente,

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

o Renascimento e as navegações portuguesas permitiram empréstimos de línguas européias modernas e de línguas africanas, americanas e asiáticas. (Infante, 2001, p. 193).

Os períodos mais recentes, não obstante, indicam uma grande influência da língua inglesa no Brasil, mesmo que não se configure resultado de processo migratório. Há de se destacar que se evidencia uma presença maciça de vocábulos advindos da língua inglesa, por influência norte-americana, no país. Infante ressalta “Deve-se levar em conta que muitos empréstimos da língua portuguesa atual do Brasil não ocorreram em Portugal e nas colônias africanas, onde a influência cultural e econômica dos Estados Unidos é menor” (2001, p. 193)

Essa presença revela uma crescente absorção da cultura norte-americana, generalizadamente, como fruto do desejo de se estruturar um padrão de vida baseado no cotidiano americano. Evidencia-se um comportamento coletivo que permite às diversas áreas sociais e econômicas a exploração desse desejo como forma de imposição de determinados produtos, como é o caso da moda.

A não-vinculação do empréstimo ao processo migratório se faz principalmente pela ampla comunicação entre as nações, já que basta que um indivíduo empregue uma unidade lingüística estrangeira em seu falar para que aconteça o fenômeno sócio-lingüístico. Nesse caso, a adoção de neologismos estrangeiros associa-se a uma valorização do empréstimo como elemento indicativo de elevada posição social ou de refinamento, num processo de estereotipagem e de dominação. Define Amossy:

A estereotipagem é a operação que consiste em pensar o real por meio de uma representação cultural preexistente, um esquema coletivo cristalizado. Assim, a comunidade avalia e percebe o indivíduo segundo um modelo pré-construído da categoria por ela difundida e no interior da qual ela o classifica. (Amossy, 2005, p. 125-126).

Tamanha tendência apresenta registros históricos desde o período de colonização, época em que Portugal e a própria Europa serviam de referência para o Brasil. Valorizava-se o que vinha de lá, desde roupas e móveis até expressões e valores morais. Com o passar dos anos, a situação não mudou: a França colaborou, mais tarde, com a sofisticação na indumentária e na decoração e, obviamente, enriqueceu a língua portuguesa com vocábulos e expressões franceses.

No que concerne à adoção maciça de vocábulos da língua inglesa, pode-se vislumbrar uma intencional utilização do estrangeirismo como busca de identidade cultural. Os Estados Unidos, metáfora de um excelente padrão de vida, estariam representados em seus vocábulos, como se estes fossem ícones daqueles. Infante (2001, p. 193) destaca que atualmente, na língua portuguesa do Brasil “a maior fonte de empréstimos é o inglês norte-americano”.

O Brasil, assim como outras nações, não se esquivará da adoção desses neologismos. Tampouco há que se considerar que posicionamentos extremos sobre essa realidade sejam benquistos. Vale, acima de tudo, buscar a compreensão acerca da influência do estrangeirismo, do ponto de vista lingüístico e de análise de discurso, na identidade cultural de uma sociedade.

O uso dos estrangeirismos

Embora o uso de empréstimos lingüísticos não seja uma prática nova, é preciso salientar que, com as mudanças ocasionadas recentemente, houve uma modificação considerável no uso do estrangeirismo, pois, enquanto ferramenta, os aparatos tecnológicos de comunicação tornaram a troca de informações dinâmica em todo o mundo, mesmo entre as mais distantes nações. Para Hall “a ‘globalização’ se refere àqueles processos, atuantes numa escala global, que atravessam fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de tempo-espço, tornando o mundo, em realidade e em experiência, mais interconectado”. (2006, p. 67).

Uma vez que a economia e o mercado tenham se tornado globalizados os produtos e os processos tecnológicos, uniformizados, exigem a utilização de termos e de vocábulos de compreensão também global. Mas não se trata apenas de uma necessidade econômica ou de trabalho: as comunidades globais também interagem por meio de uma universalização de linguagem que certamente privilegia uma língua mais elitizada em detrimento de outra considerada menor expressiva. Zilles aponta:

No campo das mudanças lingüísticas, os empréstimos de palavras ou expressões são em geral associados a atitudes valorativas positivas do

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

povo que os toma em relação à língua e à cultura do povo que lhes deu origem. Muitas vezes são utilíssimos à elite, que assim se demarca como diferente e superior [...]. Outras vezes, são felizes incidências na constituição identitária e cultural de um povo [...] (Zilles, 2004, p. 156).

É de suma importância a abordagem da análise de discurso quando se observa a adoção dos empréstimos, tendo em vista que as considerações acerca da utilização do empréstimo linguístico estão intrinsecamente associadas ao universo simbólico inerente à linguagem cotidiana. Orlandi (2005, p. 87) ressalta que a “especificidade da Análise do Discurso está em que o objeto acerca do qual ela produz seus resultados não é um objeto só linguístico, mas um objeto sócio-histórico”.

Um sujeito, nos mais distintos agrupamentos de que faz parte, emprega universos simbólicos na expressão de valores sociais, morais, culturais e políticos, de modo que se estabeleça entre ele e seu grupo uma coesão e uma interação permeada pela comunicação.

A análise de discurso permite avançar, ir além das estruturas morfossintáticas de um texto, explicitando-se os diversos sentidos das representações sociais no organismo social representado pela linguagem. Barros (2001, p. 99) explicita que ao enunciador “é oferecida a possibilidade linguística de jogar com conteúdos implícitos ou explícitos, pra fazer passar os valores e deles convencer o enunciatário”.

Trata-se de uma identificação social ou cultural por meio de adoção de determinados símbolos no discurso – no caso os empréstimos, como ferramenta de identificação entre o objeto do discurso e a sua valorização atribuída à menção de uma língua considerada elitizada. O empréstimo da língua inglesa no Brasil contemporâneo, dessa forma, representa mais que uma necessidade: falar inglês é mostrar-se um indivíduo superior aos outros, capacitado para falar essa língua elitizada. Para Brandão (2004, p. 42), “os processos discursivos constituem a fonte da produção dos efeitos de sentido no discurso e a língua é o lugar material em que se realizam os efeitos do discurso”, de modo que um estrangeirismo seja a fonte desse efeito para os ouvintes.

Considerando-se que a identificação semântica de vocábulos de língua estrangeira – e mesmo a sua correta pronúncia – não sejam

de domínio de grande parte da população, o emprego de estrangeirismos sem necessidade denuncia uma busca de sofisticação e de elitismo. Em se tratando de anglicismos, mais especificamente, pode-se associar a essa busca a tentativa de aproximação de uma sociedade que se observa mais próspera que a do Brasil. Consoante Garcez e Zilles:

Em uma sociedade como a brasileira, na qual é imensa a disparidade na capacidade de consumo dos cidadãos e na qual a classe social consumidora sofre de grande insegurança social e se mira em modelo externo de consumo, norte-americano ou europeu, não surpreende que o anglicismo se preste para marcar a diferenciação competitiva entre quem dispõe desse capital simbólico e a massa não-consumidora. (Garcez; Zilles, 2004, p. 23).

Imitação ou identificação, usar termos em inglês soa como sofisticação e elegância por parte do falante. Para ele, ser moderno, estar na moda, ser atual é usar os mesmos termos que o país de referência usa. Qualquer modificação formal em benefício do acervo lexical brasileiro desconfiguraria, portanto, a elegância das unidades lexicais inglesas.

Os processos midiáticos e a publicidade aproveitam essa valorização, por parte do consumidor, e abusam da substituição de vocábulos da língua portuguesa por estrangeirismos. Para Schmitz (2004, p. 95), “é necessário um pouco de bom-senso [...]. [Muitos estrangeirismos] (grifo do autor) são desnecessários, mas os termos no momento são essenciais para a progressão temática do discurso”.

Dentro da perspectiva da globalização são os meios de comunicação que se revelam particularmente eficazes no desenhar, no tecer o inimaginável de todo ser humano. São os responsáveis, sempre, por nos fornecer uma delicada dose de magia dentro de um mundo que, por vezes, não é tão mágico assim. Nem todos os indivíduos, entretanto, são igualmente atingidos por esse processo, uma vez que eles encontram obstáculos na diversidade das pessoas e em diferentes lugares.

Fielmente ligados à noção de aldeia global, que é tida como “uma expressão da globalidade de idéias, padrões e valores sócio-culturais, imaginários” (Ianni, 2004, p. 119), os meios de comunicação podem expandir suas influências em todos os aspectos. Eles detêm um determinado controle sobre como determinados fatores naci-

onais, regionais, locais ou mundiais que serão difundidos mundo afora.

Esse processo de revolução cultural que passou a influenciar o comportamento do homem aconteceu de forma lenta e, para alguns grupos sociais, não houve respeito às suas culturas - o que, de certa forma, transparecia que os mesmos já estavam inseridos nesse processo naturalmente. O fenômeno da comunicação de massa, depois dos anos 1980, com o processo de informatização e, em seguida, com o surgimento da rede mundial de computadores, supervalorizou a internacionalização instantânea da comunicação.

Ferramenta que beneficiou o processo de globalização, ao eliminar fronteiras e barreiras para a comunicação com outras nações, a Internet acelerou a autonomia entre os povos de cada região, tornou dinâmico o processo de ensino e aprendizagem e influenciou o desenvolvimento social e moral das pessoas. Imaginem-se milhares de informações acessíveis a indivíduos pertencentes às mais diferentes culturas, nos mais diversos lugares.

Dessa forma, o acesso às informações, ao conhecimento de novas tradições e aos costumes é totalmente acessível, e essa grande acessibilidade que a Internet proporciona, pode ser benéfica em vários aspectos, mas pode também pode acarretar declínio de conceito de sociedade local, uma vez que se passa por um processo de multiculturalismo.

Participar desse processo de globalização exige competência intercultural, uma vez que as pessoas sentem a necessidade de adaptar-se a diferentes estilos de ser, de operar e de comunicar-se. Essa competência implica conhecer outras culturas e as diversas maneiras como as pessoas se comunicam.

[...] sempre se pensou que só pode haver um único motivo para alguém querer aprender uma língua estrangeira: o acesso a um mundo melhor. As pessoas se dedicam à tarefa de aprender línguas estrangeiras porque querem subir na vida. A língua estrangeira sempre representou prestígio. Quem domina uma língua estrangeira é admirado como pessoa culta e distinta (Rajagopalan, 2003, p. 65).

O estrangeirismo, por conseguinte, deixa de ser mera necessidade e passa a ser um mecanismo de inclusão ou de exclusão de indivíduos numa determinada esfera social. As sociedades dominantes

sabem de sua capacidade de imposição de determinados valores e o estrangeirismo passa a se constituir ferramenta de discursos globalizados.

Essa forma de dominação pouco é percebida por aqueles que a absorvem e que aceitam passivamente a mudança sócio-cultural e a uniformização advinda da adoção da cultura dominante. A língua passa a ser meio de dominação ao acompanhar a disseminação de valores, a aquisição de produtos, a negociação entre países.

A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA NO CONTEXTO SÓCIO-CULTURAL

A vida do ser humano está intimamente associada ao processo de comunicação, e o aprimoramento da capacidade comunicativa acompanha a própria evolução humana. À medida que amplia seu relacionamento com o mundo, o ser humano aperfeiçoa e multiplica a sua capacidade de comunicação, envolvendo palavras, sons e imagens. Textos verbais e não-verbais interagem e contribuem para a representação oral e escrita das sociedades.

A língua é um código desenvolvido pelo homem para a transmissão de pensamentos, de idéias, para a interação entre os indivíduos. Para Cereja e Magalhães, a língua:

Pertence a todos os membros de uma comunidade. Como ela é um código aceito convencionalmente, um único indivíduo não é capaz de criá-la ou modificá-la. [...] A língua evolui, transformando-se historicamente. Por exemplo, algumas palavras perdem ou ganham fonemas, outras deixam de ser utilizadas; novas palavras surgem, de acordo com as necessidades, sem contar os “empréstimos” de outras línguas com as quais a comunidade mantém contato. (Cereja; Magalhães, 1999, p. 07)

A língua constitui, pois, um código mutável que integra as relações humanas e que, ao mesmo tempo em que sofre modificações, participa das mudanças nas sociedades. Esse patrimônio social é responsável pela possibilidade de se preservar o conhecimento e de transmiti-lo a outras gerações.

Língua, sociedade e cultura

Como entidade social a língua, é definida como “[...] um conjunto de regras fonológicas, morfológicas, sintáticas e semânticas, que determinam o emprego dos sons, das formas e relações sintáticas, necessárias para a produção dos significados”. (Lopes, 2001, p. 58). Este conceito difere da definição dada por Elia, em que se lê que “[...] língua é o falar de uma comunidade, estruturalmente diferenciado, portador de apreciável tradição cultural e reconhecido oficialmente por um Estado como forma de comunicação em suas relações internas e externas”. (Elia, 2000, p. 28)

Em se tratando de aspecto social, ressalta-se que o caráter social de uma língua é entendido como um sistema de signos convencionais que são facultados aos membros de uma sociedade para a possibilidade de comunicação, constituindo-se o papel mais importante hoje nas relações humanas.

O caráter social da língua é facilmente percebido quando levamos em conta que ela existe antes mesmo de nós nascermos: cada um de nós já encontra a língua formada e em funcionamento, pronta para ser usada. E, mesmo quando deixarmos de existir, a língua subsistirá independentemente de nós (Terra, 1997, p. 20).

Entre a língua e a sociedade pode-se perceber que há um mundo de signos linguísticos e inúmeras possibilidades comunicativas que irão formar as mensagens, ou seja, os sons, os gestos, as imagens estarão associados à língua, ligando-a não somente às relações diárias, mas também aos meios de comunicação de massa e à vida cultural, científica ou literária, passando a estabelecer um contrato social. Desse modo, a língua:

[...] é um patrimônio social. Tanto os signos como as formas de combiná-los são conhecidos e acatados pelos membros da comunidade que a emprega. Pode-se dizer, por isso, que a língua é um verdadeiro ‘contrato’ que os indivíduos de um grupo social estabelecem. Aceitos os termos desse contrato, a comunicação está garantida. (Infante, 2001, p. 12).

Uma vez interagentes, não se delimitam de forma clara as relações entre língua, cultura e sociedade: é difícil estabelecer onde uma começa e a outra termina, já que se estabelece uma relação íntima entre esses elementos. Conseqüentemente, a língua de uma sociedade reflete seu modo de ver o mundo e, por meio dela, obser-

vam-se determinados aspectos como os valores e os costumes de um agrupamento ou mesmo a sua interação com outros grupos. O estudo de uma língua deve considerar fundamentalmente os contextos socioculturais em que ela se apresenta, pois essa estrutura apresenta elementos básicos e, muitas vezes, determinantes para as variações de linguagem. Essa contextualização permite explicar ou mesmo justificar fatos que, apenas lingüisticamente, seriam difíceis ou até impossíveis de se determinarem. O enunciado, portanto, está intrinsecamente associado à ambientação de que faz parte, promovendo interação entre seus interlocutores. E, se, por um lado, o contexto social interfere nas variações lingüísticas, por outro a função que a língua exerce na sociedade determina a importância da sua aquisição, fazendo com que sua aprendizagem seja de suma importância para que o indivíduo também faça parte do contexto social. A sociedade, portanto, existe através da linguagem e é representada pela junção de língua e cultura. De acordo com Maingueneau, a linguagem:

Seria a capacidade de comunicação oral, e as línguas seriam as formas particulares por meio das quais cada comunidade, cada sociedade ou grupo social realiza a linguagem. A questão do social, portanto, está diretamente ligada à noção de língua, porque é a noção de sociedade que vai permitir a delimitação desse particular que é a língua, à vista do universal que é a linguagem (Maingueneau, 2002, p. 41).

A relação entre a cultura e a linguagem, tão ampla quanto complexa, abrange desde a consideração de que as estruturas lingüísticas possam se edificar a partir de uma situação cultural até a afirmação, em sentido contrário, de que os costumes lingüísticos de determinados grupos tenham moldado fundamentalmente a cultura desses povos. Ou seja, a linguagem modifica a cultura e esta modifica aquela.

Vale salientar que os seres humanos dela fazem uso, modificam-na, mas não a detêm para si ou não a possuem isoladamente. Para Hall:

A língua é um sistema social e não um sistema individual. Ela preexiste a nós. Não podemos, em qualquer sentido simples, ser seus autores. Falar uma língua não significa apenas expressar nossos pensamentos mais interiores e originais; significa também ativar a imensa gama de significados que já estão embutidos em nossa cultura e em nossos sistemas culturais. (Hall, 2006, p. 40).

Essa relação intrínseca constitui arranjo fundamental nas ati-

vidades cotidianas e a mudança que se processa, tanto na cultura quanto na língua, seja por eliminação, acréscimo ou modificação de elementos, ocorre de forma ininterrupta e involuntária. Os indivíduos reestruturam aspectos lingüísticos e valores morais, por exemplo, muitas vezes sem perceber.

Certamente as sociedades mais antigas, por viverem mais isoladamente, preservavam tanto sua língua quanto sua cultura com diminutas modificações por períodos mais prolongados, havendo pouca diferença mesmo entre gerações mais distantes. Essa caracterização permitiu uma identidade limitada por aspectos físicos, ou seja, delimitações espaciais indicavam uma nacionalidade, uma identidade cultural nacional.

Essa cultura nacional abrange, portanto, a padronização de valores e a singularização de costumes, assim como a adoção de uma linguagem unificada. A movimentação do homem por territórios vizinhos e as suas viagens de exploração culminaram, entretanto, numa troca de informações crescente e numa inevitável transfiguração sócio-cultural.

A facilidade de deslocamento e os avanços tecnológicos, enfaticamente nos meios de comunicação, tornaram essa troca constante e intensa, de modo que se passou a encontrar elementos de uma determinada cultura em outros locais ou em todo o mundo. Nesse ponto, a relação cambial não se processa igualmente, mas depende da influência que uma sociedade exerce sobre a outra.

O discurso, desse modo, torna-se elemento de disseminação de valores e de ideologias de uma sociedade, de modo que as sociedades receptoras não apenas aceitem, mas passem a adotar a influência desse grupo social. Para Barros:

A ideologia dominante é tão abrangente que torna as demais organizações do saber fragmentárias e muitas vezes contraditórias, pois incorporam elementos da representação dominante. O grau de coerência e abrangência dos sistemas ideológicos não é, assim, o mesmo nas diferentes concepções de mundo (Barros, 2001, p. 150).

Essa influência pode ter muitos significados, uma vez que as relações entre os grupos sociais se fazem não apenas por interesses econômicos. Mas em qualquer situação é a cultura que acaba se transformando, acrescentando ou modificando elementos. Embora a

língua não sofra influência na mesma intensidade, modificações surgem – como é o caso dos empréstimos lingüísticos ou do estrangeirismo.

Identidade cultural e multiculturalismo

A delimitação do meio físico em relação à ocupação humana parece ser a forma mais simples de considerar que os agrupamentos sociais apresentam peculiaridades e características que tornam seus integrantes semelhantes entre si e distintos de indivíduos de outros grupos. Certamente essa delimitação espacial permite uma contextualização da identidade cultural, tendo em vista que se trata de estruturação de relações cotidianas condicionantes de adoção comum de valores e de princípios, bem como de costumes.

Há, entretanto, outras relações que permitem considerar a identidade cultural em parcelas desses agrupamentos, seja por afinidades e interesses comuns ou por faixa etária e situação econômica, por exemplo. O ser humano é parte integrante de diversas tramas sociais: a família, a escola, a comunidade, a classe social. E cada um desses reagrupamentos de que faz parte interfere nos conceitos e na construção lingüística de um indivíduo. Hall aponta que “A identidade é formada na “interação” entre o eu e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o “eu real”, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem”. (Hall, 2006, p. 11).

Ainda que os indivíduos pertençam a um mesmo grupo, portanto, o contato com os diferentes agrupamentos torna sua formação cultural ímpar. Esse processo de construção de identidade cultural é, ao mesmo tempo, contínuo e complexo, o que torna o sujeito passível de diferentes identificações culturais, a depender das diferentes situações em que encontre.

O processo de identidade do ser humano, outrora consideravelmente solidificado, encontra-se pluralizado quer pela multiplicação de subgrupos sócios, quer pela ampliação desses subgrupos. Observe-se que as faixas etárias dentro de um mesmo agrupamento consistem uma subdivisão, ao mesmo tempo em que os indivíduos de

uma mesma faixa etária podem se identificar em agrupamentos diferentes.

O processo de globalização permitiu a quebra de barreiras e de fronteiras, levando o homem, em rápidos instantes, ao contato com novos mundos e com novas culturas. Assim, “a cultura enquanto ideal social precisa realizar uma função social; precisa oferecer, ou ao menos preservar, aqueles ideais de comunidade, identidade, ‘o bem’, etc., por meio das qual a ordem social pode ser mantida ou criticada em nome de uma ordem melhor.” (Slater, 2002, p. 68-69).

Enquanto sistema de representatividade das relações entre grupos e indivíduos, envolvendo o compartilhamento de patrimônios como a língua, a religião, a arte, o trabalho, a identidade cultural funciona como elemento coesivo, estruturação delimitadora de características, valores e comportamentos semelhantes.

Trata-se de um processo dinâmico, que também possibilita a construção de novas identidades – razão por que hoje elas não estão mais em contornos nítidos e sim inseridos em um novo processo cultural distante de permanecer estagnado.

As velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social. (Hall, 2006, p. 7).

Pode-se destacar que a identidade social e cultural é uma categoria que irá definir como os indivíduos se inserem nos grupos e, conseqüentemente, como eles agem, tornando-se sujeitos sociais - embora seja possível afirmar também que essas noções de identidade tenham evoluído junto com todas as transformações sociais que marcaram o século XIX, ocasionando uma maior circulação de informações e de culturas.

Com a evolução tecnológica respaldando-se nos meios de comunicação, a possibilidade de um indivíduo consumir bens produzidos em outras culturas e incorporar no seu cotidiano esses bens é bem maior. Obviamente há de se considerar o equívoco de se assimi-

lar uma realidade de valores que acarrete um enfraquecimento de vínculos com a realidade do indivíduo.

Dentro dessa discussão surge à percepção das condições multiculturais que vão agregando valores às novas identidades que não estão mais configuradas de forma uníssona. Com todo o mundo interligado pela globalização, é difícil construir uma rede de significados, tradições e valores culturais que venha a representar uma nação. “É somente dentro da cultura e da representação que a identificação com essa “comunidade imaginada” pode ser construída” (Hall, 2003, p. 78).

A particularidade de definição de uma nação única não mais existe: elas estão interligadas e interagindo concretamente, resultante inclusive da facilidade advinda do processo de multiculturalismo que celebra a diferença sem fazer diferença. “Os impérios grego, romano, islâmico, otomano e europeu foram todos, de formas distintas, multi-étnicos e multiculturais” (Hall, 2003, p. 55).

Essa descaracterização da unidade nacional de cultura se acentua com o advento dos aparatos tecnológicos, principalmente no que se refere ao deslocamento e à comunicação. Consoante Hall:

A medida que as culturas nacionais se tornam mais expostas a influências externas, é difícil conservar as identidades culturais intactas ou impedir que elas se tornem enfraquecidas através do bombardeamento e da infiltração cultural. As pessoas que moram em aldeias pequenas, aparentemente remotas, em países pobres, do “Terceiro Mundo”, podem receber, na privacidade de suas casas, mensagens e imagens das culturas ricas (Hall, 2006, p. 74).

Além dessa localização espacial, as diferenças culturais podem ser delimitadas pela faixa etária, pela posição social, pela formação educacional ou mesmo pela preferência em relação à música, ao esporte, à profissão. Os grupos com traços culturais distintos coexistem e integram qualquer sociedade.

A língua, portanto, pode ser empregada como identificação desses agrupamentos e muitas vezes será empregada, inclusive, como demonstração de desprezo ou de hostilidade em relação a outro grupo. Trata-se de uma exclusão cuja ferramenta é a própria imposição de valores culturais e de menosprezo àqueles que forem considerados inferiores.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

As manifestações da linguagem ultrapassam os mecanismos lingüísticos e concretizam transformações sociais e delimitações culturais. Muitas vezes os agrupamentos sociais representam comunidades com interesses afins, cujos indivíduos moram nos mais distantes países, e a terminologia comum os aproxima.

Em épocas mais recentes, a migração e o contato mais estreito entre indivíduos de diferentes sociedades promove uma miscigenação, uma verdadeira mistura de identidades. Hall (2006, p. 88) salienta que em toda parte:

Estão emergindo identidades culturais; e que são o produto desses complicados cruzamentos e misturas culturais que são cada vez mais comuns num mundo globalizado.[...] As culturas híbridas constituem um dos diversos tipos de identidade distintivamente novos produzidos na era da modernidade tardia (Hall, 2006, p. 88).

É muito fácil observar como o uso dos computadores, por exemplo, presente no mundo inteiro, torna comum às mais diversas sociedades uma linguagem única, associada à informática. As pessoas podem, por meio da rede mundial de computadores, trocar as mais variadas informações e invariavelmente acabam usando as mesmas terminologias. Nesse aspecto, o uso de uma linguagem comum – e geralmente a língua inglesa – é uma necessidade inquestionável.

Importante se torna salientar que esse multiculturalismo transforma a própria linguagem e a utiliza como forma de identidade cultural entre os membros de um mesmo agrupamento global. Para Rajagopalan, essa:

Nova relação entre as pessoas das diferentes regiões do mundo, das mais variadas etnias e línguas, de histórias e tradições diferentes, se deu como consequência imediata do rompimento das barreiras que, até pouco tempo atrás, pareciam intransponíveis e serviam de impedimento a qualquer forma de aproximação entre os povos, a não ser com propósitos amigáveis (Rajagopalan, 2003, p. 57).

Observe-se que essa escolha nem sempre se faz de maneira consciente ou proativa. A escolha de um vocábulo não exige de um indivíduo momentos de reflexão ou de discussão – em vez disso, emprega-se o que parecer mais imediato, inclusive com a pronúncia que parecer mais correta.

Sujeito no processo participativo e construtivo da sociedade,

o homem integra esse conjunto ao mesmo tempo em que sente necessidade de se firmar único e diferente dos demais. Como agente social, o ser humano participa de uma comunidade e dela faz parte ativamente. Como indivíduo, não obstante, sobressai à necessidade de se fazer único, diferente dos seus companheiros.

Essa constante busca de identificação, entre os seres humanos, como forma de distinção e de afirmação de identidade, permeia toda a história da humanidade, caracterizando a necessidade humana de se fixar um determinado padrão, como norma numa privilegiada hierarquização das identidades e das diferenças, atribuindo-se-lhes todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa.

CONCLUSÃO

Compreender a adoção do estrangeirismo como resultado da inserção de elementos culturais por meio das ferramentas do contexto linguístico é considerar que língua e sociedade estão intrinsecamente relacionadas e que não se pode sustentar uma sem a presença da outra.

Na verdade, o estrangeirismo não constitui uma realidade isolada. Ele surge inserido nas estruturas frasais da língua portuguesa, muitas vezes hibridamente flexionados. O estrangeirismo participa, pois, dos próprios processos culturais e da convergência de interesses cerceada pela imposição da mídia.

Nesse sentido, quando uma sociedade privilegia a inserção de valores de outra sociedade em seu contexto sócio-cultural, a adoção desses valores representa a vontade de tornar tal contexto o mais semelhante possível da ambiência vislumbrada.

A evolução histórica do Brasil bem demonstra como essa valorização de elementos pertencentes a outras sociedades está arraigada: o período de colonização supervalorizou o estilo de vida português, indubitavelmente; em seguida a França passou a ser o modelo a ser seguido. Mais à frente os Estados Unidos passaram a ser o alvo dessas aspirações.

Dentro do próprio país essa tendência é uma constante: as ca-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

pitais ditam valores para as outras cidades, estados como São Paulo e Rio de Janeiro são referências para o resto do país. Essa valorização de determinadas culturas em detrimento de outras é reforçada pela mídia, que difunde largamente essa forma de imposição.

Mesmo em contextos mais específicos essa tendência é uma constante: a prática de esportes ou a participação em determinados grupos sociais tende a mitificar valores e a valorizar determinados costumes. Assim, não apenas roupas e linhas de pensamento são adotadas por esses agrupamentos, mas a própria linguagem se faz modificada.

Um dos elementos mais constantes nessa adoção de outros valores culturais é a aquisição de empréstimos lingüísticos, que, se, inicialmente, representava a necessidade de se utilizar um vocábulo estrangeiro pela falta de equivalente na língua portuguesa, passou a ser empregada como recurso de afirmação de identidade cultural.

Usar o empréstimo lingüístico seria, então, uma opção mais por imposição de uma estrutura que por consciência. Se, por um lado, isso representa modificação da linguagem, por outro representa um enriquecimento cultural.

De qualquer forma, é interessante ressaltar que não se pode, num mundo cujo funcionamento tem se globalizado e cujas relações se fazem por meios como a televisão e a Internet, isolar completamente uma cultura ou uma língua. Mais importante seria tornar os usuários dessa língua cientes do fenômeno para que essa adoção de estrangeirismos seja uma opção meramente. É preciso ter essa consciência para que se faça melhor uso de tão rica troca.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMOSSY, Ruth. *Imagens de si no discurso*. Trad. Dílson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2005.

BAGNO, Marcos. *Cassandra, fênix e outros mitos*. In: FARACO, Carlos A. (Org.). *Estrangeirismos: guerra em torno da língua*. São Paulo: Parábola, 2004. p. 47-83.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Teoria semiótica do texto*. São Paulo: Ática, 2001.

BRANDÃO, Helena H. N. *Introdução à análise do discurso*. 2ª ed. rev. Campinas: Unicamp, 2004.

BRASIL, *Diário da Câmara dos Deputados*. Projeto de Lei no. 1676, de 1999, p. 52060-52063, 4 de novembro de 1999.

CAMARA Jr., Joaquim Mattoso. *Princípios de lingüística geral*. Rio de Janeiro: Padrão, 1989.

CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. *Português: linguagens. literatura, produção de texto e gramática*. 3ª ed. São Paulo: Atual, 1999.

ELIA, Silvo. *A língua portuguesa no mundo*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 2000.

GARCEZ, Pedro M.; ZILLES, Ana Maria S. Estrangeirismos: desejos e ameaças. In: FARACO, Carlos Alberto (Org.). *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. 3ª ed. São Paulo: Parábola, 2004. p. 15-30.

HALL, Stuart. *Da Diáspora: identidade e modificações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

———. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

IANNI, Octavio. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

INFANTE, Ulisses. *Curso prático de gramática aplicada aos textos*. São Paulo: Scipione, 2001.

LOPES, Edward. *Fundamentos da lingüística contemporânea*. 17ª ed. São Paulo: Cultrix, 2001.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2002

ORLANDI, Eni P. *Discurso e texto: formação e circulação dos sentidos*. 2ª ed. Campinas: Pontes, 2005.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

RAJAGOPALAN, Kanavillil. *Por uma lingüística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola, 2003.

SCHMITZ, John R. O projeto de Lei n. 1676/99 na imprensa de São Paulo. FARACO, Carlos Alberto (Org.). *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. 3ª ed. São Paulo: Parábola, 2004, p. 85-106.

SLATER, Don. *Cultura do consumo & modernidade*. Trad. Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Nobel, 2002.

TERRA, Ernani. *Linguagem, língua e fala*. São Paulo: Scipione, 1997.

ZILLES, Ana Maria S. Ainda os equívocos no combate aos estrangeirismos. **In:** FARACO, Carlos Alberto (Org.). *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. 3ª ed. São Paulo: Parábola, 2004, p. 143-161.

ABORDAGEM SEMIÓTICA DE A RAPOSA E O BODE (ESOPO)

Miguel Eugenio Almeida (UEMS)

mealmeida_99@yahoo.com.br

RESUMO

A abordagem semiótica de *A raposa e o bode*, de Esopo, é feita a partir da relação desta fábula com a aplicação dos elementos teóricos da manipulação narrativa greimasiana, no contexto da *sintaxe narrativa de superfície*. A análise textual centra-se especificamente na função manipuladora da sintaxe narrativa de superfície e, também, no contexto da profundidade textual – a *isotopia* – onde a questão do valor é colocada sob o ponto de vista antropológico-filosófico fundamentando ainda mais a questão da isotopia textual. Assim, o trabalho semiótico do texto, em questão, está inscrito na *semiótica objetual*, propriamente dita. Dentro do esquema narrativo da manipulação é que podemos verificar as modalidades veridictórias no âmbito da fábula de Esopo. Portanto, é a partir da isotopia onde podemos retirar os semas mais profundos. Para encontrar os mesmos, é que fazemos a indagação: o que afirma – *euforia* – e o que nega – *disforia* – no texto? Isto constitui o ponto de partida para análise semiótica do texto. Fora do mesmo (texto), ou seja, o extratextual foge completamente da proposta da *semiótica objetual* quando, por exemplo, introduzimos outras abordagens: sociolinguística e psicolinguística. No caso, toda significação é retirada do texto.

Palavras-chave: semiótica objetual; semântica estrutural; isotopia.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A abordagem semiótica de *A raposa e o bode* (Esopo) é feita a partir desta fábula com a participação dos elementos teóricos da manipulação narrativa greimasiana, no contexto da *sintaxe narrativa de superfície*. A análise textual centra-se especificamente na função manipuladora da sintaxe narrativa de superfície e, também, no âmbito mais profundo do texto, a *isotopia* textual. Assim, o tratamento semiótico do texto em questão está inscrito na *semiótica objetual*, propriamente dito.

Assim, podemos verificar as modalidades veridictórias do esquema narrativo da manipulação semiótica ocorrente nesta narrativa; pois, é a partir da isotopia textual que podemos retirar os semas mais profundos. Para encontrar os mesmos (semas), recorremos a seguinte indagação: o que se afirma – *euforia* – e o que se nega – *disforia* –

no texto? Isto constitui o ponto de partida para o trabalho da análise semiótica do texto.

ANÁLISE DA NARRATIVA

Neste trabalho, desenvolvemos os seguintes pontos elucidando a construção semiótica do texto em questão: as funções sintáticas dos actantes; os momentos, etapas, do percurso semiótico da narrativa; a fórmula canônica da narrativa; os actantes e suas figuratizações; o quadrado semiótico; a sintaxe discursiva e a sintaxe profunda.

Assim, iniciamos apresentando o texto narrativo, objeto de nossa análise:

A RAPOSA E O BODE

Uma raposa caiu em um poço e foi obrigada a permanecer ali. Um bode, levado pela sede, aproximou-se do mesmo poço e, vendo a raposa, perguntou-lhe se a água estava boa. E ela, regozijando-se pela circunstância, pôs-se a elogiar a água, dizendo que estava excelente e o aconselhou a descer. Depois que, sem pensar e levado pelo desejo, o bode desceu junto com a raposa e matou a sede, perguntou-lhe como sair. A raposa tomou a palavra e disse: “Conheço um jeito, desde que pretendas que nos salvemos juntos. Apóia, pois, teus pés da frente contra a parede e deixa teus chifres retos. Eu subo por aí e te guindarei”. Tendo o bode se prestado de boa vontade à proposta dela, a raposa, subindo pelas pernas dele, por seus ombros e seus chifres, encontrou-se na boca do poço, saltou e se afastou. Como o bode a censurasse por não cumprir o combinado, a raposa voltou-se e disse ao bode: “Ó camarada, se tivesses tantas idéias como os fios de barba no queixo, não terias descido sem antes verificar como sair”. (Esopo, 1994).

No texto em questão, apresentamos os actantes e suas funções sintáticas; assim denominados:

a) A raposa, que de agora em diante passamos a denominar S1, representa o sujeito do “saber-fazer”, porque detém o “plano estratégico de salvação” que lhe permite uma possibilidade para sair do poço em que se encontrava presa. Esta modalidade actancial, conforme os semioticistas,

[...] aparece como aquilo que torna possível essa atividade, como uma competência cognitiva (que se pode interpretar como uma ‘inteligência sintagmática’, como uma habilidade para organizar as programações narrativas) (Greimas & Courtes, 1989, p. 388).

Percebemos que S1 usou de sua astúcia para elaborar o seu plano estratégico de salvação junto ao bode (S2) quando se expressa: “‘Conheço um jeito [...] apóia, pois, teus pés da frente contra a parede e deixa teus chifres retos. Eu subo por aí e te guindarei’” (linhas 5 à 7). Destarte, o seu plano denota a sua (S1) capacidade de raciocínio para resolver uma situação problema.

S1 (sujeito destinador), ainda, mostra-se como sujeito do “fazer-querer” quando determina a sua vontade para tornar S2 competente pela capacidade para fazer alguma coisa. Neste contexto, enquadra-se a sedução que se aplica aqui de modo especial.

A *sedução* é expressa pelo elogio do sujeito destinador para com o sujeito destinatário. No caso, ocorre na passagem envolvendo os actantes (raposa e bode): “Um bode, levado pela sede, aproximou-se do mesmo poço e, vendo a raposa, perguntou-lhe se a água estava boa. E ela, regozijando-se pela circunstância, pôs-se a elogiar a água, dizendo que estava excelente e o aconselhou a descer” (linhas 1 à 4). A sedução de S1 para com S2 compreende fazer uso da água para saciar a sede com o objetivo de atraí-lo para fazer parte na execução estratégica de seu (S1) plano. Assim, S1 percebe a necessidade primordial de S2, para seu plano, tornando-a objeto de sedução. Logo S2 é seduzido pelo juízo da água e pelo aconselhamento por S1 para que descesse e consumasse a sua (S2) necessidade.

b) O bode (S2) é o sujeito do “poder-fazer” quando se apresenta como recurso físico para realizar o plano tático de salvação proposto por S1. Na teoria das modalidades, de acordo com os teóricos da semiótica objetual em questão, o *poder* apresenta-se “[...] como a denominação de um dos predicados possíveis do enunciado modal*, que rege um enunciado descritivo* (de fazer* ou de estado*)” (*op. cit.*, 337). Com relação a esta narrativa, o *poder* implica na ação do *fazer pragmático*. Conforme o texto de nosso estudo, temos a seguinte ocorrência a respeito: “Tendo o bode se prestado de boa vontade à proposta dela, a raposa, subindo pelas pernas dele, por seus ombros e seus chifres, encontrou-se na boca do poço, saltou e se afastou” (linhas 7 a 9). Isto porque

[...] o fazer pragmático parece distinguir-se do fazer cognitivo pela natureza somática e gestual de seu significante, pela natureza, também, dos investimentos semânticos que recebem os objetos pelo fazer (os objetos do fazer pragmático são os valores descritivos, culturais, em uma

O corpo físico de S2 constitui o valor do fazer pragmático para efetivar a execução do plano estratégico de salvação de S1. S2 entra, portanto, com o seu aparato corpóreo como elemento imprescindível para o referido plano. Este elemento (corpo) traduz-se como um objeto-valor (Ov) muito precioso para a realização do plano.

Notamos, a partir do texto, que este plano, designado daqui por diante de /Ov1/, e o corpo de S2 /Ov2/ apresentam-se como elementos importantes para determinarem o percurso semiótico da narrativa integralizados pelos seus momentos respectivos: manipulação, competência, performance e sansão.

A *manipulação*, no percurso semiótico da narrativa, ocorre no texto com a presença da iniciativa de S1 (sujeito do fazer-querer) quando propõe a S2 (sujeito do poder-fazer) o respectivo plano (contrato): “Conheço um jeito [...] Apóia [...] teus pés da frente contra a parede e deixa teus chifres retos. Eu subo por aí e te guindarei” (linhas 5 à 7). Este plano caracteriza-se pela modalidade do “fazer-fazer” em uma dimensão pragmática correspondente à “estrutura modal de tipo factitivo” (Greimas & Coutes, *op. cit.*, p. 269).

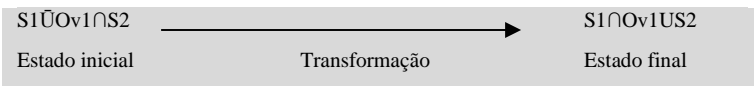
A *competência*, na narrativa em questão, define-se pela modalidade “saber-fazer”. A elaboração do plano de S1 (actante personificado) mostra a sua competência quando articula o referido plano, pois, seguindo a posição dos semioticistas, “[...] a competência linguística não é uma coisa em si, mas um caso particular de um fenômeno muito mais vasto que, sob denominação genérica de competência, faz parte da problemática da ação humana e constitui o sujeito côm actante* (qualquer que seja o domínio em ela se exerça)” (*op. cit.*, 62). O actante S1 é competente quando elabora uma estratégia de ação, mesmo que faça uso da manipulação para que possa lograr êxito com relação ao seu objetivo: sair do poço.

A *performance* compreende a colocação do referido plano de S1 em prática, ou seja, de acordo com a passagem da narrativa: “Tendo o bode se prestado de boa vontade à proposta dela, a raposa, subindo pelas pernas dele, por seus ombros e seus chifres, encontrou-se na boca do poço, saltou e se afastou” (linhas 7 à 9). Diante deste quadro, notamos claramente a *performance* de ambos (S1 e S2). Assim, a *performance* “[...] como estrutura modal do fazer, [ela] – de-

nominada decisão, quando situada na dimensão cognitiva*, e execução, na dimensão pragmática* - permite entrever desenvolvimentos ulteriores” (Greimas & Courtes, *op. cit.*, p. 330). A dimensão pragmática da narrativa em questão é que determina a performance.

A *sanção*, no caso desta fábula, reconhecemo-la pela quebra de contrato de S1 para com S2; conforme vemos no texto: “Como o bode a censurasse por não cumprir o combinado, a raposa voltou-se e disse ao bode: ‘Ó camarada, se tivesses tantas idéias como fios de barba no queixo, não terias descido sem antes verificar como sair’” (linhas 9 à 11). A *sanção*, no caso, foi para o actante S2, como penalidade diante de seu comportamento irreflexivo. Portanto, a punição para S2 está na dimensão cognitiva “[...] que é um juízo epistêmico sobre o ser* do sujeito e, mais genericamente, sobre os enunciados de estado* que ele sobretermina, graças às modalidades veridictórias* e epistêmicas*” (mesmos autores, *op. cit.*, p. 389). O ser de S2 mostra-se como um actante que age impensadamente sem medir as suas conseqüências. A narrativa, deste modo, centra a atenção para a ação do indivíduo que não faz uso da sua razão arcando posteriormente com as suas conseqüências. Lembramos do ditado popular que veicula entre nós: “Quando a cabeça na ajuda, o corpo padece”, isto é, quem dirige a nossa vida é a razão.

Resumidamente, apresentamos a fórmula canônica que expressa a construção desta narrativa:



No estado inicial, a não-disjunção $\bar{U}/$ (conservar alguma coisa) entre S1 e Ov1(plano) está na formalização inicial deste, para sair do poço. Assim, Ov1 continua no processo de não-conjunção $\cap/$ (não ter alguma coisa) de Ov1 que se estabelece como contrato (proposta de ação) entre S1 para com S2.

Na transformação, mudança de estado final, S1 realiza a performance usando Ov1. Assim, S1 logra êxito atingindo o objetivo $\cap/$ (= conjunção \rightarrow ter alguma coisa) com Ov1; e S2 (destinatário) é punido $U/$ (não conservar alguma coisa) por não fazer uso de sua capacidade cognitiva do raciocínio.

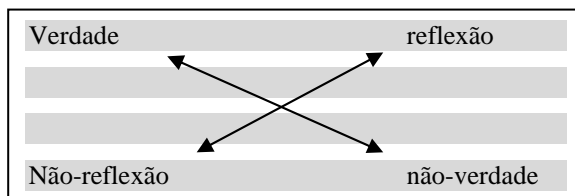
Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

A seguir, apresentamos os actantes da narrativa e suas figura-tizações:

	Papéis temáticos	Suas figuras	Percurso figurativo
S1 (destinador)	Autora do plano	inteligência; raciocínio; persuasão.	astúcia
S2 (destinatário)	Pactuante do plano	Insensatez; irreflexão; obediência	pacto

O quadro mostra S1 assumindo um papel actancial do “saber-fazer”, cognição, razão, inteligência, quando usa a sua capacidade para a resolução do problema imediato que a aflige: como sair do poço? Decorrente do surgimento do elemento novo - a presença de S2 -, papel actancial do “poder-fazer”; S2 pede a ela (S1) uma análise de juízo referente à qualidade da água. Sem pestanejar, S1 visualiza imediatamente a solução para o problema que a aflige; e, deste modo, lança mão de sua esperteza, que lhe é peculiar, para seduzir S2 com a sua maneira oportunista, alimentando o desejo para saciar a sede de S2. Assim, S2 não se dá conta do prejuízo ulterior aquiescendo a sedução de S1.

A partir desta perspectiva actancial e temática de S1 para com S2, a apontamos, a seguir, o quadro semiótico da narrativa:



A narrativa mostra a situação – prisão no poço de S1 – como um fato, bem como o próprio plano e sua execução beneficiando S1. Já o regozijo de S1, diante da nova situação, configura-nos a nossa desconfiança perante a veracidade sobre o seu julgamento referente à qualidade da água. Logo estamos diante de uma *não-verdade*. A *reflexão* aparece claramente pela exposição do plano de S1; e *não-reflexão* compreende a sanção cognitiva de S2 e que foi muito bem explicitada pelo juízo de S1.

Destarte, visualizamos a *sintaxe superficial* na fábula *A raposa e o bode* (Esopo) diante do percurso da mudança de *estado inicial*

para o *estado final* apontada pela fórmula canônica da semiótica.

Na *sintaxe discursiva*, o *percurso figurativo* dos sujeitos acatantes em que percebemos S1 simbolizando a *astúcia* e S2 representando o *pacto* entre eles, porque o sucesso do plano está no ato pactual de S1 para com S2.

No âmbito da *sintaxe profunda*, temos o seguinte quadro:

- a) O que se afirma nesta fábula – *euforia* – é a ação reflexiva de S1 mediante a compilação de seu plano.
- b) O que se nega de forma contundente – *disforia* – é o ato ir-reflexivo de S2 quando não vislumbra a insensatez do ato de saciar a sua sede em um local de difícil acesso.

As categorias sêmicas arroladas neste texto são as seguintes: autor do plano × pactuante na execução do plano. Isto nos revela a presença da *semântica fundamental*.

O objeto modal *astúcia* de S1, no que diz respeito a elaboração e execução do plano, apresenta-se como elemento de transformação de estado por intermédio do enunciado de estado na *semântica narrativa*.

O espaço – poço – é o cenário do quadro de manifestação do raciocínio de S1 e da insensatez de S2; pois, é por intermédio da semântica discursiva que ocorre a discursivização mediada pelo percurso figurativo da temporalização e da prossêmica.

O tema da *inteligência* aparece figuratizado nesta narrativa pela representação personificada do “saber-fazer” da raposa, astuta, que expressa diante do bode a lógica do seu raciocínio para solucionar o seu problema. Logo “Ov1” é o objeto sintáxico de alta relevância reconhecendo-se como uma figura, no caso: plano tático de salvação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aplicação da *semiótica objetual* (Greimas e Courtes) nesta fábula vem contribuir, sobremaneira, para uma maior compreensão textual sob a dimensão lingüística do significado. Assim, o mapea-

mento sob este aspecto apresenta a riqueza profícua de elementos significativos em um texto.

Esta semiótica dá-nos uma direção para buscar e analisar elementos escondidos nas profundezas textuais. *A raposa e o bode* (Esopo) é uma narrativa escrita de forma muito simples e, por isso, presta-se ao entendimento geral dos leitores; porém, se prestarmos maior atenção, verificamos que os elementos aí retirados remetem a uma profundidade interna do texto, porque há um encadeamento lógico-estrutural na análise permitindo elucidar os elementos sêmo narrativos e os elementos das estruturas discursivas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. E. Apólogo das cotovias: visão semiótica baseada na teoria de A. J. Greimas. **In:** *Almanaque CiFEFiL* (CD-ROM). Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2006.

———. Aspecto semiótico da propaganda política. **In:** *Almanaque CiFEFiL* (CD-ROM). Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2006.

ESOPO. *Fábulas completas*. Tradução direta do grego, introdução e notas por Neide Smolka. São Paulo: Moderna, 1994.

GREIMAS, A. J. & COURTES, J. *Dicionário de semiótica*. Tradução de Alceu Dias Lima *et alli*. São Paulo: Cultrix, 1979.

**APROXIMAÇÕES E FUGAS ENTRE O CETICISMO,
WITTGENSTEIN E A SEMIOLINGÜÍSTICA.**

Michelle Gomes Alonso Dominguez (UFRJ)
(michelle.alonso@gmail.com)

RESUMO

Preocupado em refletir sobre os caminhos tomados pela lingüística contemporânea no que se refere ao seu ponto fundamental, a linguagem, o presente artigo propõe uma análise da Semiolingüística, proposta por Patrick Charaudeau, frente ao que, filosoficamente, pode parecer seu fundamento: o ceticismo. Entretanto, considerando o retrocesso na concepção de categorias dicotômicas como essencialismo x ceticismo, o presente artigo apela à oferta filosófica wittgensteini-ana para observar o rompimento essencialista e a não-filiação cética nos atuais estudos lingüísticos, mais especificamente no que se tem denominado Análise do Discurso e, diante desta, na perspectiva Semiolingüística.

Palavras-chave: Linguagem, discurso e filosofia.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Herdeira de uma tradição fundada no *logos*, a ciência lingüística surge empenhada na busca das invariâncias das línguas e estruturada nos padrões imanentistas capazes de lhe atribuir o *status* científico. De acordo com isso, ao estabelecer no discurso seu objeto de estudo, reconhecendo-o a partir de suas constituições sócio-culturais e, portanto, deslocando o *logos* de sua centralidade, a Análise do Discurso (AD) aparece destituída de uma cientificidade estabelecida nos referidos padrões. Decorre, então, daí, a necessidade de reconduzi-la aos termos científicos a partir de outros posicionamentos.

É assim que, ao binômio língua/mundo, no qual se funda o nascimento da chamada Lingüística Moderna, o ceticismo parece surgir como possibilidade de resposta mais aproximada às reflexões que se tem proposto recentemente, das quais conceitos como descentramento e heterogeneidade tem sido fundadores. Logo, o reconhecimento da não conformidade da AD com os pressupostos tradicionais, normalmente vinculados a modelos essencialistas e/ou representacionistas, levaria à conclusão de sua aproximação com o ideário cético. À obviedade de tal constatação – desde já entendida como prematura –, sobrepõe-se a necessidade de considerar que estabele-

cer as reflexões atuais a partir de sua filiação essencialista ou cética é retomar as categorias dicotômicas tão repudiadas contemporaneamente, e, mesmo se assim não o fosse, a própria oferta cética, tomada na sua forma mais radical, inviabilizaria por si só a existência da AD.

Ao dilema que se institui neste ponto, Wittgenstein responde com a recusa tanto ao essencialismo quanto ao ceticismo, possibilitando a desconstrução dicotômica e a observação de um “entrelugar” em que se pode vislumbrar, então, a possibilidade da AD.

Dos embates e enlaçamentos estabelecidos nessas reflexões, reconhece-se o ceticismo como fundamento crítico à proposta essencialista, e a perspectiva wittgensteiniana como alternativa positiva ao desencanto daquele. Daí nasce, então, o interesse deste estudo em refletir sobre o posicionamento de Wittgenstein diante da recusa cética ao essencialismo e a localizar a perspectiva da AD, mais especificamente, a corrente teórica denominada Semiolingüística, inaugurada por Patrick Charaudeau, com relação a esse posicionamento.

Assim, a relação dessas três vozes será traçada no sentido de reconhecer que, apesar de se estabelecerem no movimento comum de afastamento a uma tradição essencialista, seus entrecruzamentos se instauram em aproximação e fuga. Para tanto, o estudo se divide em três seções, que pretendem, respectivamente: configurar um breve panorama da cena cética; refletir, a partir de alguns pontos relevantes na filosofia wittgensteiniana, sobre até que ponto seu ímpeto anti-essencialista o vincula ao ideário cético; e, por fim, diante das ponderações anteriores, localizar os aspectos de sintonia (ou não) que a Análise Semiolingüística do Discurso mantém com esses diferentes universos filosóficos.

MOVIMENTOS DO PERCURSO CÉTICO

De acordo com Sexto Empírico (1994: 4, §12)², filósofo que, no século II d.C., expôs e discutiu de maneira sistemática o pensa-

² As citações reproduzidas aqui referem-se à tradução de R. G. Bury, disponível em http://evans-experientialism.freewebspace.com/sextus_empiricus02.htm, mas a indicação de página deve ser conferida na versão constante da bibliografia deste trabalho.

mento cético atribuído à escola pirrônica, o ceticismo é definido como:

[...] an ability, or mental attitude, which opposes appearances to judgements in any way whatsoever, with the result that, owing to the equipollence of the objects and reasons thus opposed, we are brought firstly to a state of mental suspense and next to a state of "unperturbedness" or quietude.

Assim, almejando a condição de “ataraxia” alcançada exclusivamente pela suspensão do juízo, o cético desestabiliza qualquer dogmatismo através de oposições capazes de desnudar a realidade em aparências variáveis de acordo com certas condições. Sobre tais oposições, leia-se:

[...] oppose appearances to appearances when we say "The same tower appears round from a distance, but square from close at hand"; and thoughts to thoughts, when in answer to him who argues the existence of providence from the order of the heavenly bodies we oppose the fact that often the good fare ill and the bad fare well, and draw from this the inference that providence does not exist. And thoughts we oppose to appearances, as when Anaxagoras countered the notion that snow is white with the argument, "Snow is frozen water, and water is black; therefore snow also is black. (1994, p. 12, § 31).

O quadro que se desenha é o de suspensão da realidade, acessível apenas enquanto aparência determinada por inúmeras variantes. E, se o mundo só se mostra acessível em sua aparência, conseqüentemente, não se tem como conhecê-lo; sua essência fica, então, salvaguardada de qualquer conhecimento, e este, por sua vez, suspenso juntamente com a realidade. Seguindo esse raciocínio e supondo, ainda, ser a linguagem a ponte entre o homem e o que lhe é exterior, bem como seus atravessamentos sociais, culturais, históricos, psicológicos, dentre outros, ao suspender-se a realidade e o conhecimento, suspendem-se também a linguagem e o acesso ao outro. Instaura-se o solipcismo absoluto, fica-se em paz na almejada condição de “ataraxia”.

Considerados em seus termos mais radicais, esses desdobramentos suspensivos levam ao reconhecimento de que há na realidade uma essência inominável, sobre a qual a linguagem nada pode dizer. Tem-se, como conseqüência, a negação das ciências e da própria filosofia.

A essa radicalização cética estabelecida na antiguidade, cujo foco ontológico impõe o questionamento sobre “o que é?”, segue-se a necessidade de moderação na modernidade. Marcada pela desco-

berta do Novo Mundo e pela criação de instrumentos científicos, a idade moderna se pauta pela preocupação epistemológica, questionando-se sobre “como conhecer?”. Entretanto, o mesmo marco histórico que possibilita o conhecimento de novos horizontes põe em xeque as antigas certezas, dando força, portanto, à dúvida, a manifestações céticas.

[...] de todas as opiniões que no passado considerei verdadeiras, não existe nenhuma da qual hoje não possa duvidar, não por alguma falta de consideração ou imprudência, mas por razões muito fortes e refletidas: de modo que é preciso que agora em diante suspenda meu juízo a respeito de tais pensamentos, e que não mais lhes dê crédito, como faria com as coisas que se afiguram manifestamente falsas, se desejo encontrar algo de imutável e de indubitável nas ciências. (Descartes, 1999, p. 254).

Observa-se, no supracitado fragmento, uma introdução à dúvida radical adotada por Descartes como método para a busca de verdades imunes à dúvida cética. Desse modo, no racionalismo cartesiano, calcado no inatismo da razão, presencia-se a espreita cética da experiência da desconfiança, a qual passa, a partir de moldes epistemológicos, não mais a ocupar um lugar específico do pensamento filosófico, mas sim a povoar de diferentes maneiras as reflexões propostas.

É assim que, circulando do racionalismo cartesiano ao empirismo humeano, a dúvida cética é descrita como “uma doença que jamais pode ser radicalmente curada, voltando sempre a nos atormentar, por mais que a afastemos, e por mais que às vezes pareçamos estar inteiramente livres dela” (Hume, 1975, p. 235).

O testemunho de tal permanência pode ser visto ainda na apreciação da desconfiança que se estabelece, já na pós-modernidade, pelo método de Desconstrução de Derrida, sobre o qual, o autor afirma: “A desconstrução não consiste em passar de um conceito para outro, mas em modificar e em deslocar uma ordem conceitual assim como a ordem não conceitual à qual se articula” (1971, p. 373). O que se vê configurado nessa afirmação é a recorrência, mesmo que em outros termos, à suspensão do juízo e à dúvida radical, anteriormente referidas.

São essas as inflexões do ceticismo que se pretende ressaltar na observação dos (des)caminhos oferecidos como resposta anti-essencialista. Tomadas aqui de maneira bastante preliminar e super-

ficial, essas atitudes, historicamente relacionadas ao ideário cético, proporcionam os parâmetros para a observação do vínculo entre o impulso anti-essencialista de Wittgenstein e da Semiologia e sua filiação ao ceticismo linguístico.

O ANTI-ESSENCIALISMO WITTGENSTEINIANO: CETICISMO?

O reconhecimento do que se tem denominado o “segundo Wittgenstein”, a partir das *Investigações Filosóficas*, testemunha, por si só, a virada no que concerne às reflexões do filósofo, no sentido de rechaço à perspectiva essencialista. Sendo trazido, ele mesmo, em sua versão primeira – a constante no *Tractatus* – como contraponto antitético de sua reelaboração, seu desalinho com o essencialismo parece reflexão redundante para um estudo que não se propõe à leitura apurada de tal filosofia. Nesse sentido, optou-se por fazer uma espécie de apresentação identificadora de alguns de seus pontos fulcrais, relacionando-os aos seus contrapontos teóricos.

Consta, na abertura de *Investigações Filosóficas*, a citação de uma passagem da autobiografia de Santo Agostinho, na qual o biografado conta como se deu, na infância, seu processo de aprendizagem da língua. Identificando ali o lastro de uma sólida tradição que pensa a linguagem como instrumento de representação, Wittgenstein (1975, § 3) comenta: “Santo Agostinho descreve, podemos dizer, um sistema de comunicação; só que esse sistema não é tudo aquilo que chamamos de linguagem”. Estabelece-se, nesses termos, a problemática que parece guiar o norte de reflexões propostas pelo filósofo no sentido de promover uma subversão padrões tradicionais de refletir sobre a linguagem através de moldes essencialistas e representacionistas.

A palavra “subversão” aparece como fundamento da proposta reflexiva, pois se entende que há na filosofia wittgensteiniana não o simples repúdio a essas perspectivas, mas a recondução de suas bases elementares a novos e mais produtivos horizontes. E sobre isso, esclarece: “Quando dizemos:” cada palavra da linguagem designa algo”, com isso ainda não é dito absolutamente *nada*” (1975, § 13). Como se pode observar, há o reconhecimento da genuinidade do

movimento, ao mesmo tempo em que se acha implicada a necessidade de uma orientação mais atenta.

À empreitada lógica que parece se abrir a partir dessa afirmação, à busca de exatidão impingida pela empresa científica, segue, das sessões 87 a 89, o esclarecimento, em sentido inverso, sobre a crítica a um ideal de exatidão, no qual questiona-se “em que sentido a lógica é algo sublime?” (1975, § 89), inferindo-se a resposta na seguinte reflexão: “[...] Se se quiser evitar confusão, é melhor não dizer que essas palavras denominam algo. [...]. Tudo que chamamos sem mais de “nome” é dito apenas em sentido inexato, aproximativo”. À espreita da cena que se configura aí, vê-se um cético.

O não-reconhecimento da relação entre as palavras e o mundo por elas representado, bem como da exatidão das coisas, leva à postura cética, retomado o termo em sua significação etimológica (*sképis*), de “A fim de ver mais claro, devemos aqui, como em inúmeros casos semelhantes, considerar particularidades dos processos; observar de perto o que se passa” (1975, § 51); escarafunchar trapos dos quais brotam ratos, mesmo que pareça de lá não ter sido possível sua geração³. A reflexão que se propõe, neste caso, remete à subversão dos padrões essencialistas a partir do movimento dubitativo concernente ao ideário cético. É assim que, na seção 23, tem-se: “Quantas espécies de frases existem? Afirmação, pergunta e comando talvez? – Há inúmeras e de tais espécies: inúmeras espécies diferentes de empregos daquilo que chamamos “signo”, “palavras”, “frases”. E essa pluralidade não é nada fixo”.

Do reconhecimento da pluralidade e da não-fixação dos termos, a angústia da suspensão do juízo parece tornar-se o caminho inevitável. Diante da constatação de que “Tudo está certo; e nada está certo” (1975, § 77), feita a partir do questionamento dos próprios fundamentos que têm sustentado a reflexão filosófica sobre a linguagem, restaria apenas o contentamento com a almejada ataraxia cética. Outro caminho, no entanto, parece ser apontado nas palavras que seguem:

Pode facilmente parecer que toda dúvida mostre apenas uma lacuna

³ Referência à seção 52.

existente no fundamento, de tal modo que uma compreensão segura é possível apenas quando primeiramente duvidamos de tudo aquilo que pode ser duvidoso e afastamos então todas estas dúvidas (1975, § 88).

Retomada a crítica a uma lógica de exatidão, retira-se agora a dúvida de seu aparente e inexorável caminhar ao vazio, conduzindo-a ao seu sentido positivo. Donde, as conseqüentes “contusões” por ela causadas, passam a ser compreendidas por seu valor de descoberta⁴. E sobre os novos rumos empreendidos, têm-se as palavras do filósofo (1975, § 118):

De onde nossas considerações tomam sua importância, desde que parecem destruir tudo o que é interessante, tudo o que é grande e importante? (Como em todas as construções, na medida em que deixam sobrando montes de pedras e escombros). Mas são apenas castelos de areia que destruímos, e liberamos o fundamento da linguagem sobre o qual reparamos.

O diálogo estabelecido nesta passagem encontra seus interlocutores tanto no essencialismo como no ceticismo, já que se toma como pauta de questionamento a destruição cética ao edifício essencialista, que, por sua vez, definido como “castelo de areia”, além de ter exposta a sua fragilidade, ainda invalida a investida de seu opositor. Assim, a oferta cética que se estendia como mão amiga ao empreendimento anti-essencialista mostra-se presente, mas, mesmo que atraente, acaba por ser abandonada em função da construção possibilitada pela liberação do fundamento.

Ainda nesse sentido, importa referir que o fundamento da linguagem, conforme ponderação wittgensteiniana desenvolvida nas seções 90 a 97, não se constitui na relação com nenhuma essência, seja ela passível de ou inacessível à representação. De acordo com isso, apesar do invólucro cético que parece embalar qualquer atitude anti-essencialista, essencialismo e ceticismo são configurados como as duas faces da mesma moeda, constituindo-se, ambas, como posturas amplamente recusadas pelo filósofo.

Tais recusas, como já se pode inferir dos apontamentos aqui apresentados, obviamente se estabelecem em diferentes termos, mas em função de uma proposta: subversiva com relação à consideração

⁴ Referência à seção 119.

de uma essência á qual a palavra suporta e positiva no que se refere à falência da linguagem na negação cética. “[...] Acreditamos que o ideal deve residir na realidade; pois acreditamos já vê-lo nela” (1975, § 101).

A negação da essência (oculta ou não) faz com que se possa retomar a afirmação inicial sobre as palavras de Santo Agostinho mais cuidadosamente. Não se trata de atribuir sua insuficiência por falta de acesso à essência, mas sim pelo reconhecimento de sua restrição à realidade da linguagem. E é em encontro a tal reflexão que Wittgenstein estabelece, nesse caso, a apresentação – tomada na autoria agostiniana de maneira generalizada – de apenas um dos *jogos de linguagem*⁵.

Diante de tal constatação, ao ímpeto essencialista de buscar a equivalência de uma essência comum entre os possíveis jogos, Wittgenstein responde (1975, § 67): “Não posso caracterizar melhor essas semelhanças do que com a expressão “semelhanças de família”; pois assim se envolvem e se cruzam [...]. E digo: os “jogos” formam uma família”.

Como *família de jogos*, a linguagem passa a habitar terrenos acionais, nos quais mundo e sujeitos se aproximam de tal forma, que seu caráter instrumental torna-se inviabilizado. Instaura-se, assim, na *práxis*, seu fundamento, rompendo-se qualquer relação de exterioridade entre mundo, linguagem e sujeitos: “[...] Não há nenhum lá fora; lá fora falta o ar” (1975, § 103). E a esse “não lá fora” corresponde, ainda, um “não cá dentro”.

Instituída no uso, na *práxis*, a linguagem não pode mais ter seu aprendizado vinculado a um processo mental individualizado, devendo sim, por outro lado, ser inserido na prática da observação dos jogos alheios e na possibilidade de se reproduzir e recriar novos lances⁶. Não se trata neste ponto, novamente, de negação dos processos mentais, mais sim do reconhecimento de sua insuficiência para dar conta do processo de aprendizado de uma língua; trata-se de algo que acontece em conjunto com o aprendizado não devendo, pois, ser

⁵ Referência à seção 7.

⁶ Referência à seção 54

confundido com o próprio. Sobre isso, Wittgenstein esclarece, em diferentes sessões, com ilustrações diversificadas em números, cores e formas.

É nesse sentido, que a existência de uma linguagem privada constitui-se como incoerente. Não se trata da simples consideração da linguagem em uso, mas sim de sua própria existência ser nele/dele constituído. Não entendida, desse modo, como um código de representação de sensações e sentimentos, o “império” dos sentidos da linguagem não é compartilhado por escolha, mas por impossibilidade gerada em sua própria natureza. Afinal, se a linguagem é o uso, a ininteligibilidade da linguagem para o outro implica, necessariamente, em sua não inteligibilidade para mim.

Que razão temos para chamar de “S” o signo referente a uma sensação? “Sensação” é, na verdade, uma palavra de nossa linguagem geral e não uma linguagem inteligível apenas para mim. O uso dessa palavra exige, pois uma justificação que todos compreendem. – E não ajudaria nada dizer: não precisaria ser uma sensação; quando ele escreve “S”, tem algo – e mais não poderíamos dizer. Mas “ter” e “algo” pertencem também à linguagem geral. – Assim, ao filosofar, chega-se, por fim lá onde desejaríamos apenas proferir um som inarticulado. – Mas tal som é uma expressão apenas num jogo de linguagem determinado [...]. (1975, § 261).

É preciso atentar ainda neste ponto ao desarme do solipsismo aí intuído em aproximação cética, pois, Wittgenstein não propõe as sensações como essências particulares inacessíveis à linguagem. Não se colocando mais como instrumento de representação (capaz ou não de acessar o mundo), a linguagem deve sua própria existência ao jogo intersubjetivo dos sentidos: “[...] a roda que se pode mover sem que nada mais se mova, não pertence à máquina.” (1975, § 271). E dessa intersubjetividade fundada na prática, no uso, criada no próprio jogo, surge a reflexão sobre o conceito de regra (1975, § 217).

“Como posso seguir uma regra?” – Se isto não é uma pergunta pelas causas, é então uma pergunta pela justificação para o fato de que eu ajo segundo a regra assim.

Se esgotei as justificações, então atingi a rocha dura e minha pá entortou. Estou então inclinado a dizer: “é assim que eu ajo”.

Como justificar as regras de um jogo qualquer? Um determinado jogo só pode ser concebido em conjunção com suas regras, nascem juntos. Não há como pensar num jogo, sem se referir às suas regras, nem a elas sem a implicação do jogo em si. Daí a compreen-

são de que as regras se constroem no jogo e de que sua inadequação não se configura em controvérsia, mas em nova regra. “Correto e falso é o que os homens dizem; e na linguagem os homens estão de acordo. Não é um acordo sobre as opiniões, mas sobre o modo de vida” (1975, § 241). Seguidas ou não, reinventadas, reinterpretadas, “Eis porque ‘seguir a regra’ é uma práxis” (1975, § 202).

Sobre o solo de incertezas que parece se abrir diante do não estabelecimento de um fio determinante das regras implicadas nos jogos de linguagem, Wittgenstein esclarece: “Pelo fato de me parecer a mim – ou a toda gente – que uma coisa é assim, não se segue que ela o seja. O que podemos perguntar é se faz sentido duvidar dela” (1990, § 2). Assim, ao reconhecimento da aparência que poderia levar à opção pela suspensão do juízo, segue-se a desabilitação da dúvida, possibilitada, em verdade, por uma nova concepção do sentido de “certeza”. “A certeza é *por assim dizer* um tom de voz em que alguém declara como são as coisas, mas não se infere desse tom que tenha razão” (1990, § 30).

Na distinção entre ter “certeza” e ter “razão”, Wittgenstein estabelece a natureza diversa dessas categorias, entendendo a primeira não como um produto de intelecção, mas como convicção irrevogável, ainda que mutável, enquanto a segunda, vinculada à gramática do “saber”, é revogável, contingente. Entendida, portanto, como convicção que repele noções epistêmicas, a “certeza” institui o solo da linguagem no agir, desabilitando a relevância da pergunta cética “como sabe?”.

A partir da distinção na consideração das gramáticas de “certeza” e “saber”, bem como da observação dos diferentes espaços que constituem na teoria do conhecimento, vincula-se, em determinação wittgensteiniana, a preocupação filosófica ao fundamento, à certeza, ao irrevogável; e, nesse sentido, seu empenho deve direcionar-se à descrição do estado de coisas. Nesse sentido, a afirmação “A filosofia não deve, de modo algum, tocar no uso efetivo da linguagem; em último caso, pode apenas descrevê-lo” (1975, § 124), não deve ser interpretada como filiação ao ideário cético, pois o que se implica não é a impossibilidade de explicação, mas a sua irrelevância diante de uma certeza configurada na convicção. E sobre a forma dessa descrição, pondera o filósofo (1975, § 122):

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Uma fonte principal de nossa incompreensão é que não temos uma visão panorâmica do uso de nossas palavras. – Falta caráter panorâmico à nossa gramática. – A representação panorâmica permite a compreensão, que consiste justamente em “ver as conexões”. Daí a importância de encontrar e inventar *articulações intermediárias*.

A necessidade da descrição a partir de uma visão sinóptica, decorrente da “pá entortada” na escavação reducionista – com vistas à generalização simplista – e das “contusões” adquiridas na investida contra os limites da linguagem, impõe-se pela consideração de que “Os jogos de linguagem figuram muito mais como objetos de comparação, que através de semelhanças e dissemelhanças, devem lançar luz sobre as relações de nossa linguagem” (1975, § 130). O que, por sua vez, coloca os objetivos filosóficos de Wittgenstein nos seguintes termos (*Idem*, § 132): “Queremos estabelecer uma ordem no nosso conhecimento do uso da linguagem: uma ordem para uma finalidade determinada; uma ordem entre as muitas ordens; não *a* ordem”.

Observa-se, desse modo, que o ímpeto anti-essencialista, apesar de deixar à espreita a aproximação com o ceticismo, coloca-se na fuga do risco ao vazio através da apresentação de alternativas subversivas tanto do reducionismo de um, quanto da negativização do outro. Assim, reconhecendo limites e conformando-se com a realidade em si, Wittgenstein concebe a linguagem em sua dinâmica, em vida, na prática da qual e na qual se configura, na necessidade do atrito, wittgensteinianamente formulado em convite: “Retornemos ao solo áspero!” (*Idem*, § 107).

ECOS WITTGENSTEINIANOS
NA ANÁLISE SEMIOLINGÜÍSTICA DO DISCURSO

Ao propor uma Análise Semiolingüística⁷ do Discurso, Patrick Charaudeau parece inclinado a aceitar o convite wittgensteiniano de *retorno ao solo áspero*. Isto porque, impondo o desafio de articular as dimensões psicossociológicas envolvidas em um ato de linguagem com as dimensões propriamente lingüísticas (ou languageiras), o autor concebe a linguagem em sua multidimensionalidade e reconduz o discurso ao jogo comunicativo que se estabelece entre a sociedade e suas produções languageiras. Nesse sentido, pode-se já ouvir o eco conselheiro da voz wittgensteiniana (1975, § 107):

Quanto mais exatamente consideramos a linguagem de fato, tanto maior torna-se o conflito entre ela e nossas exigências. (A pureza cristalina da lógica não se entregou a mim, mas foi uma exigência.) [...] Cáfi-mos numa superfície escorregadia onde falta o atrito, onde as condições são, em certo sentido ideais, mas onde por esta mesma razão não podemos mais caminhar; necessitamos então o *atríto*.

A Semiolingüística se apresenta, assim, não só como recusa ao determinismo dos estudos lingüísticos embalados pela tradição, mas também como alternativa crítica às “Análises do Discurso”⁸ que, ao se desenvolverem unilateralmente – ora em direção à dimensão lingüística, ora em sua contramão sociológica –, não satisfazem a condição proposta por Charaudeau (1996, p. 9) como “princípio do estudo da linguagem”, pois são incapazes de pensar “o espaço externo como fundador do espaço interno e, ao mesmo tempo, construído por este” ou, ainda, de “problematizar a linguagem num modelo que constrói o social em sociolinguageiro e o lingüístico em sociodiscursivo” (1996, p. 21).

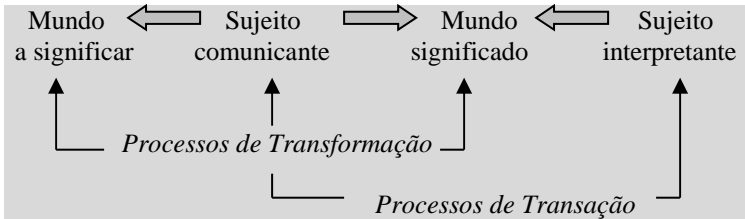
A necessidade de articulação entre os planos lingüístico e situacional parecem posicioná-la, definitivamente, em função de um anti-essencialismo, o que, conseqüentemente, levaria a sua aproxi-

⁷ Segundo Charaudeau (1995:98), *sémio* – vem de *sémiosis*, lembrando que a construção do sentido e sua configuração se fazem por meio de uma relação forma-sentido, relação esta que pode ocorrer em diferentes sistemas semiológicos.

⁸ O uso plural faz referência às múltiplas possibilidades de encaminhamento teórico-metodológico que se têm construído, atualmente, sob a generalidade do termo AD.

mação com a proposta filosófica do “segundo Wittgenstein”. No entanto, temendo a precipitação de tal generalização, passa-se à observação mais apurada do *constructo* teórico que fundamenta referida proposta.

De acordo com Charaudeau (1995, p. 98), o ato de linguagem se constitui em um processo de “semiotização do mundo”, realizado a partir dos seguintes movimentos⁹:



Como se vê, nos *processos de transformação*¹⁰ está implicada a passagem de um “mundo a significar” a um “mundo significado”, sob a ação de um sujeito falante, que, por sua vez, encontra-se relacionado ao seu parceiro de troca linguageira, através de *processos de transação*, estabelecidos a partir de quatro princípios: alteridade, pertinência, influência e regulação. Antes de se refletir sobre as implicações de tal quadro, é necessário ter em conta que esses *princípios de transação*, implicam, respectivamente, no reconhecimento de que (i) todo ato de linguagem é um fenômeno de troca entre dois parceiros que se reconhecem como semelhantes e diferentes; (ii) que esses parceiros devem partilhar um universo de saberes; (iii) que o sujeito produtor de um ato de linguagem visa atingir seu parceiro de troca, no sentido de possibilitar-lhe a interação; (iv) que esses parceiros sabem (conscientemente ou não) que a influência é suscetível à contra-influência, o que faz com que regulem esse jogo de influências.

Ao considerar a passagem de um “mundo a significar” a

⁹ Adaptação em língua portuguesa para o esquema apresentado em: Charaudeau, 1995, p. 101.

¹⁰ Os chamados Processos de Transformação se desenvolvem a partir de quatro operações lingüísticas: identificação, qualificação, ação e causação (Charaudeau, 1995, p. 98-99).

“mundo significado” através de operações linguísticas, Charaudeau parece ir ao encontro de uma perspectiva representacionista, considerando a linguagem como uma espécie de etiquetagem do mundo. Exterior à linguagem, esse mundo seria nomeado através de categorias linguísticas, passando, assim, a constituir o discurso. Desconfigurando esta primeira impressão, veja-se as palavras do autor (1995, p. 100-101):

On peut toujours construire un énoncé en mobilisant led différents opérations do processus de transformoion, par exemple: “lès carottes sont cuités”. Mais que signifie-t-il en tant qu’acte de langage? Qu’est-ce qu’il propose à l’échange? À quel enjeu de transation il corespond? Signifie-t-il qu’ “um temps de cuisson est termine” et que sous couvert d’un constat on “demande à quelqu’un d’éteindre le gaz? Que “le jour du débarquement vient d’être decide”? Qu’ “il faut cesser de réviser son bachot”? Que “quelqu’un part à la retrait”? Qu’ “on ne peut plus revenir en arrière”? Que “l’heure de accouchement est venu”? Sans compter toutes lès significations collatérales qui s’attacheraint à chacune de celle-ci.

Apontando para as múltiplas possibilidades de significação, os questionamentos aí implicados não reconhecem a relação entre mundo/palavra, levando a hipótese da filiação representacionista ao seu sentido inverso: se na passagem do “mundo a significar” a “mundo significado” encontram-se interferências pragmáticas determinadas pela situação de comunicação, então, esses mundos não se equivalem, ficando a essência do mundo real (a significar) inacessível ao mundo discursivo (significado). Porta aberta para o cético, fechada na retomada das considerações iniciais sobre a concepção de “social em sociolinguageiro e o linguístico em sociodiscursivo”.

O que está implicado nestes termos é a verificação, em sentido wittgensteiniano, de que a linguagem simplesmente inexiste na desconsideração do uso; ela constitui e é constituída na *práxis*. Segundo Charaudeau, o fundamento de um ato de linguagem não se estabelece na necessidade de se propor uma descrição do mundo, mas sim na de entrar em contato com o outro, através de uma troca comunicativa que pode ou não servir para tal fim descritivo. E neste ponto, vê-se entrecruzar a voz de Wittgenstein em crítica ao caráter restritivo do entendimento de Santo Agostinho sobre a linguagem¹¹.

¹¹ Vejam-se as seções 3 e 4 das *Investigações Filosóficas*.

Ainda em inspiração wittgensteiniana, poder-se-ia compreender a noção de “contrato comunicativo” em Charaudeau como um paralelo à “famílias de jogos”. Verificando que todo ato de linguagem se dá em uma situação de comunicação concreta, na qual se inscrevem os sujeitos da troca, o semiolinguísta identifica entre eles uma relação contratual, implicitamente reconhecida e definida, de um lado, pelos aspectos ligados ao plano situacional (a identidade dos parceiros, seus objetivos, o assunto de que falam, em que circunstâncias materiais) e, de outro, por aspectos relativos ao plano comunicacional e discursivo (as maneiras de dizer ou quais as estratégias discursivas pertinentes). Assim é que, diferentes situações implicam diferentes contratos e pluralizam, por tanto, os diferentes *jogos de linguagem* em constituição “familiar”.

A aproximação entre Wittgenstein e Charaudeau que se desenha nessas reflexões parece, no entanto, não resistir à seguinte proposição: se o ato de linguagem para Charaudeau se constitui, apesar de suas diversas relações contratuais, nos processos de *semiotização do mundo*, isto significaria que há na linguagem uma essência capaz de aparentar todos esses jogos; essência esta negada na definição wittgensteiniana das “semelhanças de famílias”. A metáfora da família é usada pelo filósofo, no sentido de referir às diferentes semelhanças que “se envolvem e se cruzam” “entre os membros de uma família” (1975, p. § 67). E essas diferentes semelhanças parecem constar na perspectiva Semiolingüística como a semelhança, o traço comum, a essência capaz de aparentar todos os atos (jogos) de linguagem. Sem pretender resolver a controvertida questão, passa-se à observação dos princípios restritivos do contrato e da constituição dos sujeitos.

Definido como “quadro de reconhecimento no qual se inscrevem os parceiros, para que se estabeleça a troca e a intercompreensão, sendo, portanto, da ordem do imaginário social” (Charaudeau, 1999b, p. 6), o *contrato comunicativo* funciona como uma espécie de parâmetro implícito nas expectativas compartilhadas – e mais ou menos institucionalizadas – sobre o modo de funcionamento dos vários tipos de encontros languageiros. Comparativamente, poderia ser referido aqui o conceito de *regra* no sentido wittgensteiniano. Isto porque, apesar de guardar algumas expectativas socialmente determinadas, a noção de *contrato* não deve ser entendida como algo da-

do, pronto, como uma regra do senso comum simplesmente executada pelos sujeitos empenhados na comunicação, mas sim construído pelas condições específicas de sua realização. Assim como nas *regras* de Wittgenstein, o *contrato* só se estabelece no próprio ato de linguagem, através de cada um dos lances do jogo.

Neste ponto, merece acentuar-se o mérito de Charaudeau em recusar a forma mecânica como as determinações macrosituacionais têm sido impingidas aos parceiros comunicativos em algumas correntes da AD. Segundo o autor, a relevância do quadro social mais amplo só pode ser determinada em cada situação de comunicação específica, sendo delimitada, ainda, no reconhecimento dos interlocutores de sua significação. Esses sujeitos não podem, por conseguinte, ser encarados, unilateralmente, nem pela autonomia, nem pela sobredeterminação social; eles são responsáveis por seus lances nos *jogos de linguagem*, e os fazem em função de seu conhecimento das práticas languageiras.

Nessa perspectiva, entendendo ser “conjuntamente que se constroem, em nome do uso, a normalização dos comportamentos, do sentido e das formas” (Charaudeau, 2004, p. 19), o aprendizado do sujeito se dá na observação das práticas registradas em três memórias: *discursiva*, na qual são construídos saberes de conhecimento e crença sobre o mundo; *situacional*, que envolve os dispositivos normatizados em trocas comunicativas e que se define através do conjunto de condições psicossociais de realização; e *formal*, referente aos signos que servem para a troca comunicativa. A descrição dessas memórias institui o aprendizado do sujeito na prática, e distancia-se da visão elucidatória tradicionalmente concebida. Nesse sentido, quase se pode ouvir a voz de Wittgenstein no seguinte esclarecimento de Charaudeau (2004, p. 20) sobre a memória formal:

Uma *memória das formas de signos* que servem para trocar (quer sejam trocas verbais, icônicas, gestuais), não enquanto sistema, mas enquanto empregados dessa ou daquela forma, quer dizer através de seu uso. Estes signos se organizam enquanto *maneiras de dizer* mais ou menos rotineiras, como se o que importasse na linguagem não fosse o que se diz, mas sua execução.

Lembre-se, pois, que na perspectiva Semiolingüística, essas memórias não são simplesmente reproduzidas pelos sujeitos no ato de linguagem. Elas são reconhecidas enquanto normatizadas, e esse

reconhecimento possibilita seu uso estratégico no ato de linguagem. Retoma-se aqui o espaço das limitações e da liberdade atribuídos aos sujeitos.

Se o ato de linguagem, segundo Charaudeau, fundamenta-se na necessidade de relação com o outro, ele se inicia quando um sujeito, motivado por um projeto de fala e visando determinados objetivos comunicacionais, toma a iniciativa da palavra. A este sujeito é reservado um espaço de manobra que o possibilita escolher as estratégias de fala mais apropriadas. À aparente liberdade de escolha, entretanto, sobrepõem-se algumas limitações: trata-se de um sujeito real, que se orienta em circunstâncias materiais específicas, define-se por uma identidade psicossocial particular (*Eu-comunicante*) e cujas estratégias são constrangidas por se dirigirem a outro sujeito (*Tu-interpretante*), também possuidor de uma identidade e intencionalidade definidas. Implicados no ato de linguagem, esses sujeitos são recobertos, respectivamente, pelas figuras de um *Eu-enunciador* e um *Tu-destinatário*, atores da *mise en scène* enunciativa.

Imbuídos de suas máscaras discursivas, os parceiros do ato comunicativo se empenham, então, em *jogos de linguagem* desenvolvidos em encenação teatral. Jogos de linguagem e de máscaras, que se desenrolam dinamicamente, sendo redefinidos a cada lance/ato. Nesse sentido, a metáfora do teatro, marcante na teoria semiolinguística, adequa-se bem ao sentido dos jogos wittgensteinianos. Afinal, não poderia a encenação teatral ser também concebida como uma espécie de jogo? A troca de papéis enunciativos nada mais é do que um jogo intersubjetivo.

No recurso das máscaras há, entretanto, lugar para o fingimento, para a dissimulação de parceiros cuja realidade torna-se inacessível. Risco de solipcismo cético afastado pelas palavras de Patrick Charaudeau¹²:

A máscara não é necessariamente o que esconde a realidade. É verdade que em nosso mundo ocidental ela tornou-se – nas representações – um signo de dissimulação e mesmo de fraude: quanto mais ela oculta, mais simula [...].

¹² Constante do Prólogo em Charaudeau, 2006.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Mas a máscara é também, em outras tradições, o que define o ser em sua perenidade, em sua imutável essência [...].

Pode-se conjugar essas duas tradições em uma das hipóteses que as ciências da Linguagem nos oferecem: sendo o sentido que nasce de todo ato de linguagem o resultado do encontro entre um sujeito que enuncia e outro que interpreta, cada qual agindo em função daquilo que imagina do outro, pode-se dizer que a identidade desses sujeitos não é nada mais que a imagem co-construída que resulta desse encontro. Assim, cada um é para o outro apenas uma imagem. *Não absolutamente uma imagem falsa, uma aparência enganosa, mas uma imagem que é o próprio ser em sua verdade de troca.* Assim sendo, a máscara seria nosso ser presente, ela não dissimularia, ela nos designaria como sendo nossa identidade diante do outro. [grifo nosso]

A desconstrução do simulacro entre o ser e o parecer da máscara promove a conjunção dos desdobramentos subjetivos (Euc/Eue)-(Tui/Tud) ao mesmo tempo em que reforça o caráter interacional da linguagem. Ao fantasma do ceticismo que se aproximava, fecha-se a porta, e, na configuração desses jogos de máscaras, variadas e variáveis, Charaudeau impõe a relevância da dimensão da interação social, concebida como construtora e construída na e pela linguagem.

Tendo em vista tal posicionamento, pode-se estabelecer, como último contraponto equivalente entre A Semiolingüística e a filosofia wittgensteiniana, o reconhecimento da incoerência na consideração de uma *linguagem privada*. Isto porque, se por um lado (o de Wittgenstein) os sentidos da linguagem constituem-se no uso e, portanto, na prática de sujeitos, por outro, semelhante (o de Charaudeau), eles são produzidos “numa relação triangular que subordina a referência ao mundo (a proposicional) à intersubjetividade dos interlocutores (a relacional)” (1996, p. 7), seja, este mundo subordinado, exterior ou interior. À ilha de sentidos que se construía em subjetividades isoladas, impõe-se a intersubjetividade, a consideração precípua do caráter público da linguagem e de sua condenação à ausência de privacidade.

PALAVRAS FINAIS

As considerações feitas no presente estudo visaram, principalmente, o estabelecimento das possíveis relações entre as propos-

tas filosóficas do “segundo Wittgenstein” e as perspectivas da Análise Semiolingüística do Discurso. Afinadas em seu caráter anti-essencialista, as referidas teorias, mesmo filiadas a diferentes áreas do saber, aproximam-se na recusa aos padrões tradicionais de reflexão sobre a linguagem.

Tal aproximação, como se pôde observar, não se estabelece, no entanto, como filiação inevitável ao ideário cético. Sob a pena de se cortar o galho onde se está sentado¹³, a recusa da tradição, mesmo em flerte com o ceticismo, configura-se não somente por sua negação, mas na apresentação de alternativas que possibilitem a reflexão sobre a linguagem em novos termos.

Reconduzida a seu berço, a *práxis*, a linguagem se instaura, tanto para Wittgenstein quanto para Charaudeau, nas suas diversas possibilidades de *jogos* e *atos* realizados por sujeitos concretos, intersubjetivamente relacionados. Desconfigurada, portanto, qualquer possibilidade de exterioridade no binômio língua/mundo, os sentidos da linguagem só se instituem, para ambos os teóricos, no aqui/ agora das práticas languageiras, interacionalmente construídas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAVELL, Stanley. *A Cavell Reader*. Mulhall, Stephen (org.) Oxford: Balckwell, 1996.

CHARAUDEAU, Patrick. Eléments de sémiolinguistique d'une théorie du langage à une analyse du discours. **In:** *Connexions*, n° 38, 1982.

———. Une analyse sémiolinguistique du discours. *Langages*, n° 117, 1995.

———. Para uma nova análise do discurso. **In:** CARNEIRO, A. D. (org.). *O discurso da mídia*. Rio de Janeiro: Oficina do autor, 1996.

———. Análise do discurso: controvérsias e perspectivas. **In:** MARI, H., PIRES, S., CRUZ, A. & MACHADO, I. (orgs.). *Fundamen-*

¹³ Referência à seção 55 das *Investigações Filosóficas*.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

tos e dimensões da análise do discurso. Belo Horizonte: Carol Borges, 1999.

———. O contrato de comunicação em sala de aula. *Pratiques*, nº especial, 1999b (tradução e adaptação para fins didáticos Diléa Pires).

———. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. **In:** MACHADO, I. L. & MELLO, R. (orgs.). *Gêneros: Reflexões em análise do discurso*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

———. “Prólogo”. **In:** *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2006.

DESCARTES, René. *Meditações*. São Paulo: Nova Cultural (Os Pensadores), 1990.

DERRIDA, Jaques. *Assinatura acontecimento contexto*. Comunicação ao Congrès International des Sociétés de philosophie de langue française. Montreal, 1971.

EMPIRICUS, Sextus. *Outlines of Scepticism*. (Book I). Cambridge, 1994.

GLOCK, Hans-Johann. *Dicionário Wittgenstein*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

HUME, David. Do ceticismo e outros sistemas filosóficos. **In:** *Tratado da natureza humana*. São Paulo: Abril Cultural (Os Pensadores), 1975.

WITTGENSTEIN, Ludwig: *Investigações filosóficas*. São Paulo: Abril Cultural (Os Pensadores), 1975.

———. *Da certeza*. Lisboa: Edições 70, 1990, p. 15-65.

AS EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS E O ENSINO DA LÍNGUA ESPANHOLA

David Sena Lemos (UERR)
(dsena.lettras@uerr.edu.br)

RESUMO

Hoje no Brasil o ensino da Língua Espanhola na Educação Básica tem demonstrado extrema relevância, inclusive por força da legislação. Há discussões sobre a plena efetivação da lei 11.161/05, uma vez que há muito a se rever sobre o processo de ensino-aprendizagem de espanhol no ensino público do país. Consoante a essa realidade, este artigo analisa o ensino do espanhol em Roraima no nível médio a partir de pesquisas realizadas em escolas públicas de Boa Vista. Com essas pesquisas verificou-se que muitas metodologias adotadas hoje no Estado não levam o aluno ao domínio pleno do espanhol. Isso por vários motivos que vão desde o fato de ser uma disciplina que não reprova ao final do ano letivo, daí o desinteresse do aluno, à aulas com metodologias e recursos que não funcionam na prática. Fica latente que as metodologias de ensino precisam ser reformuladas. Assim, apresentam-se aqui propostas para que o ensino se torne mais profícuo, e dessa forma o aluno possa, ao final do ensino médio, falar e escrever em espanhol, já que onze estados brasileiros são fronteiriços com países de fala hispânica. Uma proposta que intenta ser motivadora é o ensino através das expressões idiomáticas. Esses recursos linguísticos representam milhares de possibilidades na comunicação em espanhol. Tais idiomatismos espanhóis são vistos através de análises com as expressões do português e explicações de suas possíveis origens, as quais provêm de fatos reais ou folclóricos, algumas são duvidosas e outras engraçadas. Existem expressões com léxico e sentido parecidos nos dois idiomas, outras com o mesmo sentido, mas estruturas morfossintáticas diferentes. Portanto, como elemento linguístico enriquecedor do ato comunicativo, consideram-se as expressões idiomáticas de suma importância para o ensino do Espanhol como língua estrangeira moderna na educação básica.

Palavras-Chave: Língua, expressão idiomática, ensino de espanhol

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A linguagem é um fenômeno que não representa apenas a fala humana, mas tudo que cerca o indivíduo e transmite-lhe informações sobre seu mundo e culturas diversas. Dentre as várias linguagens, a *língua* é a mais importante para o homem. Pelo dinamismo da língua, o falante faz uso de inúmeros recursos linguísticos, como as gírias, frases feitas, provérbios, modismo e idiotismos. Inúmeros estudos apontam dificuldades em definir tais terminologias.

Língua é um termo usado freqüentemente como sinônimo de *idioma*. Já este se usa mais quando se fala de língua estrangeira. Daí origina-se o termo expressão *idiomática*, usado para referir-se a uma estrutura, uma unidade léxica complexa, que não é dedutível apenas do sentido individual dos seus elementos ou os signos linguísticos, mas do conjunto que envolve um contexto sociocultural distinto.

Sem se deter a definições, esse artigo analisa essas estruturas de forma genérica como *expressões idiomáticas*, e as apresenta como realizações linguísticas aplicáveis ao ensino de espanhol. A proposta surgiu após constatação – através de pesquisas com professores e alunos do nível médio – da deficiência no ensino e aprendizagem do idioma em algumas escolas públicas de Boa Vista-RR.

Para Dubois (1990) “Expressão idiomática é qualquer forma gramatical cujo sentido não pode ser deduzido de sua estrutura em morfemas e que não entra na constituição de uma forma mais ampla”. (1990, p. 330). É uma estrutura linguística que procede da construção cultural que uma comunidade de falantes faz no uso do idioma. Definir as origens é tarefa difícil. Pesquisadores afirmam que muitas explicações são duvidosas, pois sempre há uma ou mais histórias relacionadas que as explique. Muitas vêm de eventos que ocorreram com personagens reais. Há explicações folclóricas que o povo as mantém por muitas gerações e transmitem de forma oral, o que pode significar a perda de parte das explicações originais ou “corretas”. Em português e espanhol há muitas expressões parecidas formalmente, mas com sentidos diferentes, ou o mesmo sentido, e forma morfosintática diferente. As variações de sentido ocorrem porque há distintos contextos sociointeracionais de produção.

O ensino de língua estrangeira na escola deve objetivar o aperfeiçoamento das competências linguísticas e comunicativas do aluno. Para tanto há que se considerar a experiência da linguagem coloquial que o aluno domina e leva à escola. As expressões idiomáticas são algo do cotidiano do aprendiz. O espanhol é a língua oficial de 21 países, regiões com traços geográficos e culturais bem distintos. Assim há milhares de expressões idiomáticas, muitas de uso generalizado e outras bem específicas de determinados lugares.

Vários fatores contribuem para que o espanhol se consolide no Brasil: é o maior e mais populoso país sul-americano que não fala

o idioma; onze de seus Estados são fronteiriços de países de fala hispânica; integra o Mercosul e pode entrar em outros blocos econômicos, também compostos por hispânico-falantes.

A Lei de Diretrizes de Base da Educação (9394/96) diz que “será incluída uma língua estrangeira moderna como disciplina obrigatória, (...)” (LDB: 1996, p. 14) no currículo do ensino médio. Diante dos fatores apontados acima, acredita-se que as escolas públicas e privadas devam priorizar em seus currículos o espanhol como língua estrangeira moderna.

Diante do inevitável contato do Brasil com países hispano-americanos, é notório que o governo federal tenha aprovado a lei 11.161/05, que torna obrigatória a oferta da língua espanhola nas escolas públicas e privadas de ensino médio. Contudo há uma carência de cinco anos para a implantação definitiva em todo o território nacional. Mesmo que não houvesse lei, é necessário que aluno brasileiro aprenda o espanhol, não apenas os que vivem em regiões do Rio Grande do Sul até Roraima. O que se observa, devido à proximidade geográfica e o necessário contato com os vizinhos, é o uso do *portuhol*, resultado da junção do português e espanhol.

COMUNICAR-SE EM OUTRO IDIOMA: AS EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS

A língua é um dos traços característicos do homem que há muito a usa como meio de comunicação. Consoante a isso, o linguista russo Mikhail Bakhtin (2000) reforça a importância da língua na sociedade e acrescenta que se pode usá-la de diferentes formas para atender as distintas finalidades de acordo com os seguimentos sociais:

Todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua. (...) O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua – recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais -, mas também, e, sobretudo por sua construção composicional. (2000, p. 279).

Um ato de fala é uma atividade complexa. Para sua realização é fundamental que se compreenda primeiramente a composição formal, a apresentação dos enunciados como resultados de uma boa in-

teração verbal. As expressões idiomáticas possuem composições bem marcadas, fato que caracteriza o dinamismo da língua.

Para a teoria da comunicação, a interação ocorre quando emissor e receptor compartilham da mesma variante lingüística. José Luis Fiorin afirma que “(...) quanto maior for a intersecção entre os subcódigos do remetente e do destinatário, mais bem-sucedida será a comunicação” (2007, p. 31). Dessa forma é necessário considerar valores e ideologias que reflitam o ato de fala expressos nas variantes. As expressões idiomáticas representam produtos desses subcódigos.

Quanto maior a diversidade cultural de um país, maior é o número de expressões idiomáticas à disposição de seus falantes. Essa riqueza de recursos lingüísticos deve ser passada ao aluno de língua estrangeira, pois ao entrar em contato com as expressões mais usadas nos diferentes países, terá seu horizonte de conhecimento ampliado na língua meta. Muitos brasileiros consideram fácil a compreensão dos idiotismos espanhóis, pois o português e o espanhol são idiomas considerados “irmãos”. Verifica-se isso na observação de expressões comuns aos dois países, que são próximas na composição léxica e no valor semântico. Mas há também um grande número de expressões de difícil compreensão imediata, o que demanda de maior análise.

Assim como em muitas línguas modernas, em espanhol existem os chamados falsos amigos (heterosemânticos), palavras com semelhança ortográfica ou fonética, mas com significados diferentes: em espanhol, *sino* (destino, senão) e *aceitar* (untar com óleo). Há palavras com a mesma escrita, mas sílaba tônica diferente (heterotônicos), como em *academia* (academja) e *alergia* (alergja). Há palavras iguais, mas gêneros diferentes (heterogenéricos), como em *la nariz* (o nariz) e *el origen* (a origem). Há também outros aspectos lingüísticos que devem ser analisados, principalmente o contexto sociocomunicativo, para que haja uma boa interpretação, especialmente para a compreensão plena das expressões idiomáticas.

ENSINO DA LÍNGUA ESPANHOLA:
ANÁLISE E SUGESTÃO DE RECURSOS

Para a consecução da aprendizagem do espanhol, é necessário mais do que o conhecimento lingüístico. Sabe-se que estudar um idioma não se limita apenas a pura análise das relações entre os signos, através da Fonologia, Morfologia e Sintaxe, ou as relações dos signos com a concepção de realidade que representam, através da Semântica. Além disso, é necessário compreender a análise das relações entre os signos e seus usuários e o contexto envolvido, fator pretendido pela Pragmática. É nesta última concepção que se analisa as expressões idiomáticas. Portanto, mesmo que o aluno possua a competência gramatical, é importante dominar a competência discursiva, a estratégica e a sociocultural da língua em estudo.

Os problemas relacionados ao processo de ensino e aprendizagem não são típicos das disciplinas ditas “essenciais”. Quanto à língua estrangeira, no caso em análise, o espanhol, há vários motivos que dificultam sua aplicação efetiva na Educação Básica. O primeiro refere-se à quantidade menor de horas destinadas às aulas: no Ensino Fundamental são duas horas e no Ensino Médio, apenas uma hora semanal (atual carga horária na rede estadual de ensino de Roraima). Outro fator se refere à carência de docentes com formação acadêmica na área, problema que não é específico de Roraima, senão de todo o Brasil, segundo previsão do próprio Ministério da Educação (MEC) quando divulgou a lei 11.161/2005. Esses fatores, somados a outros também importantes, tornam-se entraves na aprendizagem do espanhol, contrariando o que propõem as diretrizes educacionais para o ensino de língua estrangeira.

O que segue é uma mostra de como se dá atualmente o ensino da língua espanhola no Estado de Roraima, especificamente em parte da cidade de Boa Vista. São dados coletados em escolas da rede pública de ensino do nível Médio (1º, 2º e 3º anos), através de entrevistas feitas com professores e alunos. Nessa capital predomina o ensino de espanhol, mesmo com uma quantidade insuficiente de docentes para essa disciplina.

Muitas metodologias e estratégias são usadas no ensino de espanhol, são criações ou readaptações feitas pelos docentes. Mas quando perguntados como costumam ministram suas aulas, 75% dos

professores entrevistados responderam que usam a exposição oral como principal metodologia, ou seja, somente apresentam os conteúdos gramaticais aos alunos, sem haver necessariamente uma interação comunicativa. E acrescentaram ainda que mesmo para aplicar essa metodologia encontram dificuldades. Uma terça parte desse percentual usa a destreza comunicativa, através de atividades variadas. Poucos disseram aplicar atividades de pesquisa em grupo ou tarefas sobre temas diversos dentro da cultura hispânica ou sul-americana. Contudo a maior parte (64%) dos alunos entrevistados preferiu não responder se a metodologia usada pelo seu professor é boa ou má. Todos os alunos concordaram com a importância de se estudar espanhol hoje, contudo os professores disseram que apenas metade desses alunos se interessa pelos estudos, outra, às vezes.

A metodologia aplicada é fator precípuo para obtenção de resultado positivo no ensino, mas parte dos alunos parece não se importar com o como se desenvolvem as aulas. Muitos, ao saberem que a disciplina não os reprovará ao final do ano letivo, não produzem as atividades propostas nas aulas. Há professores que vêem essa questão com indiferença, outros manifestaram insatisfação com o sistema educacional; alguns chegaram admitir terem seu trabalho desvalorizado pelos alunos e até pelos demais docentes.

Formado na área ou não, o professor deve criar meios que despertem o interesse do aluno. O enfoque gramatical usado de forma exclusiva já se mostrou insuficiente para o ensino de línguas. Portanto essa motivação pode-se conseguir usando recursos diversos além do quadro-negro e giz, como filmes, músicas, livros de textos, programas de TV, panfleto entre outros gêneros textuais. Mas só metade dos professores disse usar algum desses recursos, outros usam apenas os manuais didáticos, que estão sempre presentes como apoio, e, muitas vezes, são os únicos recursos disponíveis na escola. Muitos livros didáticos contemplam os aspectos culturais do idioma normalmente em pequenos textos ao final das unidades, destacando quase sempre nomes importantes da história, literatura, atores ou cantores, geralmente de forma desvinculada do conteúdo gramatical. Poucos fazem referência a expressões idiomáticas de forma mais analítica. A apreensão da língua pelo aluno poderá ser melhor quando os aspectos culturais forem relacionados com os de sua língua materna, principalmente numa análise contrastiva.

Há outras maneiras de tornar as aulas mais interessantes e produtivas, como levar à escola pessoas nativas da língua para interagir com a turma. Mais da metade dos alunos (75%) considera importante essa possibilidade. É fundamental que um estrangeiro (o aluno) ouça a fala de um nativo, pois a escuta é ponto crucial no início da aprendizagem de uma segunda língua. O aluno estará exposto diretamente à língua, percebendo a pronúncia, entonações, as variações fonéticas e lexicais e o uso de algumas expressões idiomáticas do país do nativo visitante.

Devido a proximidade de muitos Estados brasileiros com países hispânico-falantes, uma atividade no mínimo necessária são viagens a esses lugares, onde o aluno entrará em contato com situações reais, ou seja, contextos comunicativos naturais de uso da língua. Dessa forma ele associará a fala com a cultura local, podendo vivenciar expressões idiomáticas *in loco*. Todos os professores entrevistados disseram que é importante ensinar as expressões idiomáticas, pois consideram esse elemento linguístico enriquecedor do ato de fala. Contudo, 75% dos alunos não souberam definir o que é uma expressão idiomática. Isso demonstra que a abordagem dos conteúdos dessa forma não é uma prática constante nas aulas. Mesmo com essas respostas, 75% deles consideram importante aprender tais expressões, acreditando ser um dos recursos que possam contribuir para a aprendizagem.

Há muito se postula que a aprendizagem não acontece só no âmbito da sala de aula. Esta é só um dos espaços para busca do conhecimento. O ato de leitura fora da escola deve ser considerado e motivado. Perguntados se lêem livros em espanhol anualmente, os discentes responderam que não; já os professores, metade disse que lê até três livros. Mediante esse fato e sabendo da ineficácia de algumas metodologias adotadas, e muitas vezes aos alunos não lhes é apresentado insumos da língua, preconiza-se que o docente deva ampliar sua leitura, não só dos livros didáticos (que geralmente não se lê na íntegra), mas da literatura hispano-americana. Assim acredita-se que o docente enriquecerá seu conhecimento de mundo através do espanhol, o que lhe possibilitará elaborar metodologias produtivas. A motivação do aluno para prática de leitura é tarefa do professor, mesmo que no início sejam pequenos contos, gibis, textos tirados da Internet, da televisão, panfletos e rótulos de produtos variados, os

quais hoje trazem o espanhol como opção. Ao visualizar o texto e associando às imagens respectivas, o aluno tomará consciência da língua como um sistema (conjunto) e fará suas análises, criando condições para uma aprendizagem eficiente.

Os resultados de todo esse processo são verificados através da avaliação. Além de apresentar números ao sistema educacional ao final do ano (exige-se um percentual de frequência), é preciso que se investigue se houve de fato aprendizagem. Com a avaliação tenta-se obter um diagnóstico do ensino, não apenas para punir o aluno, mas para conhecer a situação atual dele em função das condições que estão sendo oferecidas, ou seja, o ensino como um conjunto de fatores articulados. As habilidades de ouvir, falar, ler e escrever devem ser objeto de verificação. Os professores entrevistados disseram aplicar avaliação do tipo objetiva e subjetiva, sendo que a maioria a aplica de forma contínua (entendida com atividades constantes em sala de aula). Contudo os alunos não têm claro quais são os objetivos das avaliações realizadas, pois metade deles disse ser objetiva, já 15% afirmaram ser subjetiva e para 35% é contínua. Na prática verifica-se que muitos alunos não dispensam a devida importância à avaliação (atividades que valem pontos), pois esses discentes têm consciência que não serão reprovados por notas. Portanto, se interessam em estarem presentes em sala, mas podem ou não realizar as atividades avaliativas propostas pelo professor.

Hoje com os avanços das pesquisas em Linguística, muitas teorias, abordagens e métodos de ensino de línguas são testados e aplicados. Um ponto pacífico entre muitos linguistas é que não se pode conceber o ensino de uma língua, materna ou estrangeira, apenas sob o enfoque vocabular, com frases isoladas e fora de um contexto real de comunicação. A história tem mostrado que um ensino de forma “mecânica” se torna contraproducente. O método audiolingual, por exemplo, adotado há muito, apesar do sucesso na época e do legado que deixou para a (re)formulação de outros métodos, hoje não se mostra eficiente – em todos os seus aspectos – para a plena consecução de aprendizagem de uma língua estrangeira.

Ensinar a língua espanhola, incluindo nos conteúdos as expressões idiomáticas de forma contextualizada, é dispor de um recurso a mais – conforme o que propõe a Linguística – que ajudará na

apreensão e no desenvolvimento das habilidades pretendidas para o aluno. Quando se analisa uma expressão idiomática, muitas informações são assimiladas, como conhecimentos socioculturais de determinado país, as funções gramaticais de seus elementos, a sua relação sintática num texto, a diversidade vocabular, entre outros aspectos lingüísticos necessários ao estudo proficiente do idioma.

EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS, ORIGENS E ANÁLISE

Seguem-se exemplos de algumas expressões idiomáticas comuns em espanhol, usadas nos países hispano-americanos e em outros, com explicações de suas possíveis origens, como resultado de diversos estudos de filólogos e outros pesquisadores da linguagem. Primeiramente se apresentam algumas com o léxico equivalente em português e espanhol e análise para o ensino da língua.

O primeiro exemplo, muito conhecido e usado, é *Hablar por los codos*, ou na versão em português, *falar pelos cotovelos*. Para Câmara Cascudo (in A. História, 2006, p. 21), a expressão se originou no Nordeste do Brasil, quando as mulheres brigavam com os maridos e à noite tentavam reconciliar-se tocando-os com o cotovelo. Em espanhol há a variante *hablar más que un sacamuélas* (dentista), expressão que se refere tanto a pessoas que falam em excesso como as que mentem muito, fazendo uma alusão aos dentistas que antigamente trabalhavam de modo ambulante, enganando a seus pacientes e prometendo-lhes coisas que não se realizariam. Para o enfoque comunicativo no ensino, pode-se usar essa expressão no início das aulas para conjugar o verbo *hablar*, inicialmente no presente do indicativo, pois ocorre muito nos primeiros diálogos.

Pagar el pato tem o sentido igual ao usado no Brasil. Refere-se a uma pessoa que sofre um castigo ou as conseqüências de algo que não merece. Segundo o filólogo João Ribeiro (in A. História, 2006, p. 19) a origem alude à história de uma mulher que foi comprar um pato para o jantar, mas o vendedor queria em troca alguns “favores” como pagamento; ela aceitou, mas com algumas restrições. Enquanto discutiam, o marido chegou questionando a demora da esposa. O vendedor explicou-lhe que o animal não havia sido pago; então o marido “paga o pato” e os dois vão embora juntos. Por outro

lado, Doval (1995) diz que a expressão começou a ser utilizada pelos velhos cristãos, brincando com as palavras, com os judeus espanhóis. Deonísio da Silva (2000) encontrou essa expressão em textos portugueses e em poema de Gregório de Matos no Brasil.

Entrar con el pie derecho em uma coisa ou lugar é uma expressão de sentido e origem comuns em espanhol e português: a superstição. Para Silva (2000) surgiu no império romano, onde os convidados só podiam entrar com o pé direito para evitar agouro. Doval (1995) diz que antigamente os sacerdotes, depois do início da missa, começavam sua subida ao altar com o pé direito. Se vistas primeiramente fora de uma sentença mais longa, as três expressões acima, iniciadas com verbos no infinitivo, podem servir para mostrar a parte fonética. Ao pedir que o aluno fale, mostra-se a pronúncia do fonema /R/ em espanhol, que se pronuncia como vibrante dental [r], diferente da pronúncia de muitas regiões do Brasil, onde se usa mais o som fricativo uvular [R].

Ainda nessas expressões estudam-se os artigos definidos no singular, pois em português, a pronúncia do /l/ final (em grande parte do Brasil) transforma-se em /u/; em espanhol o [L] é bem marcado. Na expressão *Entrar con el pie derecho* o professor orienta para a possibilidade da *juntura*, fronteira lingüística entre dois segmentos, ou seja, a união sutil da consoante final da primeira palavra com a vogal inicial da palavra seguinte (con el = ‘conel’), característica mais perceptível quando se tem fluência no idioma. Nesse momento o aluno não necessita das explicações fonológicas, mas precisa perceber as diferenças fonéticas próprias do idioma em estudo.

Las paredes oyen ou *As paredes têm ouvidos*, em português, tem o sentido de alertar sobre o perigo de ser escutado sem saber. Segundo Adriana Lui (in A.H. 2006) a expressão existe da mesma forma em outras línguas, como francês, chinês e alemão. Surgiu na França na época dos conflitos com os huguenotes, onde para escutar as pessoas das quais mais suspeitava, a rainha construiu uma rede de dutos, disfarçados entre as molduras em paredes e tetos do palácio. Lui acrescenta ainda que a forma originou-se da expressão “As paredes têm ratos, e ratos têm ouvidos”. Muitos castelos mantêm ainda aberturas nas paredes que permitem a audição em outras salas.

Usando a expressão acima se pode analisar gramaticalmente a

formação do plural do artigo masculino (*el*) e da variedade fonética de palavras que terminam em consoantes, como *pared*, que em alguns lugares se pronuncia como fonema / Θ / e em outros lugares se apaga esse fonema (*pare:*), mas a consoante aparece para formar o plural. Nesta frase já é possível mostrar a irregularidade dos verbos, como *oir* (*oyen*), verbo de 3ª conjugação, que no presente do indicativo apresenta formas diferentes (*oigo*, *oyes*, *oye*, *oímos*, *oís*, *oyen*). É interessante a análise que se pode fazer com a estrutura frasal em português na última expressão, que pode ter sido a original, jogando com as palavras: *As paredes têm ratos, e ratos têm ouvidos*. Há inúmeras expressões similares para esta mesma análise.

Fala-se espanhol em todos os distantes continentes, ainda assim observa-se que há expressões com sentidos muito parecidos, representando um mesmo referente comunicativo, mas com as constituições formais distintas. Isso ocorre devido a traços históricos ou miscigenação de povos, e corrobora com a tese de Saussure (1973) sobre a *arbitrariedade do signo linguístico*. A consequência (dificuldade de compreensão) desse fator se percebe na tradução de textos (oral ou escrito) para outros idiomas.

Exemplo das diferenças culturais e de épocas é a expressão *Quien fue a Servilla perdió su silla* ou também *Quien va a Oregón pierde su sillón*, que é uma frase feita igual como se dizia no Brasil *Foi pra Portugal perdeu o lugar*; e hoje é comum *Quem foi ao ar perdeu o lugar*. Entre as explicações, Doval (1995) situa a origem no século XV na Espanha. No Brasil sua ocorrência é registrada no século XIX, segundo M. C. Cristianni (*in* A. História: 2005). Nessa época havia grande imigração de portugueses que vinham com objetivo de prosperar nessas terras, e para isso tinham que manter seus locais de trabalho a qualquer custo; se voltassem a Portugal ou a outro lugar perdiam os espaços e as oportunidades.

Com essa expressão se pode estudar o pretérito indefinido do verbo irregular *ir* (*fuí*, *fuíste*, *fue*, *fuimos*, *fuistes*, *fueron*) e o presente do indicativo e pretérito indefinido de *perder* respectivamente (*él pierde* / *él perdió*). Não é necessário apresentar aos alunos tabelas com todos os verbos. Estuda-se também os pronomes indefinidos e possessivos (*quien* e *su*) e variação lexical, na comparação entre *silla* e *sillón*, esta última usada na frase para provocar a rima, recurso ex-

pressivo importante para facilitar a memorização dos idiotismos.

Tener la mosca detrás de la oreja significa estar desconfiado de algo. Para o mesmo sentido, no Brasil se diz *Estar com a pulga atrás da orelha*. Não há uma explicação clara para a “substituição” do inseto. Contudo, em espanhol, a palavra “mosca” é usada para referir-se a uma desconfiança vaga ou suspeita de algo. Expressão sinônima é *Andar con ojos* para dizer que está desconfiado ou está atento. Essas expressões e outras parecidas são usadas para questionar suas construções frasais e os elementos que as compõem.

Distante de encerrar um estudo dessa natureza, aqui foram apresentados alguns exemplos de expressões idiomáticas e análises possíveis para uma abordagem de conteúdos no ensino de espanhol. Sabendo-se que há milhares de idiotismo hispânicos, ao se elaborar estudos pormenorizados desses, se descobrirá as possibilidades de análise lingüística e um entendimento maior da cultural hispânica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A LDB (9394/96) estabelece como obrigatoriedade o ensino de uma língua estrangeira moderna a ser escolhida pela comunidade e uma segunda optativa. Em agosto de 2005 tornou-se lei (11.161/05) o ensino do Espanhol nas escolas públicas e privadas do país. Com isso discute-se sobre como implantar esse ensino, dentro da carência legal, e formas de melhoria onde esse já fora implantado, pois pesquisas apontam que há dificuldades para a plena consecução do ensino do idioma nas escolas públicas. Essa deficiência se deve a uma série de fatores. Por isso postula-se a revisão de metodologias adotadas e a criação de novos métodos e estratégias que facilitem a aquisição do novo idioma pelo aluno brasileiro. Uma questão a discutir refere-se à quantidade de horas destinadas e essa disciplina.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN's (2001) asseguram que não só o método de levar o aluno a entender, falar, ler e escrever é suficiente para o aprendizado. Há que se considerar outras competências, dentre elas saber distinguir as variantes e considerar o conhecimento de mundo do aluno. Nessa última competência enquadram-se as expressões idiomáticas, pois são manifestações lingüísticas típicas da linguagem oral, portanto envolvem o conhecimento de

mundo do aluno e a linguagem coloquial usada em seu cotidiano.

As expressões idiomáticas são apresentadas como forma de ensino e até estímulo para que o aluno dedique-se mais aos estudos. Ao comparar os idiotismos de sua língua materna e os equivalentes hispânicos, o estudante de espanhol ampliará seus conhecimentos culturais e lingüísticos, pois reconhecerá as diferenças fonéticas e fonológicas, estabelecerá as relações sintáticas e ampliará o léxico em espanhol; conhecerá não só a cultura sul-americana, mas de muitos lugares do mundo hispânico-falante. Possivelmente essa prática despertará a curiosidade do aluno, uma vez que terá explicações sobre as origens, as quais muitas trazem sutilezas intrigantes da história, reporta-se a épocas passadas, e assim conhece-se mais sobre sua própria história. O aluno será sujeito no processo de sua aprendizagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 3ª ed. São Paulo: M. Fontes, 2000.

BORGES, Bruno. *Pagar o pato*. Aventuras na História. São Paulo: Abril, n. 22, p. 19, jun. 2005.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. *LDB passo a passo*. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) Comentada e interpretada artigo por artigo. 2ª ed. São Paulo: Avercamp, 2005.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais - Língua estrangeira*. 5ª a 8ª séries. Brasília: MEC, 2001.

BRASIL, Lei nº 11.161, de 05 agosto de 2005. Disponível em http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11161.htm. Acesso em 08 de outubro 2006.

CARDILLO, Adriana. *Falar pelos cotovelos*. Aventuras na História. São Paulo: Abril, n. 28, p. 21, dez. 2005.

CASCUDO, Luis da Câmara. *Locuções tradicionais do Brasil*. Reedição. São Paulo: Global, 2004.

CRISTIANNI, Maria Carolina. *Foi pra Portugal perdeu o lugar*.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos

Aventuras na História. São Paulo: Abril, n. 19, p. 19, mar. 2005.

DOVAL, Gregorio. *Del hecho al dicho*. Madrid: Ediciones del Prado, 1995.

DUBOIS, Jean *et alii*. *Dicionário de lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1990.

FIORIN, José Luiz (org.). *Introdução à lingüística*. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2007.

LUI, Adriana. *As paredes têm ouvidos*. Aventuras na História. São Paulo: Abril, n. 35, p. 17, setembro. 2006.

REFRANES. Disponíveis em <http://www.personal.telefonica.terra.es>. Acesso em 20 de outubro de 2006.

SAUSSURE, F. de. *Curso de lingüística geral*. 5ª ed. São Paulo: Cultrix, 1973.

SILVA, Deonísio da. *De onde vêm as palavras*. São Paulo: Mandarim, 2000.

**BAKHTIN E AS IDENTIDADES SOCIAIS:
UMA POSSÍVEL CONSTRUÇÃO DE CONCEITOS**

Petrlson Alan Pinheiro
(petrlsonpinheiro@yahoo.com.br)
(petripinheiro@yahoo.com)

RESUMO

O grande interesse por questões acerca das identidades sociais é resultado das diversas mudanças que vêm ocorrendo nas práticas de sociabilidade do nosso mundo contemporâneo; um mundo de contradições, de diversos encontros e desencontros entre teorias e práticas, buscando respostas que, por sua vez, parecem estar na origem de novas perguntas (Pinheiro, 2006). É tomando como base o contexto sócio-histórico da pós-modernidade que norteio este trabalho, cujo objetivo é o de investigar a construção das identidades sociais a partir de uma perspectiva sócio-histórica do discurso. Para tanto, tomarei como ponto central uma visão bakhtiniana de linguagem, cuja base epistemológica é corroborada pelo princípio de que as relações de sujeitos e de sentidos, nas quais as identidades sociais são constituídas, bem como seus efeitos, são múltiplas e variadas, isto é, são entendidas como heterogêneas, contraditórias, e em fluxo, constituintes das práticas discursivas nas quais atuamos (Orlandi, 2001). Nas considerações finais do trabalho, discuto que devemos refletir acerca do fato de que uma pessoa, ao se ver como homem ou mulher, não está expondo sua natureza, uma suposta essência do seu ser, mas está se interpretando e se construindo de uma forma que a permita criar sentidos no mundo social. Por isso, pondero que é preciso que pensemos não mais em identidades estanques, mas em posições fluidas, em que a repressão e a desigualdade funcionam sim, mas que podem ser substituídas pelo próprio movimento destas identidades.

Palavras-chave: Bakhtin; Identidades sociais; sócio-história

INTRODUÇÃO

O interesse cada vez maior por questões acerca das identidades sociais é resultado das diversas mudanças que vêm ocorrendo nas práticas de sociabilidade do mundo contemporâneo; “um mundo de contradições, de muitos encontros e desencontros entre teorias e práticas, buscando respostas que, por sua vez, parecem estar na origem de novas perguntas” (Pinheiro, 2006, p. 1).

É inegável que, nos últimos anos, houve mudanças significa-

tivas nos jogos relacionais que se traduzem em formas interativas de sociabilidade entre os mais variados conjuntos de atores sociais. Mudanças em relação à autoridade dos padrões morais e sociais tradicionais e das sanções sobre as condutas dos jovens; os conflitos de gerações em consequência da divergência entre jovens e adultos, entre o declínio da ética puritana, de um lado e o crescimento de uma ética consumista, de outro.

O grande fluxo de informação, bem como seu fácil acesso, disponibilizou diversas formas de ver e viver a experiência humana, ao mesmo tempo em que contribuiu para propiciar um repensar e uma redefinição das relações e identidades sociais construídas nos contextos locais de atuação.

O presente estudo, então, focalizará a construção identidades sociais a partir de uma perspectiva sócio-histórica bakhtiniana, na tentativa de promover um diálogo entre esses construtos. Início esta pesquisa, discutindo acerca da visão bakhtiniana de linguagem; na seção seguinte, procuro estabelecer uma inter-relação entre a construção das identidades sociais e a perspectiva sócio-histórica bakhtiniana; por último, teço algumas considerações finais acerca do trabalho como um todo.

BAKHTIN: POR UMA VISÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA LINGUAGEM

As teorias de Bakhtin, conforme aponta Freitas (1997), se constituíram concepções a partir de uma visão totalizante da realidade, compreendendo o sujeito como um conjunto de relações sócio-históricas. Segundo a própria autora:

Contrárias às dicotomias presentes nas concepções de linguagem e de psicologia de seu tempo por oscilarem entre os pólos subjetivo e objetivo, Bakhtin arquitetou suas teorias em um entrelaçamento entre sujeito e objeto, propondo uma síntese dialética imersa na cultura e na história (Freitas, 1997: 316).

A partir dessa visão de linguagem, Bakhtin desenvolve o conceito de dialogismo, cujo sentido pode ser interpretado como o elemento que instaura a natureza interdiscursiva da linguagem na medida em que diz respeito ao permanente diálogo, nem sempre simétrico

e harmonioso (Foulcault, 1988), existente entre os diferentes discursos que configuram uma comunidade, uma cultura, e uma sociedade, assim como elemento representativo das relações discursivas que se estabelecem entre o eu e o outro nos processos discursivos instaurados historicamente pelos sujeitos, processos discursivos pelos quais os sujeitos também são instaurados em “contextos que não estão simplesmente justapostos, como se fossem indiferentes uns aos outros; encontram-se numa situação de interação e de conflito tenso e ininterrupto” (Bakhtin, 1981, p. 96).

Para Bakhtin, a consciência, então, é engendrada pelas relações que os homens estabelecem entre si no meio social através da mediação da linguagem (Blanck, 1996). A interação, portanto, com o outro no meio social tem um papel fundamental, pois

...sem ele (o outro) o homem não mergulha no mundo sógnico, não penetra na corrente da linguagem, não se desenvolve, não realiza aprendizagens, não ascende às funções psíquicas superiores, não forma a sua consciência, enfim, não se constitui como sujeito (Freitas, 1997, p. 320).

É justamente nas relações interpessoais que, então, passamos a construir o conhecimento, os quais se constituem por meio da internalização de discursos alheios, que “não simplesmente a transferência de uma atividade externa para um plano interno, preexistente, de consciência, mas o processo no qual esse estágio interno é formado” (Blanck, 1996, p. 45).

Por estarmos constantemente internalizando e revozeando os enunciados dos outros, a linguagem apresenta, segundo Bakhtin (2003), um caráter heteroglóssico; assim como dialógico, uma vez que esses enunciados sempre pressupõem uma atitude responsiva do(s) outro(s) a quem eles se dirigem. Conforme o próprio Bakhtin (2004, p. 79) assevera: “nenhuma enunciação verbalizada pode ser atribuída exclusivamente a quem a enunciou: é produto da interação entre falantes e em termos mais amplos, produto de toda uma situação social em que ela surgiu”. Por conseguinte, o *eu* e o *outro* constroem, cada qual, um universo de valores. A esse respeito, Faraco (2003, p. 22) assevera que:

O mesmo mundo, quando correlacionado comigo e com o outro, recebe valorações diferentes, é determinado por diferentes quadros axiológicos. E essas diferenças são arqueteticamente ativas, no sentido de que elas são constitutivas dos nossos atos (inclusive de nossos enuncia-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

dos): é na contraposição de valores que os atos concretos se realizam; é no plano dessa contraposição axiológica (é no plano da alteridade, portanto) que cada um orienta seus atos.

A alteridade para Bakhtin, portanto, não é um destinatário pacífico, cuja única função se resume em compreender o locutor; sua atitude em relação à fala do locutor é sempre responsiva ativa e materializa-se na sua resposta (externa ou interna). É exatamente uma resposta e não uma compreensão passiva que o locutor espera do(s) outro(s) a quem o seu discurso se dirige, resposta que pode se materializar sob a forma de uma concordância, adesão, objeção, execução, etc. (Clark, 1998).

Em face da atitude responsiva ativa do outro perante o enunciador, o enunciado pressupõe sempre, conforme Bakhtin, uma apreciação valorativa. Tal apreciação é norteadada por avaliações que fazemos na vida, com base em critérios éticos, cognitivos, políticos, religiosos ou outros, de enunciados concretos, e envolvem elementos extraverbais, sem cujo conhecimento se torna impossível compreender o discurso.

É a alternância dos sujeitos falantes que traça a fronteira entre os enunciados nas diversas esferas da atividade e existência humana, adotando características e formas diversas, dependentes das atribuições lingüísticas e das condições e situações variadas de comunicação. Embora essa alternância seja observada de forma mais evidente no diálogo, todo enunciado pressupõe um caráter responsivo, ou seja, um enunciador. Nossos enunciados estão repletos da fala dos outros, isto é, de outros enunciados que são assimilados ou empregados de forma consciente ou não-consciente.

Como aponta Brait (1997), o dialogismo na teoria bakhtiniana pode ser interpretado como o elemento que instaura a natureza interdiscursiva da linguagem, na medida em que diz respeito “ao permanente diálogo, nem sempre simétrico e harmonioso, que existe entre os diferentes discursos que configuram uma comunidade, uma cultura, uma sociedade” (Brait, 1997, p. 98), assim como o elemento representativo das relações discursivas que se estabelecem entre o eu e o outro nos processos discursivos instaurados historicamente pelos sujeitos.

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE SOCIAL
DENTRO DE UMA PERSPECTIVA BAKHTINIANA
DE LINGUAGEM

Por conceber a natureza da linguagem como constitutivamente dialógica, apontando para as complexas relações entre história e embates ideológicos na constituição do ser humano, entendemos que a construção do conhecimento na vida social constitui um processo complexo e, não pouco freqüentemente, marcado por contradições.

Ao buscar, nos conceitos bakhtinianos, fundamentos para refletir sobre a construção do conhecimento na vida social, estamos adotando uma posição socioconstrucionista acerca dos discursos e das identidades sociais (Cf. Moita Lopes, 2002), cujo construto teórico se baseia em uma visão constante de incompletude, fluidez e uma atitude dialógica perante os discursos analisados, reconhecendo as inúmeras ideologias que os perpassam, a sua especificidade perante uma situação material de produção específica e, portanto, a impossibilidade de submetê-los à análise por meio de uma teoria acabada sem perder de vista a sua complexidade.

Bakhtin desenha uma sociologia do discurso, chamando a atenção para o fato de que o discurso verbal, em qualquer esfera da vida, não pode ser compreendido fora da situação social que o engendra, não existindo isoladamente na medida em que participa do fluxo social em um constante processo de interação e troca com outras formas de comunicação (Cf. Brandão, 1997).

Delineia-se a partir daí um método para a análise do discurso que vai além da situação material de produção na qual os enunciados concretos são proferidos, buscando na história, na cultura, na vida e no conhecimento compartilhado dos participantes, e dos contextos sociais nos quais estão inseridos, suas construções identitárias que, por serem atribuições situadas sócio-historicamente, são sempre “relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados, isto é, são entendidas como heterogêneas, contraditórias, e em fluxo, constituintes das práticas discursivas nas quais atuamos” (Orlandi, 2001, p. 21).

Podemos inferir, então, a partir do que foi exposto, que as concepções postuladas por Bakhtin em relação à linguagem colocam

a interação com o outro no mundo social como central no processo de constituição da consciência. O ser humano, portanto, constitui-se na e por meio da alteridade, e todas as atividades e papéis por ele desempenhados, nas mais diversas esferas do mundo social, encontram-se impregnados do discurso de outrem (Fairclough, 1992). Dessa forma, ao se tomar o diálogo entre os interactantes como um palco de batalhas ideológicas, visões de mundo e conhecimentos entram em constante conflito visando engajar discursivamente os participantes em um processo de reflexão sobre a própria ação. Por isso, consideramos fundamental compreender o discurso como o meio através do qual seja possível entender que a nossa participação nas mais diversas esferas da vida social determina quem somos, como avaliamos o outro e como pensamos que esse outro nos avalia, desencadeando um processo ininterrupto de (re)construção de identidades.

Nesse sentido, as ideologias reveladas no discurso dos interactantes são diretamente influenciadas pela participação deles em diferentes comunidades de prática (Lave & Wenger, 2002), ao mesmo tempo em que revelam as identidades por eles constituídas no decorrer das interações com o(s) outro(s) nessas comunidades. À medida que essas identidades entram em conflito, são questionadas e analisadas, o diálogo pode se tornar um espaço para (re)construção de identidades para todos os participantes envolvidos.

Pode-se propor, a partir dessa visão, que a nossa participação nas práticas de diferentes comunidades leva à construção de identidades em relação a essas comunidades. Sob esse prisma, participar, por exemplo, de um grupo virtual, de uma equipe de trabalho ou de uma discussão em sala de aula constitui-se ao mesmo tempo em ações e formas de pertencimento. Tais participações influenciam não apenas o que fazemos, mas quem somos e a forma como interpretamos aquilo que fazemos.

Podemos inferir, então, que todos nós pertencemos a diversas comunidades de prática: em casa, no trabalho, na escola, na Internet, comunidades essas que mudam no curso de nossas vidas. A forma como participamos dessas comunidades representa experiências de aprendizagem e, logo, de constituição de identidades. O processo de (re)construção de identidades por meio das sucessivas formas de participação nas comunidades de prática determina nossa trajetória nes-

sas comunidades, fazendo da identidade um processo de vir a ser, um constante tornar-se. Por relacionar presente, passado e futuro, a noção de identidade implica a idéia de constante movimento, e não de destino fixo (Fairclough, 1992).

Vista como trajetória, as nossas identidades, portanto, são constituídas historicamente (Moita Lopes, 2002), incorporando o passado e o futuro no processo de negociação do presente, permitindo-nos selecionar o que contribui e o que permanece marginal para a constituição da nossa identidade. Cada comunidade de prática se torna um campo de possíveis trajetórias, de possíveis passados e possíveis futuros em que os participantes podem se engajar. Considero, portanto, o processo de constituição das identidades sociais como uma construção social, ou seja, como uma experiência de pertencimento múltiplo, que ocorre por meio de uma relação constante entre elementos globais e elementos locais; na inter-relação entre aspectos sócio-históricos mais amplos e entre as especificidades que caracterizam uma comunidade de prática determinada.

Ao relacionar os conceitos de identidades sociais, pertencimento e comunidades de prática com as concepções bakhtinianas já discutidas, pretendemos dar conta de questões de ordem sócio-histórica, dentro de um processo reflexivo entre os interactantes participantes do presente estudo, visto que o diálogo entre eles se torna um espaço para reflexão sobre o processo de (re)construção de suas identidades sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste estudo, procurei mostrar como a(s) maneira(s) com as nos posicionamos discursivamente contribuem para (re)construir quem somos no mundo social. Nesse jogo estrutural dos sentidos, devemos, por conseguinte, buscar a interpretação ativa frente a uma realidade sem sentido metafísico, sem sentido imanente, que possibilite a criação constante de novas formas de agir. Devemos construir identidades, e subvertê-las quando estas não mais nos servirem.

À luz desta visão bakhtiniana de linguagem, entendemos que nós não somos, no sentido metafísico, homens, mulheres, heterossexuais e homossexuais, mas estamos, como poderíamos estar outra

coisa. Nós somos num sentido não metafísico, imutável, essencial; somos sim constituídos dentro de uma visão hermenêutica de vida. O que quero dizer, a partir disso tudo, é que se entendemos que (re)construímos quem somos sócio-historicamente, isto é, por meio da interação que estabelecemos com o(s) outro(s) frente a uma certa realidade, então, isso significa que podemos, a partir dessa perspectiva, sempre atribuir novos sentidos e uma nova liberdade ao modo como interpretamos essa realidade.

Deveríamos, portanto, pensar não mais em identidades estanques, mas em posições fluídas e múltiplas, em que a repressão e a desigualdade funcionam sim, mas que podem ser substituídas pelo próprio movimento destas identidades (Pinheiro, 2006). E, contrariando *Hamlet*, célebre personagem de Shakespeare, talvez a grande questão, sobretudo no mundo virtual, não seja mais *ser ou não ser*, mas sim *ser E não ser*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 7ª ed. São Paulo: Hucitec, 1981.

———. *Estética da criação verbal*. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes. 2003.

———. *O freudismo*. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes. 2004.

BLANCK, Guillermo. Vygotsky: o homem e sua causa. **In:** MOLL, L. C. (org) *Vygotsky e a educação: implicações pedagógicas da psicologia sócio-histórica*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BRAIT, Beth. Bakhtin e a natureza constitutivamente dialógica da linguagem. **In:** ——. (Org.). *Bakhtin, dialogismo e construção de sentido*. Campinas: UNICAMP, 1997.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine Escrita, Leitura, dialogicidade. **In:** BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin, dialogismo e construção de sentido*. Campinas: UNICAMP, 1997.

CLARK, Katerina. & Michael. HOLQUIST. *Mikhail Bakhtin*. 1998. São Paulo: Perspectiva, 1998.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse and social change*. Cambridge: Polity Press, 1992.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguagem e diálogo: as idéias lingüísticas do círculo de Bakhtin* Curitiba: Criar, 2003.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*. Vol 1. Rio de Janeiro: Graal. 1988.

FREITAS, M. T. A. Bakhtin e Vygotsky: um encontro possível. In Brait, B. (Org.) *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. São Paulo: Unicamp, 1997.

LAVE, Jean & WENGER, Etienne. *Prática, pessoa, mundo social*. In: DANIELS, Harry(org) *Uma introdução a Vygotsky*. Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Loyola. 2002.

MOITA LOPES, (Org.). *Discursos de identidades*. Discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família. Campinas: Mercado de Letras. 2002.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise do discurso: Princípios e procedimento*. 3ª ed., Campinas: Pontes, 2001.

PINHEIRO, Petrilson A. A narrativa autobiográfica num programa televisivo religioso: um meio de (re)construção sócio-discursiva de gênero e masculinidades. **In:** *Revista Entrelinhas*, São Leopoldo (RS). Ano III, nº 2, jul/dez 2006. Disponível em <http://www.entrelinhas.unisinos.br/index.php?e=5&s=9&a=32>. Acesso em 21 mar. 2006.

**DISCURSO DO CONHECIMENTO:
SUJEITO, LEITURA E INTERPRETABILIDADE**

Eliana Meneses de Melo (UBC)
(demelo@uol.com.br)

RESUMO

Apresenta-se estudo sobre o Discurso do Conhecimento compreendido em duas concepções: o conhecimento enquanto informação e como produção e circulação do saber, nas dimensões da sociedade contemporânea, no ambiente organizacional. Analisa as relações entre leituras, sujeitos e interpretabilidade diante metáfora *Cultura Organizacional*. Considerando a pluralidade como marcas dos Discursos, sujeitos e papéis actanciais, seja em nível de superfície, seja em nível profundo, pesquisa o percurso do sujeito leitor nos cenários da contemporaneidade, direcionando os resultados para o Discurso Organizacional. Entendendo a materialidade da comunicação do conhecimento enquanto lugar onde se instauram os conflitos intimamente ligados à cultura, em toda complexidade expressa na polissemia implícita ao termo. Analisa a Gestão por Excelência, lideranças e eficácia comunicacional.

Palavras-chave:

Semiótica das Culturas, Discurso do Conhecimento, Valores, Cultura

APRESENTAÇÃO

Em torno dos universos discursivos sociais e múltiplas leituras é que se constrói a problemática sobre a qual se desenvolve este artigo. Trata-se de fazer investigativo voltado ao Discurso do Conhecimento gerado na complexidade social que nos inserimos. Marcada pelo consumo, pelas leis de mercado, por um individualismo antagônico onde se observa o *eu* permeado pela massificação. O conhecimento produzido e em circulação tem sua expressão crescente em nível da narratividade, ao mesmo tempo em que solicita do sujeito-leitor reflexão, interpretação, recriação. Todos esses fatores estão presentes no Discurso Organizacional.

Neste sentido, recaí sobre as linguagens e os sujeitos no mundo do trabalho o olhar para o qual se direciona o estudo. Indubitavelmente, o homem cria e se desenvolve socialmente a partir de suas linguagens. Por elas circulam os valores dos indivíduos e dos grupos humanos. Assim tem sido a história humana: as transformações cul-

turais, as modificações sobre as quais as sociedades indicam seus velhos e novos olhares estão presentes nas linguagens. Novos sistemas de comunicação sempre foram índices de mudanças e de possíveis outras leituras, índices de novos traços de sentidos em torno do sujeito leitor cidadão.

Este é o tempo em que o conhecimento é capital, bem de maior valia. Sociedade do Conhecimento que gera e amplia o Discurso do Conhecimento, aqui compreendido em duas concepções: conhecimento enquanto informação e como produção e circulação do saber. Se por um lado se observa a ampliação dos veículos difusores do conhecimento, por outro, para atender às demandas sociais, torna-se necessário inferir novas competências e habilidades para os resultados esperados nas ações profissionais nos novos ambientes organizacionais.

Tão heterogêneos quanto as sociedades, são os discursos, seus sujeitos e papéis actanciais, seja em nível de superfície, seja em nível profundo. Por certo que no espaço da materialidade dos discursos se instauram os conflitos. Intimamente ligado ao conflito está a cultura, com toda a pluralidade expressa na polissemia implícita ao termo. Em época caracterizada pela objetividade dos resultados, pela relevância quantificada, torna-se ainda mais necessário para a sociedade o sujeito-cidadão reflexivo, competente para avaliar situações, criar soluções e comunicar novo conhecimento. É justamente neste ponto que reside à questão da interpretabilidade e cultura organizacional, objeto de discussão deste estudo.

LINGUAGEM: MATERIALIDADE CULTURAL, LEITURA E VALORES

Um dos pontos principais em torno do qual repousa a questão da interpretabilidade se localiza na escrita, no registro efetivo das linguagens. Segundo Todorov (1982, p. 239), qualquer sistema semiótico visual espacial pode ser considerado um sistema de notação de linguagem: mitografia, logografia, morfemografia. Dessa forma, o homem tem registrado seus comunicados, suas intencionalidades discursivas através dos tempos, estabelecendo um diálogo entre um povo buscando ao outro: informa, comunica, tornam comum diferen-

tes níveis de necessidades. Da sintaxe construída por imagens, representações de objetos, até chegar ao registro dos signos verbais, à semiótica complexa como hoje, a compreensão dessas sintaxes pressupõe o conhecimento do sujeito sobre a forma de representação utilizada, ou o desejo de entendê-las, de decifrá-las.

Por certo que compreender enunciações, implica no reconhecimento das formas utilizadas para a comunicação, da cultura e dos valores que a gerou. A afirmação nos remete às práticas sociais, seus sistemas e seus sujeitos com diferentes níveis experiências culturais e leitura de seu entorno, gerando outros enunciados.

Se os diferentes diálogos sociais são dinâmicos, os enunciados terão, no mínimo, uma leitura para cada sujeito envolvido no ato de comunicação. Trata-se de leituras realizadas pelos sujeitos e de suas *multiplicidades*, como afirma Bakhtin (Bakhtin, 2003) ao tratar do aspecto responsivo do ouvinte. Qual seja, o sujeito que recebe o enunciado, ao compreendê-lo na prática do discurso, está realizando uma atividade de interpretação que lhe leva a elaborar concordâncias ou refutações, incorporá-lo, ou não, em suas práticas cotidianas.

Haver humanos implica em haver discursos, sujeitos a produzirem discursos e *leituras*. Em tempos de diversidades tecnológicas, novos veículos de comunicação e maior precisão nos já existentes, tornam-se mais perceptíveis às complexidades sociais: dos indivíduos e dos discursos por eles produzidos. Em termos conceituais, torna-se preciosa as afirmações de Maria Alzira Seixo:

A leitura é antes de mais uma decifração de códigos de linguagem que permitem a comunicação: como tal pressupõe o conhecimento das cifras utilizadas, o contato possível com os códigos que a condicionam e o entendimento das situações humanas que a linguagem reveste e subverte – porque na materialidade da cifras, na marca cultural do código, se encontram logo os dados iniciais de formulação da descoberta que a utilização individual, personalizando, concretiza estatutariamente em conceptualização humana. Por isso a leitura ultrapassa imediatamente, fazendo-se, uma pressentida, mas inexistente fase de apreensão maquinal da significação, e converte-se na progressiva efetivação, em escrito potencial, isto é, em atuação dinâmica (mental ou pragmática) que por sua vez criará novas necessidades de novas leituras. (Seixo, 1978, p. 9).

A autora nos coloca diante não apenas de um conceito de leitura: trata-se de uma reflexão sobre o sujeito e a ação de ler. De certa forma, podemos compreender a leitura enquanto atividade social: ler

o que está escrito, seja qual for o sistema representação. Reside na vida em comum a necessidade que temos ler.

Ler os outros, ler a nossa disposição para os outros, ler o texto comum que nós e os outros escrevemos de todos para todos. Se escrever é viver, ou vice-versa, isto é, produzir materialmente um sentido literal da existência em processo original, ler será seguramente a objetivação, em ordem, de tal processo con-fuso, a sua dilucidação, a iluminação da significação sobre a comunicação. (Seixo: 1978, p. 10).

Lemos o que nos é comunicado. Lê-se a fala do outro. Somos leitores nos diálogos do cotidiano que nos chegam pelos processos midiáticos. Lemos a moda, os explícitos e implícito do discurso publicitário, lemos a cidade e suas variantes, os ambientes organizacionais e suas culturas. Somos sujeitos leitores dos diferentes cenários que nos rodeiam: lemos as linguagens em circulação, dentro das possibilidades que envolvem nossas próprias experiências. Toda comunicação para ser apreendida, portanto, para ser interpretada, passa por um saber específico em relação à modalidade da linguagem na qual se manifeste o objeto da leitura. Assim, o nível de conhecimento incide no nível de apreensão realizado pelo sujeito.

Já podemos nos posicionar diante de outra questão: se a linguagem é dinâmica e se transforma em função da sociedade que a utiliza, em conformidade com as diferentes intencionalidades, a produção e comunicação do conhecimento também se transformam. Nesse sentido, pensamos os sujeitos de acordo com as sociedades e no contexto histórico onde estão inseridos. Em decorrência, o investimento subjetivo do sujeito leitor está ligado aos valores sociais em circulação.

DIVERSIDADE CULTURAL E MIDIÁTICA DA MUNDIALIZAÇÃO: SUJEITO CONSUMIDOR

Pensar os processos de leitura, interação e interpretação na sociedade contemporânea nos remete a modificações originárias da Indústria Cultural, sobre a Cultura de Massa. Sabemos que a temática em discussão, quando pensamos no sujeito-cidadão - leitor, independentemente do tipo de linguagem, não passa ilesa à Indústria Cultural: são as transformações nos processos de elaboração e do tornar comum essa produção. Se por um lado, temos a obra de arte circu-

lando em xícaras distribuídas por uma revista, por outro, quem é mesmo o artista? O sentido e a valorização se esvaziam, a linguagem a ser lida se evapora. Quanto mais complexa se torna à sociedade e os sistemas de comunicação criados por ela, mais o homem dessa sociedade se perde nos múltiplos signos: tudo é rapidamente comunicado, tudo é consumo. Rüdiger sintetiza bem a questão:

Durante bom tempo, os programas de rádio e tv, para não falar de outra as empresas de arte leve, foram não apenas patrocinadas por outras empresas, mas criadas por agências de publicidade. Nos anos 50, as empresas do setor descobriram que podiam gerar maiores receitas passando a controlar a programação. Porém isso não mudou o sistema. As mercadorias não só continuam a ser colocada dentro dos programas, seguindo uma tendência que o cinema e a imprensa já conheciam, mas passaram a ser objeto de novas técnicas de publicidade, evidenciando a interpenetração do conteúdo dos anúncios com o dos programas. Em última instância, constata-se, pois que há cada vez menos diferença entre a fruição que se tem ao curtir uma canção da moda ou ver um filme de sucesso e aquela desencadeada por uma campanha de publicidade. A linguagem da mídia tornou-se mercantil. (Rüdiger, 2002, p. 25).

Sociedade assinalada pelo consumo, nela os objetos ampliam suas dimensões além de suas funções. O que se observa é a predominância dos mercados de consumo. Esses, por sua vez, ganham formas de expressão no modelo global da economia, além das estratégias das empresas. É no consumo individual e das famílias e seus empréstimos bancários pra suprir dívidas e mais realizar atos de consumo que expandem a economia. Permeando o universo do consumo, estão os valores a definirem ações do *sujeito –leitor e consumidor*. O descartável e o durável, as mensagens sobre ecologia e a necessidade de preservação ambiental alimentam discurso paradoxal. (Lipovetsky, 2007, p. 26).

É no eixo do contraditório que encontramos o homem contemporâneo. São muitos os textos a serem lidos, são muitos os signos em circulação, bem como as intencionalidades da sociedade contemporânea, igualmente presentes no ambiente organizacional. A leitura se realiza, em termos gerais, na dimensão do tempo rápido e na busca das respostas mais imediatas. São recortes textuais para o olhar circunstanciado, objetivado. É o *saber /conhecimento* enquanto *objeto de consumo* e marcado pelas interferências dos sistemas midiáticos a alimentarem o senso comum em tono dos objetos, cada vez mais rapidamente substituível. Qual *texto comum* ler? *Quais são as*

cifras, como compreendê-las? Souza Brasil nos oferece um ponto importante para fecharmos a discussão:

...A cultura tecnológica, ao criar as máquinas de comunicar, nos proporciona a possibilidade de se dirigir a uma enorme variedade de pessoas. Na verdade, um público que se situa de maneira anônima em qualquer extensão do mundo que se torna cada vez suscetível de experimentar mensagens produzidas pela ideologia da transmissão direta e do tempo real. Deste modo, o próprio conceito de informação viveu uma mutação radical, abandonando os critérios da descrição contextualizada que permitia a compreensão do que era transmitido, para um conceito que é o de ‘assistir’ ao acontecimento, ou seja, cria-se a trapaça de que ver é, sobretudo, compreender e que qualquer informação, por mais abstrata que possa ser, deve ter uma visibilidade. (Souza Brasil, 1997, p. 238).

Em referência às colocações do autor, temos um sujeito leitor cidadão contemporâneo, cercado de sinais para a realização de leituras fragmentadas. Da mesma forma que ler as notícias no jornal ou ouvir as notícias, não produz o mesmo efeito de ver as notícias. Tomemos como exemplo o passado, já dentro do cenário da comunicação de massa e da Indústria Cultural: nossos avós ouvindo a notícia sobre uma bomba que os americanos jogaram no Japão e que matou milhares de pessoas. Como que as pessoas imaginaram o tamanho dessa bomba? Qual a imagem que formaram? Pensaram, imaginaram, refletiram, conversaram sobre. A ilusão de que ver é o saber nos coloca diante de um leitor para o qual a narratividade em nível de superfície é a ‘reflexão’ e interiorização possível. Certo é que a rapidez de nossas ações cotidianas nos afasta de semelhantes experiências, sentimos isso nos diferentes cenários, principalmente nos ambientes organizacionais.

DISCURSO ORGANIZACIONAL, CULTURA, COMUNICAÇÃO E VALORES

É sabido que as diversas transformações ocorridas nas últimas décadas resultam nas características da sociedade contemporânea. Foram transformações fortemente perceptíveis a partir da segunda metade do século XX: a ‘*civilização do desejo*’. Extremamente ligada às orientações do capital cujo percurso orientado para o contínuo estímulo da “mercantilização e da multiplicação indefinida das necessidades, alterando vida e os costumes das pessoas e dos ambientes sociais. Produção e circulação dos objetos, mudanças nos sistemas

de produção.” (Lipovetsky, *op. cit.*). Mudanças nos discursos produzidos, alterações nos rumos do discurso organizacional.

Indica a tradição dos estudos organizacionais, concebê-las de modo figurativo. Trata-se das metáforas organizacionais reveladoras de visões de mundo específicas. Em sentido amplo, as metáforas correspondem ao uso de uma palavra em um sentido semelhante e ao mesmo tempo diferente de seu sentido comum. No caso do discurso organizacional, as metáforas empregadas tornam-se quase que materializações em síntese de concepções de produção. Gomes (2000) destaca três grandes metáforas do mundo organizacional: *máquinas, organismos vivos e cultura*.

Ainda segundo Gomes, a presença da cultura no contexto organizacional, implica em uma alteração paradigmática que determina uma mudança na maneira de vermos as organizações e a nós próprios. Dessa maneira, há um estatuto discursivo que sustenta a metáfora do cenário organizacional enquanto cultura e esse, por sua vez, há de conter os traços culturais da sociedade onde se originou. Aplica-se nesse sentido duas leituras: a primeira evidenciando a forma, interpretação que permite classificar uma organização como arcaica ou moderna. Outra, focada na antropologia cognitiva, entendendo cultura como um sistema de símbolos e de significações partilhadas.

Cultura e Linguagem: é necessário conhecer, acreditar no sistema de representação para que um indivíduo, sujeito-cidadão, em dado contexto comunitário possa ter e realizar suas ações de forma aceitável. No Discurso Organizacional, cultura pode ser entendida pelo sistema de valores, norma, cresça, costumes. A eles devem-se adicionar os indivíduos, os atores e suas diferentes leituras de mundo. Por se tratar de um sistema simbólico, é necessário torná-lo comum e utilizado pelos diferentes sujeitos e suas actanciais no cenário organizacional.

Gomes(*op. cit.*) respaldado em Shein, seguimenta em três níveis a cultura organizacional: *Artefatos*, constituído de linguagens utilizadas, sagas, mitos e histórias, nos aspectos físico-arquitetônico. Os Valores evidenciados nas ações empreendidas em seus critérios. Os *Pressupostos Básicos* estão representados nas teses que sustentam os Artefatos e Valores: agentes motivadores daquilo que deve ser

comunicado, que deve ser compartilhado entre os sujeitos e que sustentam o *estatuto discursivo* da organização.

Se, como podemos apreender, a cultura torna específico o sistema de comunicação enquanto representação simbólica compartilhada ou participada, que compõem a organização, a comunicação se destaca como elemento essencial ao desempenho organizacional. As leituras realizadas pelos diferentes sujeitos sobre os componentes que definem a cultura organizacional tornam-se fundamentais. O sucesso depende da interpretação e assimilação do que é comunicado. Este é o motivo pelo qual a comunicação é hoje uma grande problemática nos ambientes organizacionais.

GESTÃO POR EXCELÊNCIA E COMUNICAÇÃO

A concepção metafórica da cultura organizacional, em termos da semiótica das culturas, leva-nos a observar uma rede de valores, própria dos ambientes sociais complexos, pela qual passam as linguagens, diferentes sujeitos e ações. Em conformidade, produção e circulação da linguagem apontam para a existência de sujeitos com atuação e capacidade representacional, cujo percurso gerativo, em termos comunicacionais, revela estratégias nos atos de codificação, decodificação e nas transformações realizadas. Falamos, portanto, de sujeitos semióticos, em níveis cognitivos e pragmáticos.

Contrapondo às compreensões dos ambientes organizacionais na metáfora máquina, ou organismo vivo, a cultura organizacional coloca-nos diante de um universo de discurso para o qual o sujeito é acentuado por uma actância ativa e construtiva. Seu posicionamento no processo de enunciação permite situá-lo como gestor de informação e não um processador de informação.

Por estar situado na dinâmica do processo comunicacional, o sujeito da cultura organizacional trás para suas manifestações intencionalidades subjetivas que o posiciona em relação de junção e disjunção aos objetivos institucionais. Nesse contexto, tensões e harmonizações assinalam um discurso que se define pela presença das marcas da sociedade onde esteja inserido e mais as da cultura específica da comunidade organizacional. Por não ser o lugar da comunicação unicamente assinalado por comunicação direta e objetiva, posto se-

rem *culturas em cultura*, o se sujeito nutre em competências pragmáticas, cognitivas e retóricas.

A metáfora da cultura organizacional tem sua existência mediada por contratos entre os diferentes sujeitos e actâncias da polifonia organizacional. Os processos de comunicação são formados por interdependência de relações que ocorrem na esfera dos atributos, intenções e significações. Liderança e Gestão por Excelência, apontadas como síntese do percurso vitorioso frente à obtenção dos valores organizacionais. Sendo sujeito, cabe à liderança atuar como elo entre os valores e intencionalidades organizacionais e os demais membros da comunidade. Cabe-lhes, em busca de eficácia, ouvir os demais, fazê-los crer e querer *vestir a camisa*. Ao líder, resta-lhe intensificar as bases contratuais, de tal sorte que possa haver um saber partilhado, assumido pela comunidade organizacional. Assim, entende-se as afirmações de Gomes: *A cultura é um processo de aprendizagem (...)* *Organizar é comunicar* (op. cit.)

De acordo com a FPNQ (Fundação para Prêmio Nacional da Qualidade), *Os critérios de Excelência devem ser claros e de fácil entendimento, com o objetivo de serem utilizados por qualquer tipo de organização, independentes do porte, do seguimento, da atuação, de serem públicas ou privadas*. Comunica-se a cultura organizacional: sujeito liderança, em busca da excelência, deve cumprir programas narrativos que possibilitem a interpretação da realidade através da qual a comunidade organizacional passe a ser possuidora de quadros de referências que atribuem sentido às atuações do cotidiano profissional, ao mesmo tempo em que lhes confere legitimidade comportamental. Sobre este aspecto, é a visão de mundo organizacional que remete os sujeitos ao *poder-fazer e dever -fazer*.

Se por um lado a metáfora da cultura organizacional, como salienta Gomes (op. cit.) permitem ações, manutenção e reprodução social, a competência em comunicar-se, seja enquanto liderança seja como comunidade organizacional, depara-se com os elementos que se assemelham à complexidade comunicacional contemporâneas. Por ter em seu estatuto a presença de hierarquia, o poder e os mecanismos de construção, manutenção e manipulação discursivas em torno do poder também se sobressaem. Há um tecido discursivo de cuja trama salienta-se a linearidade e objetividade necessária para o fun-

cionamento da gestão por excelência e as singularidades inerentes às individualidades, vindas de suas experiências, anseios e universo de origem. Finalizando, equacionar os interesses organizacionais, individuais -permeados pelos sintomas sociais-, faz do discurso organizacional um lugar de conflitos.

DISCURSO ORGANIZACIONAL, INDIVIDUALIDADE, CONSUMO

Compreender as organizações através da abordagem metafórica da cultura organizacional, salientando que a cultura é tudo o que foi criado e que expressa os mecanismos de sustentação, manutenção e viabilidade, levamos a entender que a cultura confere identidade ao discurso organizacional. Por ser discurso, passível de ser entendida como linguagem em movimento de onde se apreende a performance organizacional. Das ações dos sujeitos, da habilidade em comunicar sua axiologia e criar identidade entre os diferentes sujeitos é que resulta em uma narrativa do sucesso ou do fracasso. Sendo linguagem, é possível identificar as bases dessa cultura através do modo de atuação dos sujeitos, nível de integração e conhecimento partilhado e dos valores organizacionais manifestados nas ações.

O discurso organizacional não é estático. Nele as transformações ocorrem em função da aprendizagem interna e externa. Conforme salientamos anteriormente, a cultura organizacional não está imune aos diferentes agentes transformadores da própria sociedade e seus diversos contextos. Nesse sentido, perpassa a identidade organizacional um conjunto de identidades individuais, vindas dos diferentes sujeitos que formam a comunidade. Decorre desse fator a eficácia do discurso organizacional, que por sua vez se sustenta no aprendizado e comunicação.

Sennett, em *A cultura do Novo Capitalismo*, analisa o mundo do capital globalizado, destacando a fragmentação e a dinâmica das transformações. Situa o indivíduo dentro desses processos de transformações e a instabilidade no universo do trabalho. Para o autor, em função das mudanças burocráticas do trabalho, torna-se difícil ao indivíduo o controle sobre o emprego. Seu raciocínio estabelece diferenças nas relações de disputa por posições enfrentadas pelos indiví-

duos a partir da paixão autoconsumptiva, inerente ao que ele aponta como política de consumo:

...as organizações valorizam sobretudo capacitações humanas portáteis, a capacidade de trabalhar em vários problemas com um plantel de personagens constantemente mudando, separando a ação do contexto. A busca de talento, em particular, é focalizada em pessoas com talento para resolver problemas qualquer que seja o contexto, um tipo de talento que não se adapta a um enraizamento muito forte. A aptidão potencial dá ênfase à perspectiva de fazer coisas que ainda precisam se feitas; a realização e a mestria são autoconsumptivas, desgastando-se os contextos e os conteúdos do conhecimento a serem usados. (*op. cit.*, p. 132).

Diante da avaliação de Sennett, podemos dizer que o discurso organizacional é assinalado por contradições e tensões no que se destina à ligação do sujeito coletivo organizacional e os traços de identidade cultural na singularidade de cada sujeito, ainda que a metáfora da cultura organizacional pressuponha a existência do outro. Comparando o sujeito coletivo organizacional com o sujeito coletivo Estado no componente cultura: da mesma forma que o Estado age de forma a ajustar culturalmente seus cidadãos a fim de estejam todos situados dentro de um modo de vida de um povo (Matthews, 2002), o sujeito coletivo cultura organizacional também quer que todos estejam em sintonia com os mesmos valores, que haja, portanto, uma identidade a guiar as ações.

Essa construção da identidade, em termos da cultura organizacional, torna-se o âmago dos confrontos e tensões, posto que o indivíduo é conhecedor dos mecanismos de troca de papéis. Sua posição de sujeito é sempre ameaçada por outro sujeito, interno ou externo ao ambiente. Além disso, como destaca Mathews (*op. cit.* p. 32), a identidade pode ser escolhida no supermercado cultural, e nesse sentido, para a identidade construída a partir da escolha no mercado cultural, *o lar do indivíduo é o mundo inteiro*. Por este aspecto, da mesma maneira que a regulagem por parte do Estado se vê corroída pela influência do mercado, semelhantemente, o desejo da moldagem na cultura organizacional igualmente sofre interferência e abalos.

Mesmo que se queira atribuir ao discurso organizacional aspectos não dinâmicos nos termos do mecanismo de sua manifestação, essas características só podem ser observadas nas produções burocráticas, ou no nível informacional, uma vez que, além dos sujeitos, o discurso organizacional é constituído pelas variantes expressas,

por exemplo, pelo financeiro, marketing, recursos humanos, setor de planejamento e tecnologias. Cada um desses seguimentos é se constitui em um grupo com linguagens características desses seguimentos. Nesse complexo contexto, a comunicação para tornar-se eficaz precisa ser gerenciada em nível organizacional. Por essa gestão passam as identidades sociais, as identidades manifestadas e criadas em conformidade com o objeto-valor do sujeito, além das identidades interpessoais.

Em termos concluintes, a metáfora da cultura permite observar o complexo discurso organizacional, por onde circulam os agentes e valores da sociedade na qual esteja inserido, ou que o criou. Parte integrante da complexidade social, da pluralidade de valores e linguagens. Palco da representação por onde os atores podem interpretar e travestir interpretações. Cenário de impressões pessoais e das pressões em torno de resultados. Ambiente de poder manifesto em linguagens. Da gestão de todo esse enredo, por onde passam *ser e o parecer-ser*, é que lideranças podem chegar a narrativa da vitória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado nos leva a apontar algumas reflexões sobre discurso organizacional em sua metáfora cultura. Primeiramente, o atual cenário organizacional nos apresenta muitos quesitos em torno da comunicação: sobre a cultura específica pairam muitas variantes, tantas quantas forem os indivíduos que formam dada realidade organizacional. A presença da axiologia social é ponto inalterável nos diferentes ambientes e da junção de componentes de natureza social, adicionada às experiências e anseios individuais, emerge a base de confrontos e tensões dos processos comunicacionais do discurso organizacional.

O conhecimento a ser comunicado está permeado a interpretações diferentes, ainda que possa no nível da oficialidade denotar unanimidade em termos de leitura. Lembre-se ainda que os sujeitos do discurso organizacional são sujeitos da complexa sociedade contemporânea e que sofrem as influências das emanações midiáticas: o consumo, gosto motivado, as leituras direcionadas. Adicione-se outro componente decorrente de mídias: revistas direcionadas ao mer-

cado empresarial introduzem termos e meta-termos que são reproduzidos nos espaços midiáticos com a intencionalidade de formação de imagem, como marca discursiva que visa sedução através de um conhecimento somente em nível de superfície.

O desejo da formação de imagem pública positiva também faz com que o conhecimento sobre a cultura organizacional seja forjado. Até mesmo as avaliações sobre satisfação no ambiente de trabalho evidenciam desvios nas repostas em função do desejo de manter imagem ideal para a organização. A eficácia do Discurso Organizacional depende da circulação dos termos que remetem aos valores e metas, da compreensão do sentido atribuído. Caso contrário, o que se observa é a deficiência nas ações das lideranças e demais sujeitos, objeto-valor não atingido.

Responsáveis pela condução vitoriosa do *Estatuto do Discurso Organizacional*, cabe às lideranças ter competência, qual seja: sustentar o discurso marcado por um “*saber – poder-fazer*”. Os discursos autoritários conduzem as ações dos sujeitos para a performance negativa. A metáfora da cultura organizacional está ligada ao conceito de democracia, para o desempenho positivo necessário se faz o líder democrático.

No tocante à “Visão Sistêmica”, a linguagem burocrática, denotativa, em nível de estrutura de superfície não engendra conflitos, nem tão poucos obstáculos em termos de gestão, ou para os processos comunicacionais. Por outro lado, a visão sistêmica é baseada na concepção de integração entre os ambientes internos da organização e os sujeitos. Em termos da metáfora da cultura organizacional, identidade, valores e comunicação, a dificuldade reside em no tornar comum diferentes sub-discursos e seus produtores, na circulação dos valores organizacionais somada à necessidade de conhecer e respeitar as diferentes visões de mundo dentro do ambiente organizacional. Entendemos a questão a partir dos referentes de linguagem específicos de cada área: experiências individuais, *interpretações e apreensão de sentido*.

Tensões e confrontos no discurso organizacional estão associados aos fatores que envolvem leitura, interpretação e compreensão efetiva de conceitos e dos valores que definem a organização, somado aos inseridos nos ambientes em função da economia globalizada e

pela necessidade constante de aumento de demanda. A cultura que destaca em seus valores adesão à sociedade contemporânea, visando gestão de Excelência”, deve considerar que não se impõe gestão democrática, ela é fruto de ações . É comum ouvimos reclamações sobre lideranças que não permitem que projetos sejam desenvolvidos, por exemplo. Como que uma ‘liderança’ que se sente ameaçada em seu ‘cargo’ há de permitir a criatividade e desenvolvimento de outro?

Concluindo, sabemos que este estudo não abordou todos os aspectos da problemática em torno do discurso organizacional. Apresentamos reflexões em torno da metáfora da cultura organizacional, das questões relativas aos sujeitos, identidades e comunicação. É uma contribuição ao chamamento para os profissionais da linguagem sobre as questões relacionadas ao Discurso Organizacional: dos problemas ligados à comunicação, as relações com a sociedade: *‘cidadãos – consumidores’ e a ética do capital.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHITIN, M. *Estética da criação*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- GOMES, DUARTE. *Cultura Organizacional. Comunicação e identidade*. Coimbra: Quarteto, 2000.
- GREIMÁS, A.J. *Semântica Estrutural*. São Paulo: Cultrix, 1976.
- LIPOVETSKY, G. *A Felicidade Paradoxal*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.
- & COURTÉS. *Dicionário de Semiótica*. São Paulo: Cultrix, 1989.
- PAIS, C.T. Aspectos de las visiones del mundo y delos sistemas de valores en culturas de la América Latina y del Caribe. **In:** *Acta Semiotica et Linguistica*, [sic] vol. 8. São Paulo: Plêiade – SBPL.
- MATHEWS, Gordon. *Cultura global e identidade individual*. Bauru: Edusc, 2002.
- SEIXO, Maria Alzira. Introdução a uma prática da leitura. **In:** *O ho-*

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

mem na linguagem. Lisboa: Arcádia, 1978.

SENNETT, Richard. *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2006.

SOUZA BRASIL, Sérgio. *A internacionalização na produção das informações*. Campo Grande: Letra Livre, 1997.

RÜDIGER, F. *Comunicação e teoria crítica da sociedade*. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.

TODOROV & DUCROT. *Dicionário das ciências da linguagem*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1982.

**DIVERGÊNCIAS TEÓRICAS
NA CATEGORIZAÇÃO SINTÁTICA DO SN
E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O RECONHECIMENTO
DA CONVERGÊNCIA¹⁴**

Bruna Karla Pereira (UFMG)
(brunaufmg@yahoo.com.br)

RESUMO

A determinação do *status* sintático do SN, em sentenças como “Houve protestos”, tem sofrido diferentes posicionamentos, por vezes, conflitantes. No gerativismo, encontramos três propostas. Segundo Franchi *et al.* (1998), este SN é objeto, porque, geralmente, está posposto, não recebe concordância verbal e pode ser clítico acusativo, e.g., “Não há grandes montanhas em Portugal, embora as haja no norte da Espanha” (Franchi *et al.*, 1998, p. 125). Por sua vez, para Mioto *et al.* (2005), “haver” é inacusativo. Logo, este SN é argumento interno, em DS, que se move, em SS, para a posição de Spec de IP, onde receberá caso. Diferentemente, para Nascimento & Kato (1995), este SN é predicativo, pois, “There is an actor in the room” se compara a “The boy is a poet”. Nestes casos, enquanto “poet” atribui papel “tema” a “boy”, “actor” atribui papel “locativo” a “there”, que, por sua vez, funciona como “sujeito locativo” (Nascimento & Kato, 1995, p. 47). No funcionalismo, encontramos duas propostas. Para Pezatti (1993), trata-se de sujeito de intransitiva que se alinha a objeto, em um padrão de ergatividade cindida, pois, geralmente, este SN está posposto, é inativo e codifica informações novas. Por outro lado, para Decat (1983), este SN sofre uma perda de *status* de sujeito. Dentre todas as propostas, esta merece destaque, pois revela o impasse existente na caracterização do *status* sintático deste SN. Entretanto, não concordamos que haja perda de *status* de sujeito. Ao contrário, este SN é um ponto de convergência dos lugares de sujeito e objeto direto. Esta proposta, baseada na abordagem enunciativa, reconhece: a possibilidade de variação na concordância verbal e na posição do SN, sem alterar o fundamento referencial da sentença; a condensação dos lugares sintáticos em um único campo de referência; a concomitância de categorias gramaticais e as injunções do simbólico neste fenômeno.

Palavras-chave: Estatuto gramatical, Controvérsias teóricas, Convergência

¹⁴ Uma versão deste texto foi apresentada no Congresso Internacional de Língua Portuguesa, Filosofia e Literaturas de Língua Portuguesa, na Faculdade CCAA, de 17 a 21 de setembro de 2007.

APRESENTAÇÃO

Análises de sentenças com verbos “ter” e “haver” revelaram-nos, pelo menos, três abordagens diversas no que se refere ao estatuto do SN, que ora é concebido como sujeito, ora como objeto, ora como predicativo. Entretanto, caminharemos no sentido de mostrar que não é possível definir um único *status* sintático para este SN, pois a sua configuração gramatical supera os limites da cadeia linguística, tais como a posição e a concordância. Assim, para nós, há uma convergência dos lugares de sujeito e objeto.

O STATUS SINTÁTICO DO SN

O SN definido como sujeito

Segundo Pezatti (1993), há dois padrões predominantes no português: a ordem SV(O) e a ordem VS. Sendo assim, verbos de um argumento (V1) se dividem em duas classes quanto ao favorecimento de uma dessas ordens: com verbos existenciais (V1e), como “*ser, ter, existir, haver e acontecer, ocorrer, aparecer, surgir*” (Pezatti, 1993, p. 161), o SN tende a ser posposto; por sua vez, com verbos não-existenciais (V1~e), como “*morrer*”, em “*João morreu*” (Pezatti, 1993, p. 162), “*sair*”, em “*Maria saiu*” (Pezatti, 1993, p. 169) e “*entrar*”, em “*As crianças entraram em casa*” (Pezatti, 1993, p. 170), o SN tende a ser anteposto. Então, quanto ao parâmetro da posição dos constituintes, verbos existenciais seguem o padrão ergativo, pois Si¹⁵ alinha-se com O, enquanto verbos não-existenciais seguem o padrão nominativo, pois Si alinha-se com St. Este é o sistema de ergatividade cindida. Nota-se, portanto, que a ordem das unidades no encadeamento linguístico é um critério determinante neste tipo de abordagem.

Entretanto, esta abordagem enfrenta, a nosso ver, pelo menos, um problema. Trata-se do caráter móvel das categorias existenciais e não-existenciais, pois um verbo que, *a priori*, seria não-existencial pode se tornar existencial. Ao contrário do que afirma a autora: “A escolha de V1e obriga a colocação do argumento em posição pós-

¹⁵ De acordo com Pezatti (1993), Si = sujeito de oração intransitiva, O = objeto direto e St = sujeito de oração transitiva.

verbal, acarretando a ordem VS” (Pezatti, 1993, p. 162), temos evidências de que não é o tipo de verbo, se existencial ou não, que define a posição, pois um mesmo verbo pode aceitar posições diferentes. Por exemplo, o verbo “morrer” que, *a priori*, é não-existencial, como ocorre em “João morreu” (Pezatti, 1993, p. 162), torna-se, de acordo com Pezatti (1993), existencial quando o SN está posposto, como em: “morreram os dois no mesmo dia” (Pezatti, 1993, p. 162). Ora, só porque ele aceitou uma posição diferente da esperada, isto é, só porque o SN foi posposto, afirmaremos que ele se torna um verbo existencial? Verbos como *morrer*, *acontecer*, *sair*, *haver*, etc. não podem receber uma tipificação tendo como critério a posição, pois, a nosso ver, eles se caracterizam justamente por ocorrerem em sentenças nas quais há uma grande flexibilidade na posição do SN.

Em suma, para Pezatti (1993), os verbos de um argumento (V1) desencadeiam um padrão de ergatividade cindida. Esta cisão é feita de acordo com a seguinte distribuição: “Si, sujeito de V1~e, SN ativo, sempre em posição pré-verbal” (Pezatti, 1993, p. 169) e “Si, sujeito de V1e, SN inativo, sempre em posição pós-verbal” (Pezatti, 1993, p. 169). Pode-se concluir, portanto, que, para Pezatti (1993), o SN de sentenças como “Houve problemas” é sujeito de V1e.

O SN definido como objeto

Enquanto Pezatti (1993) divide os V1 em existenciais e não-existenciais, Franchi *et al.* (1998) abrem uma classe diferenciada para os verbos *ter* e *haver* apenas, classe definida como construções existenciais (CE’s). A hipótese destes autores é aquela segundo a qual o “SN-argumento nas CE’s é sempre argumento interno, um objeto direto do verbo existencial de que recebe o Caso acusativo” (Franchi *et al.*, 1998, p. 123). Estes verbos, portanto, não fazem parte da classe dos inacusativos/ergativos (*acontecer*, *aparecer*, *chegar*, *existir*, *faltar*, *ir*, *ocorrer*, *surgir*, *vir*, etc.).

Antes de explicarmos a proposta de Franchi *et al.* (1998), abriremos um parêntese para mostrar que, mesmo dentro da abordagem gerativa, há autores que defendem a proposta segundo a qual o verbo *haver* está inserido na classe dos inacusativos. Assim, Franchi *et al.* (1998) vão de encontro, por exemplo, a Míoto *et al.* (2005).

Neste trabalho, tais autores admitem, como exemplo principal de ergativos, o verbo “haver”. Segundo estes autores, “haver” não atribui caso acusativo e, por isso, “o DP se move para Spec IP para receber nominativo” (Mioto *et al.*, 2005, p. 201).

Assim, para Mioto *et al.* (2005), na mesma classe de “haver”, estão “existir” e “chegar”. Eles fazem parte de “uma classe de verbos que seleciona argumento interno sem selecionar argumento externo” (Mioto *et al.*, 2005, p. 148). Por isso, em ocorrências como “Existem dinossauros neste parque” (Mioto *et al.*, 2005, p. 147), mesmo havendo concordância, “dinossauros” não pode ser compreendido como argumento externo. Neste caso, afirmam os autores que, “se um DP aparece na posição de sujeito de um verbo desta classe, este DP não é o argumento externo deste verbo. Vemos aqui a necessidade de reforçar a diferença entre ser sujeito da sentença e ser argumento externo do verbo.” (Mioto *et al.*, 2005, p. 148, grifos dos autores). Portanto, “dinossauros” é um argumento interno, na estrutura profunda, que se moveu para a posição de sujeito, na estrutura superficial.

Tendo explicado que, mesmo dentro de um único viés teórico, há controvérsias quanto à definição do *status* sintático do SN nestas construções, retornemos à proposta de Franchi *et al.* (1998). Estes autores defendem a hipótese segundo a qual *ter* e *haver* não são inacusativos, ao contrário, são verbos capazes de atribuir caso ao argumento interno. Esta hipótese é defendida a partir das seguintes justificativas:

1) Os verbos ergativos com sujeito posposto apresentaram 76,66% de ocorrências com concordância. Diferentemente, as CEs (construções existenciais) com *ter* e *haver* apresentaram apenas 5% de ocorrências com concordância. Por isso, o SN não será identificado enquanto sujeito;

2) Outra justificativa contra a identificação deste SN como sujeito está no fato de que, dentre as ocorrências analisadas, apenas 0,4% apresentou SN anteposto;

3) Por fim, uma evidência de que “nas CE’s (...) o SN (...) se realiza em uma posição sintática a que se atribui o Caso acusativo” (Franchi *et al.*, 1998, p. 125) é que “as CE’s com *haver* se constroem

com um clítico acusativo: (...) Cerimônias religiosas, **houve-as** e muito concorridas” (Franchi *et al.*, 1998, p. 125).

Quanto aos argumentos 1 e 2, não partimos do *princípio de dominância*, mas do *princípio de ocorrência*. Nesse sentido, mesmo que uma análise quantitativa avalie as 5% das ocorrências com concordância ou as 0,4% das ocorrências com anteposição como sendo um número irrelevante, para nós, elas refletem a possibilidade linguística. Por isso, não devem ser desconsideradas.

Quanto ao argumento 3, não temos compromissos com conceitos tais como atribuição de caso e papel temático. Entretanto, os autores têm uma proposta interessante, neste ponto, pois reconhecem tanto a projeção de uma posição de sujeito quanto a projeção de uma posição de objeto para sentenças com *ter* e *haver*. Normalmente, estes verbos são concebidos como tendo uma única posição argumental (monoargumentais). Assim, ao afirmarem que “o verbo existencial *ter* (...) “guarda a memória” da estrutura sintática histórica de que deriva: uma posição de sujeito se manifesta” (Franchi *et al.*, 1998, p. 128) e que “o SN-argumento é complemento dos verbos existenciais” (Franchi *et al.*, 1998, p. 125), eles estão prevendo a projeção de duas categorias sintáticas na constituição destes verbos.

É claro, entretanto, que a convergência é uma hipótese impossível para a abordagem gerativa, tendo em vista que as posições na árvore sintática têm contornos nitidamente definidos. Assim, um item pode mudar de posição para checar algum traço, mas uma única posição não poderá abarcar traços de sujeito e de objeto concomitantemente.

Em suma, para Franchi *et al.* (1998, p. 129), “as CE’s do PB não se assemelham às sentenças com verbos ergativos e sujeito posposto”. Por isso, o SN que ocorre com os verbos *ter* e *haver* não é sujeito posposto, conforme afirma, por exemplo, Pezatti (1993), mas objeto.

Na seção seguinte, apresentaremos a proposta de Nascimento & Kato (1995). Estes autores adotam uma abordagem, ainda dentro da teoria gerativa, bastante diferente daquelas apontadas até então.

O SN definido como predicativo

Para Nascimento & Kato (1995), o SN posposto a verbos inacusativos é um predicativo. Eles defendem que, uma sentença como *There is an actor in the room* é semelhante a *The boy is a poet*. Nesta sentença, “os nomes ‘actor’ e ‘poet’ aparecem como núcleos de predicados, atribuindo (...) os papéis temáticos ‘Locativo’ e ‘Tema’, respectivamente” (Nascimento & Kato, 1995, p. 51). Assim sendo, “as entradas lexicais que ocupam os núcleos dos N’s (ou NPs) são elementos predicativos, da mesma natureza dos verbos, adjetivos e preposições” (Nascimento & Kato, 1995, p. 52). Por isso, o SN posposto a verbos inacusativos é considerado um predicativo.

Finalizamos esta seção apontando para o fato de que, embora Franchi *et al.* (1993), Mioto *et al.* (2005) e Nascimento & Kato (1995) compartilhem do mesmo arcabouço teórico, cada um deles difere, de algum modo, na definição do estatuto sintático do SN em construções existenciais e/ou inacusativas. Para Franchi *et al.* (1993), o SN das CE’s é objeto e recebe caso acusativo. Por sua vez, para Mioto *et al.* (2005), este SN é um objeto, em estrutura profunda, e não recebe caso acusativo. Para receber caso, ele se move para a posição de sujeito, na estrutura superficial. Por fim, Nascimento & Kato (1995) defendem que o núcleo do SN é um predicativo, capaz de atribuir papel temático.

Na seção seguinte, mostremos que Decat (1983) traz uma importante contribuição para a abordagem que tentamos delinear, porque, diferentemente dos autores então mencionados, ela revela um impasse na determinação do *status* sintático do SN.

Perda de status de sujeito

Decat (1983) reconhece o impasse existente na caracterização do SN de sentenças como “Chegou duas caixas de vinho” (Decat, 1983, p. 39). Uma hipótese considerada satisfatória por Decat baseia-se na proposta de Perlmutter (1976 *apud* Decat, 1983, p. 17), segundo a qual, em paráfrase da autora, ocorre uma “perda de ‘status’ de sujeito”. Entretanto, a dúvida na caracterização deste SN fica explícita em afirmações como: “teríamos que admitir que o SN que está depois do verbo é um objeto” (Decat, 1983, p. 36). A seguir, no mesmo

parágrafo, a autora afirma: “O fato de o SN ter perdido, com a posição, o “status” de sujeito, não quer dizer necessariamente que ele passe a ser objeto” (Decat, 1983, p. 36-7).

Em resumo, Decat (1983), a partir de uma perspectiva funcionalista, revela-nos o conflito existente na determinação do estatuto sintático do SN neste tipo de construção. Este é um passo importante para as reflexões que pretendemos desenvolver, porém, a partir de uma perspectiva enunciativa.

A CONVERGÊNCIA DOS LUGARES SINTÁTICOS DE SUJEITO E OBJETO DIRETO: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE

Trabalhamos com a hipótese segundo a qual, em sentenças como “Falhas houve (-ram)”, não se pode definir um único *status* sintático para “falhas”. Conforme discutido em Pereira (2007), nesta sentença, “falhas” é candidato a ocupar o lugar de sujeito, devido à relação de *articulação* (Dias, 2002) - manifesta pela flexão - que este lugar contrai com o verbo. Concomitantemente, este SN é candidato a ocupar o lugar de objeto, que é *projetado* (Dias, 2005) por “haver”. Por isso, há uma convergência dos lugares de sujeito e objeto, no SN “falhas”. Os critérios que nos levam a caracterizar as sentenças com convergência são os seguintes: o verbo se apresenta como condensativo, e a modificação na posição do SN ou na concordância verbal não altera o fundamento referencial da sentença. Assim sendo, propomos uma tipificação de verbos a partir de um contínuo no qual eles podem favorecer ou não a convergência.

Verbos que se apresentam como condensativos

Verbos como “ter” e “haver”, em sentenças como “Houve uma festa” e “Teve uma festa”, não podem ser considerados monargumentais. Conforme propomos, o lugar de sujeito é responsável por acionar a flexão verbal, e o lugar de objeto é projetado pelo verbo. Portanto, nestas sentenças, o verbo flexionado marca a existência do lugar de sujeito. Além disso, tais verbos guardam uma memória de projeção do lugar do objeto. Logo, estes dois lugares sintáticos ar-

regimentam a constituição orgânica destas sentenças. Entretanto, verbos como “ter” e “haver” têm um comportamento bastante distinto de verbos como “matar”, pois se caracterizam por uma condensação da ancoragem dos dois lugares sintáticos, em um único campo de referência. Por exemplo, em “Houve uma festa”, a ancoragem de sujeito e objeto se dá, em um único campo de referência, designado por “uma festa”. Diferentemente, em “João matou o gato”, o lugar de sujeito é ancorado em um domínio de referência designado por “João”, enquanto o lugar de objeto é ancorado em um domínio designado por “gato”. Por esta razão, diremos que verbos como “haver” e “ter” apresentam-se como “condensativos”.

Mobilidade na posição do SN

Vejamos:

(1a) Gisele Bündchen veste Colcci¹⁶; (1b) Colcci veste Gisele Bündchen.

(2a) Confusão houve. Só não sei se houve festa; (2b) Houve confusão. Só não sei se houve festa.

Diante dessas sentenças, não se pode afirmar simplesmente que a significação é a mesma ou que a significação é diferente entre (1a) e (1b) e entre (2a) e (2b). É preciso distinguir, para efeitos metodológicos, a dimensão estável e a dimensão flexível do referente perante as alterações sofridas na organicidade da sentença.

Nesse sentido, concebemos o referente como sendo constituído de uma dimensão estável, o *fundamento referencial* (doravante: FR), e de uma dimensão flexível, o sentido ou o significado. Esta é afetada por questões de ordem interlocutiva, aquela não. Por exemplo, (1a) pode, pertinentemente, ser seguido por “E você?”, pertinência que não ocorre quando este enunciado apresenta a ordem inversa, (1b). Isto acontece, porque o enunciado (1b) se desvia dos propósitos comunicativos e dos efeitos de sentido para os quais (1a) foi construído. Entretanto, o FR não é afetado por questões de ordem interlocu-

¹⁶ <http://g1.globo.com/Noticias/Negocios/0,,AA1558371-5600,00.html>. Acesso em: 14/08/2007.

tiva, por isso, permanece o mesmo, em (1a) e em (1b).

Este é também o caso de (2). Por exemplo, em espaço de réplica a uma sentença como “Pelo visto houve festa esta noite, né?”, a opção (2a), com topicalização, destaca mais o SN “confusão” que a opção (2b), sem topicalização. Esta sutileza faz com que (2a) e (2b) produzam efeitos de sentidos diversos. Contudo, apesar desta diferença, há ainda uma dimensão estável na significação destas sentenças, que deve ser considerada. Esta dimensão é o FR, que não varia diante de tais alterações.

Apesar deste ponto em comum, (1) e (2) se constituem de modo distinto, sendo (1) sentenças sem convergência, e (2) sentenças com convergência. (1a), e.g., não se caracteriza como uma sentença com convergência porque os lugares de sujeito e objeto são atualizados, separadamente, na linearidade da sentença: o sujeito é ocupado por “Gisele Bündchen”, e o objeto, por “Colcci”.

Agora, vejamos as seguintes sentenças:

(3a) Já mataram cem pessoas neste ano; (3b) Cem pessoas já mataram neste ano.

Estas sentenças são também sentenças sem convergência como aquelas presentes, em (1), porque os lugares de sujeito e objeto são atualizados separadamente na linearidade da sentença. Em (3a), e.g., o lugar de sujeito é constituído por um espaço de indeterminação, sedimentado pela 3ª pessoa do plural, enquanto o lugar de objeto é ocupado por “cem pessoas”. Entretanto, (3) difere de (1), porque seu FR é sensível à alteração na posição do SN. Prova disso é que enquanto (3a) pode ter a seguinte paráfrase: (3a’) “Estas cem pessoas estão mortas”, (3b) pode ter uma paráfrase completamente oposta a (3a’): (3b’) “Estas cem pessoas estão vivas e a maioria não foi presa”.

Por estas razões, o FR de sentenças como (3), constituídas sem convergência, é sensível à alteração na posição do SN. O mesmo ocorre com a concordância. Diferentemente, o FR de sentenças como (2), constituídas com convergência, não é sensível a estas alterações. Por isso, as sentenças com convergência se caracterizam pela possibilidade ampla e geral de alteração tanto na posição do SN quanto na concordância, sem afetar o FR.

A seguir, apresentaremos um contraste entre o conceito de FR e os conceitos de conteúdo proposicional e valor de verdade.

***O conceito de Fundamento Referencial:
uma abordagem contrastiva***

FR não se confunde com conteúdo proposicional, noção que parte do pressuposto segundo o qual o significado é inerente à sentença, pois, para nós, o significado não é imanente, mas construído no dizer. Por sua vez, FR não se confunde com valor de verdade. Em uma concepção de referência baseada neste conceito, só é possível atribuir valor de verdade a uma sentença, se a parte predicada tiver existência em um mundo possível. Diferentemente, compreendemos a referência como sendo configurada na dimensão simbólica da língua (Guimarães, 2005). Por isso, ela ganha materialidade no dizer e não, fora dele.

Tipologia

Na análise da convergência, tipificamos os verbos a partir do seguinte contínuo: aqueles que não parecem favorecer ocorrências com convergência (Grupo A); aqueles que parecem favorecer tanto ocorrências com quanto sem convergência (Grupo B); por fim, aqueles que parecem favorecer somente ocorrências com convergência (Grupo C).

O grupo A pode ser representado por verbos como “matar”. Em análise a (3), vimos que o fundamento referencial de sentenças com “matar” é sensível a alterações na posição ou na concordância. Além disso, a ancoragem dos lugares sintáticos se dá em campos de referência distintos.

Por sua vez, o grupo B pode ser representado por “chegar”. Por um lado, este verbo favorece sentenças com convergência, quando se apresenta como condensativo. É o caso de “Chegou duas garrafas de vinho”. Nesta sentença, a ancoragem de sujeito e objeto se dá, em um único campo de referência, designado por “duas garrafas de vinho”, e o FR não é sensível à alteração na posição ou na concordância (“Duas garrafas de vinho chegaram”). Por outro lado, este

verbo favorece também sentenças sem convergência quando a atualização dos lugares sintáticos se dá, separadamente, na linearidade da sentença, como em “O menino chegou a mesa para o canto”. Neste caso, a ancoragem dos lugares sintáticos se dá em campos de referência distintos, e o FR é sensível à alteração na posição do SN.

Por fim, o grupo C pode ser representado por “acontecer”. Por exemplo, em “Aconteceu reuniões hoje”, a ancoragem de sujeito e objeto se dá, em um único campo de referência, designado por “reuniões”. Além disso, o FR é insensível à alteração na posição (“Reuniões aconteceu hoje”) ou na concordância (“Aconteceram reuniões hoje”). Ademais, uma sentença como “A empresa aconteceu reuniões” não seria aceitável com este verbo. Por isso, ele favorece somente ocorrências com convergência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abordamos a convergência como um fato lingüístico que, para ser analisado, deve-se romper com os limites da cadeia lingüística, porque nem a posição, nem a concordância são determinantes na categorização do SN. Diante do exposto, propostas que definem um *status* único para o SN, com base nestes critérios, são controversas e questionáveis. Na contramão destas propostas, acreditamos que se faz necessário reconhecer a concomitância de duas categorias, sujeito e objeto, na configuração sintática de sentenças compostas por verbos que se apresentam como condensativos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DECAT, M. B. N. Concordância verbal, topicalização e posposição de sujeito. *Ensaio de Lingüística: cadernos de Lingüística e Teoria da Literatura*, Belo Horizonte, n. 9, ano 5, p. 09-48, dez. 1983.

DIAS, L. F. Fundamentos do sujeito gramatical: uma perspectiva da enunciação. In: ZANDWAIS, A. (Org). *Ensaio: relações entre pragmática e enunciação*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2002, p. 47-63.

———. Problemas e desafios na constituição do campo de estudos da transitividade verbal. In: SARAIVA, M. E. F.; MARINHO, J. H.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

S. R.C. (Orgs.). *Estudos da língua em uso: relações inter e intra-sentenciais*. Belo Horizonte: PosLin, 2005, p. 101-122.

FRANCHI, C.; NEGRÃO, E.; VIOTTI, E. Sobre a gramática das construções existenciais com TER/HAVER. **In:** *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 14, n. especial, p. 105-131, 1998.

GUIMARÃES, E. Historicidade do sentido. **In:** —. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. 3ª ed. Campinas: Pontes, 2005, cap. 9, p. 65-75.

MIOTO, C.; SILVA, M.C.F; LOPES, R.E.V. *Novo Manual de Sintaxe*. 2ª ed. Florianópolis: Insular, 2005.

NASCIMENTO, M.; KATO, M. A. O estatuto dos nominais pós-verbais dos verbos inacusativos. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, ano 4, v.1, n.3, p. 31-74, jan./jun. 1995.

PEREIRA, B. K. Convergência dos lugares sintáticos de sujeito e objeto direto: um enfoque enunciativo. **In:** *Estudos Linguísticos*, Araraquara, v. 1, n. XXXVI, p. 133-142, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://gel.org.br/4publica-estudos-2007/sistema06/14.PDF>>. Acesso em: 16 ago. 2007.

PEZATTI, E. G. A ordem de palavras e o caráter nominativo / ergativo do português falado. *Alfa*, São Paulo, n. 37, p. 159-178, 1993.

**DO LATIM AO BRASILEIRO:
PANORAMA EVOLUTIVO DA LÍNGUA PORTUGUESA**

Paulo Vítor Mattos Silva (UERJ)
(pvvector@hotmail.com)

RESUMO

A formação da língua portuguesa foi intimamente alterada a partir da influência de elementos extrínsecos à própria natureza linguística, que, não obstante, alicerçam a sua evolução sistêmica e contribuem com o enriquecimento de suas vicissitudes. Assim, é possível estabelecer um panorama evolutivo partindo da língua latina, difundida a partir do processo de Romanização, perpassando por suas idiossincrasias. Com isso, é apresentado um arcabouço teórico-comparativista, através do qual, chega-se à língua falada aqui no Brasil, herdeira do legado histórico da língua portuguesa, ao qual se incorporou múltiplos fatores de ordem sociocultural, inerentes ao nosso processo de colonização.

Palavras-chave:

Romanização; evolução da Língua Portuguesa; Português-Brasileiro

LATIM: MUTAÇÃO & IMORTALIDADE

Inicialmente havia o latim, o qual se estilizou, sobretudo, em virtude de uma necessidade surgida com a política expansionista do Império. A evolução político-social por que passavam os romanos estendeu-se à língua, a qual se torna, impreterivelmente, meio de transmissão da cultura (aristocrática) e dos campos do saber.

O latim clássico, como se consagrou a língua literária, era praticado em redutos aristocráticos, onde os eruditos cultuavam formas de perpetuação do saber. Conseqüentemente, constitui-se uma língua marcada pela elegância do estilo, na qual se evidenciam um apurado vocabulário e rigor gramatical. Todavia, torna-se diáfano o afastamento que a elitização desta promove em relação às classes mais humildes, atribuindo-lhe, indubitavelmente, imobilidade e artificialidade – haja vista sua incapacidade de refletir as idiossincrasias destes falantes.

Neste diapasão, configura-se, inevitavelmente, uma dicotomia linguística: de um lado, consolida-se uma língua de intenso potencial literário, ao passo que de outro, estabelece-se e adquire magnitude

uma língua essencialmente oral, praticada pelo povo em suas esferas sociais. A esta língua atribui-se o nome de latim vulgar, uma vez que servia a uma parcela da população que a utilizava para fins mais práticos.

O latim corrente, como se convencionou chamar, possui a diversidade como cerne de sua composição, sobretudo, por comportar sob a mesma égide um grande número de falantes não eruditos de funções sociais variadas; conferindo à língua certo desprestígio, no que concernia à elite romana. Esta diversidade, contudo, não recrudescer com a condenação aristocrática; antes o contrário: há, com efeito, uma acentuação desta, à medida que passa a ser adotada (e inovada) por falantes de regiões conquistadas pelo Império. Sendo assim, passam a ser incorporados à língua elementos intrínsecos aos falares provincianos, viabilizando a sua evolução natural.

A evolução da língua coloquial deu-se de modo heterogêneo, visto que as conquistas ocorreram em momentos, por membros de classes, e também sobre falares distintos. Na Espanha, por exemplo, sofreu-se a influência de um latim mais aristocratizado e, por isso, legou um maior conservadorismo clássico. Já a Dácia, que corresponde à Romênia, foi conquistada em I d.C. e, por conseguinte, sofreu a ação de elementos bem destoantes: uma interação, basicamente, com soldados, além de quase duzentos anos a mais de inovações linguísticas. Em outras regiões, como a Bretanha, os resquícios de dominação românica foram quase que totalmente destruídos pelos bárbaros, o que impediu a evolução do latim no local.

O Império tentava manter a integridade de sua língua oficial, sufocando as tendências locais por meio da força. Com o seu declínio, não há mais como se manter a pretensa unificação da língua, sucumbindo o latim corrente às forças centrífugas, ou seja, às inovações oriundas do processo evolutivo pelo qual passam as línguas. A partir deste momento, os falares locais adquirem autonomia e passam a evoluir isoladamente, respeitando as particularidades de cada povo, até resultarem nos chamados *romances* e, posteriormente, nas línguas neolatinas.

Sobre o latim corrente, há poucos vestígios em razão de sua escassez literária. Os estudos acerca desta língua far-se-ão, não raro, de maneira hipotética ou incompleta. Sabe-se, todavia, que a língua

corrente sofre a influência dos substratos e, gradativamente, distancia-se da forma original. Desenvolvem-se, pois, sistemas autóctones, que embora detenham vestígios indeléveis da língua românica, já não mais se classificam como tal, devido ao crescente abismo que se vai formando entre elas. É necessário mais do que a presença de elementos lexicais ou sintáticos comuns a duas línguas para se legitimar uma filiação histórico-evolutiva; destarte, é sensato dizer que estes falares locais, além de na sintaxe e no léxico, influíram no que há de mais particular em uma língua: a morfologia.

As línguas neolatinas conhecidas são dez: *português, espanhol, catalão* (falado, principalmente, na região da Catalunha), *francês, provençal* (falado no sul da França, na Provença), *italiano, retorromano ou ladino* (falado na região dos Alpes entre Suíça e Itália), *dalmático* (falado na Dalmácia, região que fica próxima à Iugoslávia), *romeno* e o *sardo* (falado na Sardenha). Ressalva-se que o território atual em que se falam estas línguas não corresponde aos domínios românicos, que se estendeu desde a Europa até a África e a Ásia. Há lugares em que o latim não vinga, como no país Basco, ou que é varrido do mapa devido à dominação bárbara, como o norte da África.

Heroísmo & saudade: nascimento e evolução da língua portuguesa

Cerca de 10.000 a.C., antes de sofrer a “Romanização”, a Península Ibérica era habitada por povos autóctones que vieram a ser conhecidos como Iberos. Quatro mil anos depois, a região passou a ser habitada por um povo indo-europeu, os Celtas, que coexistiram pacificamente com as tribos Iberas, dando origem aos Celtiberos.

A região recebe ainda ocupação de gregos e fenícios, os quais se confrontam pela hegemonia no território. Sem a constante intervenção dos gregos – que são derrotados -, os fenícios se fixam definitivamente na porção meridional e fundam colônias. A sua maior preocupação era o comércio marítimo e, quando este entra em declínio, os gregos encontram a oportunidade perfeita para retomar sua empresa e estabelecem-se na península, fundando cidades e contribuindo de forma profícua para a tradição artística da região.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

A inserção dos celtas deu-se posteriormente. Oriundos do sul da Germânia fixaram-se, principalmente, na *Galécia* e nas regiões altas do centro do que é hoje Portugal. Ali, a penetração celta, supõe-se, pode não ter sido tão pacífica quanto na *Hispania*, onde se fundiu com os iberos, haja vista que até hoje podem ser encontradas cidades fortificadas na região - o que, certamente, não foi arbitrário.

A influência fenícia estava fadada ao desaparecimento e assim teria sido se não fosse pela proeminência do cartaginês, que falava um dialeto fenício - o *púnico*. Roma, república em ascensão, interveio, pois não lhe agradava o progresso que vinha sendo conseguido por Cartago. Temendo que a anexação da península aumentasse seu poderio, declara-se a guerra, da qual saem vitoriosas as legiões romanas.

A península, entretanto, não é assimilada por Roma imediatamente, uma vez que os Lusitanos deflagram uma iniciativa de resistência, a qual se revelou infrutífera diante do elevado poderio bélico romano. Assim sendo, em 25 a.C., a península já apresentava toda sua faixa ocidental dominada pelo Império, dando início, pois, a Romanização do território, o qual foi dividido em três províncias: Tarraconense, a Bética e a Lusitânia. Com isso, nota-se a primeira manifestação por parte do poder público de separar os destinos da faixa ocidental, de onde se emancipou Portugal em relação ao resto da Hispânia.

Portanto, pode-se, com efeito, concluir que divisões políticas geram, impreterivelmente, divisões linguísticas; o que pode ser endossado a partir da observância de como se deu o processo de evolução das línguas nestas regiões politicamente demarcadas, das quais se originaram, isoladamente, o castelhano, o catalão e o português. Ressalva-se que não houve por parte dos romanos uma iniciativa coercitiva de imposição da língua latina, a qual passou a ser adotada, sobretudo, em razão de seu prestígio de língua oficial, verdadeiro elo com uma cultura superior. Logo que foi introduzido na *Hispania*, o latim falado pelo povo modificou-se rapidamente, porém teve sua evolução interrompida a partir das invasões bárbaras, ocorridas no século V da era cristã.

Os vândalos foram os primeiros, dentre os bárbaros germânicos, a chegar à península e estabeleceram-se na *Galécia* e na *Bética*.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Depois destes, surgem os *suevos*, os quais habitam a *Galécia* e a *Lusitânia* - o que, por conseguinte, atribui a este povo vital importância para a história da nossa língua, uma vez que foi neste território que se desenvolveu o povo português. Posteriormente, aparecem os *visigodos* ou *godos* do oriente, que absorvem os *suevos* e erigem o maior reino bárbaro já existente.

Embora tenham obtido êxito em suas empresas, os bárbaros não hesitam em assimilar a língua românica. Ao fazê-lo, não obstante, estes povos enriquecem sua diversidade, que há muito já vinha dando novo “semblante” à língua. Contribuem com a inserção de mais de duzentos vocábulos no léxico, os quais se referiam aos seus costumes e usos.

No oitavo centenário da era cristã, após as sucessivas conquistas no norte da África, chegam à península os árabes. Com isso, há o inevitável confronto entre mouros e visigodos, resultando na expulsão do último rei germânico e no domínio absoluto do reino visigótico por parte dos muçulmanos. Enfim, a cultura árabe, exacerbadamente mais avançada que a peninsular, instaura-se e alastra-se pela região. Apesar das evidentes diferenças entre os troncos semítico e indo-europeu, a língua árabe, associada ao elitismo cultural, seduz muitos habitantes locais, chamados de “*maçarabes*” por adotarem a língua e demais costumes do povo muçulmano.

Conquanto tenham alguns aceitado o árabe como língua oficial, houve um grupo dissidente que estava disposto a manter a integridade cultural e lingüística da península. Os adeptos deste grupo refugiam-se ao norte, na montanhosa região das Astúrias, onde iniciam um movimento de reconquista; até que, em 1492, põe fim à dominação moura na região. A dominação semítica contribuiu em menor escala no romance falado no território, reduzindo sua influência, meramente, ao léxico.

Durante o período de dominação muçulmana, cruzadas eram organizadas para promover a expulsão dos invasores, sendo comum a concessão de indulgências aos bem sucedidos. Entres os fidalgos que fizeram parte destas empreitadas, merece destaque D. Henriques, cujos honrosos feitos renderam-lhe um casamento Real, além da outorga do *Condado Portucalense*, território desmembrado da *Galiza*. A nacionalidade portuguesa, contudo, só tem início com seu suces-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

sor, D. Afonso Henriques, que abala o imponente domínio de Castela e proclama-se Rei de Portugal, em 1143.

Com a independência política de Portugal, há uma tendência separatista do falar português em relação ao galego, antes próximos a ponto de constituir um único, o *galaico-português*. Esta foi gradativa, acentuando-se com o tempo até que o português adquirisse total autonomia. Convém a lembrança de que o rumo seguido por este romance unificado deu-se por meio de um tratamento do latim corrente diferenciado em relação ao que se deu na faixa ocidental da *Hispania*. Isto, indubitavelmente, deve-se ao fato de que a porção da *Galécia*, onde se originou o *galaico-português*, foi ocupada por *celtas* e *suevos*, o que foi elemento determinante ao processo evolutivo destes falares.

A primeira forma literária cultivada é a poesia, inspirada nas trovas provençais. No século XV, há uma grande profusão de traduções de obras clássicas. O seguinte é o de “ouro” da literatura portuguesa, quando aparecem os maiores nomes da mesma. Neste período, há, outrossim, o avanço do expansionismo ultramarino lusitano, o qual foi responsável pela difusão da língua portuguesa pelo além-mar.

Galego vs português

Alguns lingüistas modernos reconheceram a unidade dessas variedades lingüísticas, enquanto que outros rechaçaram tal possibilidade, atribuindo-lhes discrepâncias notáveis a ponto de sobrepujar as semelhanças que possivelmente possa haver entre elas. O fato é que a ocorrência de fatores sociolingüísticos e/ou políticos compõem as vicissitudes destas línguas e, por conseguinte, interferem na proposição de afirmativas acerca da questão.

Só há consenso no que concerne ao passado comum das línguas, quando, na Idade Média, formavam o Galego-português – explorado profundamente como língua culta por reinos vizinhos, como Leão e Castela. Tal fato revela-se diáfano no momento em que são comparadas as formas escritas: se o galego se grafar em ortografia reintegrada, as diferenças são mínimas e é totalmente compreensível e até percebido como um dialeto peculiar do português.

Contudo, algumas divergências podem ser assinaladas. Em primeiro lugar, nota-se que os padrões galego e português são marcados por distinções fonéticas. Além disso, há diferenças presentes nas flexões verbais comuns ao padrão galego (e seus dialetos) que, no padrão português, são tidas como arcaísmos. E ainda: a ortografia "oficial" galega é uma versão *fac-similada* da ortografia espanhola, o que se faz visível até mesmo na pontuação.

Neste diapasão, constitui tarefa árdua, e talvez improfícua, reunir esforços em torno da busca por uma verdade absoluta acerca da distinção ou similitude das línguas em questão. O fato é que ambas representam, respectivamente, a tradição cultural de seu povo e o seu legado para as gerações subseqüentes, as quais contribuirão, ciclicamente, com o advento da língua enquanto sistema vivo que é. Isso faz do galego "a língua galega" e não a gêmea do português ou a afilhada do espanhol, mas sim um dos muitos frutos do latim; bem como faz do português falado no Brasil o "*brasileiro*", afastando-o, progressivamente, do lusitano.

PORTUGUÊS BRASILEIRO: PLURALIDADE SINGULAR

Estudar o brasileiro é dar voz à língua falada e escrita aqui, neste país, chamado Brasil, noventa e duas vezes maior que Portugal, habitado por uma população quase dezessete vezes mais numerosa. (Bagno: 2005, p. 10)

Atualmente, muitos estudos são feitos em defesa da autonomia da Língua *Brasileira*, visto que desde tempos idos esta já expressa certa tendência evolutiva distinta da apresentada por nossos colonizadores. Ao misturar-se aos diversos falares locais pelos quais exerceu sua influência, o português falado no Brasil recebe a contribuição de elementos de outra natureza, os quais são de exponencial relevância para a sua melhor compreensão.

Três fatores são essenciais para justificar a evolução deste processo: o indígena, o negro e o de falares americanos, sendo este último de menor relevância. O elemento indígena foi definitivo para a história da língua atualmente falada em nosso país e, se não fosse

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

pela migração da corte lusitana e a intervenção pombalina, poderíamos ter sido o maior país a desenvolver, de forma homogênea, uma língua indígena. Isto se deve ao fato de que a língua indígena aqui falada não foi esquecida em detrimento de uma língua de maior prestígio; antes o contrário: houve uma grande preocupação, sobretudo por parte dos jesuítas, de se aprofundar no estudo deste falar.

Aliado ao profundo interesse dos jesuítas pela língua indígena, há ainda a questão dos cruzamentos entre europeus e índias, as quais acabaram incumbidas de transmitir à prole o ensino da língua. O ensino da língua portuguesa, portanto, restringia-se às escolas - muitas das quais, sobretudo as jesuíticas, também ensinavam a língua tupi, principalmente, aos filhos dos colonos.

O movimento de Entradas e Bandeiras, cujo propósito era a exploração do território ainda desconhecido, contribui em larga escala para esta manutenção da língua tupi e ainda assiste em sua propagação, uma vez que os bandeirantes sempre levavam consigo nativos para auxiliá-los em sua empresa rumo ao sertão brasileiro.

Com a obrigatoriedade do ensino da língua portuguesa aos índios e também com o crescente fluxo migratório do século XIX, grande maças indígenas deslocaram-se para regiões mais afastadas do ainda insipiente progresso litorâneo, onde remanescem até a atualidade. Diante disso, o ensino da língua portuguesa torna-se uma realidade inexorável; embora não tenha conseguido aniquilar algumas inserções vernáculas oriundas da língua tupi que, de tão perfeitas, geram ainda formas derivadas e fusões com outros vocábulos lusitanos.

O elemento negro, reitera-se, estabelece-se a partir da instituição do sistema escravocrata. Apresentava, dentre os falantes, dois grupos que mereciam destaque: o *iorumba*, o qual se irradiou, principalmente, na Bahia; e o *banto*, ao qual se atribui maior relevância, no que concerne à influência na língua, em razão do maior número de falantes. Ressalta-se, todavia, que o elemento negro não se mostrou presente em vários âmbitos do período colonial e nem em todas as regiões. Já os indícios trazidos por outros falares americanos, bem menores em importância, são oriundos de trocas, sobretudo comerciais, entre navegadores estrangeiros e os colonos e fazem-se perceptíveis, meramente, no campo lexical.

Com contrastes tão latentes, provenientes de fontes tão diversas, o português falado no Brasil começa a trilhar certa independência em relação à modalidade praticada pelos falantes do além-mar. Não seria pertinente, pois, pensar no mesmo como outra língua? A indagação é válida, à proporção em que é polêmica, e já suscitou uma série de estudos fecundos que tentam dar conta desta questão. Os lingüistas condenam a idéia de se tratar a língua falada aqui no Brasil um dialeto, sobretudo, em virtude da abrangência da língua e de sua vasta tradição literária. Estes se dividem, então, entre aqueles que defendem a autonomia da língua e aqueles que ainda a vêem como língua Portuguesa, porém acrescida de algumas variações.

Dentre aqueles que defendem a autonomia da língua, evidencia-se a profícua atuação de Rosa Virgínia Mattos e Silva, em *O Português são dois* (2004), que nega a dependência lingüística em relação à metrópole colonizadora, mostrando a dualidade da língua, e critica o ferrenho (e talvez anacrônico) ensino de uma língua que, há muito, já não representa a identidade de seus falantes.

De forma mais radical, Marcos Bagno (2005) vai além, supondo não só a existência de uma língua *Brasileira* independente, mas sim de vários *Brasileiros* distintos e aplicáveis à medida que se julga necessário pelo falante. Bagno argumenta ainda que ensinar o Português, em detrimento do Brasileiro, “é querer provar que a língua boa, certa e bonita vive do outro lado do Atlântico, falada por habitantes de um paraíso lingüístico chamado Portugal”, ou seja, é se esquecer de que somos um povo de tradições difusas, mas hegemônico no que concerne à identidade nacional e que a riqueza que nos excede culturalmente reflete-se na língua, singularizando-a, tornando-a particular de um povo que historicamente a lapidou.

Portanto, subjugar nosso falar à forma lusitana é aceitar, ingenuamente, que o “português é muito difícil” ou ainda que “brasileiro não sabe falar português corretamente”, perpetuando, pois, um conjunto de mitos infundados inerentes a “*uma língua emprestada a qual não respeitamos e abastardamos o tempo todo*” (Bagno, 2005, p. 10)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, Marcos. *Português ou Brasileiro? Um convite à pesquisa*, 5ª ed. Série Linguagem. São Paulo: Parábola, 2005.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática Histórica*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2005.

ELIA, S. *Fundamentos histórico-lingüísticos do Português do Brasil*. Lucerna: Rio de Janeiro, 2003.

NETO, Serafim da Silva. *História da Língua Vulgar*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1977.

NÓBREGA, Vandik. *Novo método de gramática latina* (elementar e superior), vol. I e II. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – MEC, 1962.

SILVA, Rosa V. M. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. Série Linguagem. São Paulo: Parábola, 2004.

———. *O português são dois...* Novas fronteiras, velhos problemas. 2ª ed. Série Linguagem. São Paulo: Parábola, 2006.

**ESBOÇO PARA UMA TEORIA ENUNCIATIVA
EM FOUCAULT**

Bruno Deusdará (CEFET)
(brunodeusdara@yahoo.com.br)

RESUMO

Neste artigo, discutimos as contribuições de Michel Foucault a uma abordagem enunciativa dos estudos da linguagem. Inicialmente, buscamos recuperar a trajetória do termo *enunciação* no âmbito da Linguística. Em seguida, analisamos alguns dos questionamentos propostos pelo referido autor, ao propor que os enunciados sejam compreendidos como acontecimentos singulares. Por fim, procuramos destacar de que modo tais reflexões podem apontar para problemas atuais como o de uma concepção de sujeito e de linguagem.

Palavras-chave: Enunciação; Análise do Discurso; Michel Foucault.

INTRODUÇÃO

Neste texto, pretendemos pôr em análise alguns dos referenciais de uma abordagem enunciativa. No percurso que ora oferecemos ao leitor vamos propor um diálogo com um autor que não figura nos manuais de Linguística como um dos fundadores de tal abordagem. Trata-se de Michel Foucault. Quando dizemos que optamos por um autor que não figura entre os fundadores reconhecidos de uma dada abordagem não estaríamos, com isso, tentando atribuir a ele uma paternidade até aqui desconhecida. Não buscaremos, portanto, influências suas em seus contemporâneos.

Ao contrário, o que nos interessa no referido autor é exatamente uma trajetória indisciplinar de suas reflexões. Ou seja, parece-nos que uma das principais contribuições de M. Foucault tenha apontado para a necessidade de manter em suspenso as fronteiras disciplinares que se mostram tão evidentes, assim como a produção de um sujeito de conhecimento “desimplicado” com as circunstâncias de emergência dos saberes.

A essa altura, alguém poderia perguntar-se por que convocar um pensador a responder questões que não eram exatamente as suas,

a discutir conceitos fundamentais de uma disciplina, quando seu projeto fora justamente o de demolir hierarquias entre os saberes e demolir estratégias instituídas de exercício de poder. Talvez houvesse nessa pergunta um desconforto que nos impedisse de seguir com o próprio projeto deste texto. Mas, insistimos, um pouco, talvez, inspirados na citação de G. Deleuze a seguir:

Quando as pessoas seguem Foucault, quando têm paixão por ele, é porque têm algo a fazer com ele, em seu próprio trabalho, na sua existência autônoma. Não é apenas uma questão de compreensão ou de acordo intelectuais, mas de intensidade, de ressonância, de acorde musical. Afinal, as belas aulas se parecem mais a um concerto que a um sermão, é um solo que os outros 'acompanham' (Deleuze, 2006, p. 108)

TRAJETÓRIA DA ENUNCIÇÃO NOS ESTUDOS DA LINGUAGEM

Neste item, pretendemos sistematizar as trajetórias do termo *enunciação* no âmbito dos estudos da linguagem. Nossa intenção é oferecer ao leitor indicações de algumas das questões às quais se pretende responder com o referido termo, bem como explicitar alguns autores que estiveram às voltas com o desafio de uma orientação enunciativa na Linguística.

O termo *enunciação*, em linguística, não remete a um conceito unívoco. Sua trajetória, no âmbito dos estudos da linguagem, é segmentada, evidenciando certas rupturas ora apontando para matices diferenciados no tratamento dos fenômenos linguísticos, ora chegando mesmo a caracterizar pontos de vista distintos. Assim sendo, quando procuramos retomar as trajetórias do referido termo, estamos tentando dar visibilidade exatamente a algumas dessas distinções.

Pautaremos o percurso do termo *enunciação* em duas obras publicadas recentemente, e que, não obstante a isso, vêm se tornando referenciais entre os analistas do discurso de base enunciativa. Estamos nos referindo ao *Dicionário de Análise do Discurso*, de autoria de p. Charaudeau e D. Maingueneau, originalmente publicado em 2004 e traduzido para língua portuguesa no ano seguinte, em 2005, e a *Introdução à Linguística da Enunciação*, de V. Flores e M. Teixeira, publicado no mesmo ano da tradução para língua portuguesa do *Dicionário*.

No que tange ao termo enunciação, tanto Charaudeau e Maingueneau (2005), quanto Flores e Teixeira (2005) atribuem a Charles Bally a introdução mais sistemática desse conceito na terminologia linguística. Ressalte-se, ainda, que é também consenso entre as obras citadas afirmar que é com Benveniste que um ponto de vista sobre a enunciação parece tomar corpo na linguística.

Ressaltando que originalmente as questões relativas à enunciação estariam vinculadas a análises dos fatos de língua, Charaudeau e Maingueneau afirmam que:

A reflexão sobre a enunciação pôs em evidência a dimensão reflexiva da atividade linguística: o enunciado só faz referência ao mundo na medida em que reflete o ato de enunciação que o sustenta (Charaudeau e Maingueneau, 2005, p. 193)

Destacam ainda o valor ilocutório do enunciado que residiria exatamente no fato de ele “mostrar” as pessoas e o tempo nele inscritos através de sua ancoragem na situação de enunciação. A partir desse problema mais geral a que se procuraria responder com uma perspectiva enunciativa, os referidos autores vão propondo distinções na definição de *enunciação*.

Em primeiro lugar, observam a enunciação variando entre uma concepção linguística e outra discursiva. De um ponto de vista estritamente linguístico, a enunciação é concebida como “*o conjunto de atos que o sujeito falante efetua para construir, no enunciado, um conjunto de representações comunicáveis*” (Relpred, *apud* Charaudeau e Maingueneau, 2005, p. 194). Já em termos discursivos, a enunciação é compreendida como acontecimento que se ancora num dado contexto, articula intrinsecamente práticas de linguagem e produção do social.

Nesses termos, o que interessa não são as operações de um sujeito falante em um ato individual de realização da linguagem, mas as possibilidades de emergência histórica de certas práticas de linguagem associadas a produções sociais e suas múltiplas formas de apreensão. Assim, de um ponto de vista discursivo, estudam-se não os modos de que um sujeito da enunciação se utiliza para se propor na linguagem, mas os modos de inscrição histórico-social das práticas de linguagem.

Em seguida, no mesmo verbete, Maingueneau e Charaudeau

distinguem uma versão *restrita* e outra *ampla* de enunciação, fazendo referência a Kerbrat-Orecchioni (1980). Tal distinção implica perceber, de um lado, certos estudos que se pautam pelas marcas do sujeito da enunciação no enunciado (pronomes, desinências verbais, certos advérbios, etc), que comporiam a versão *restrita* dos estudos enunciativos e, de outro, na versão *ampla*, os diferentes modos de inscrição do contexto no enunciado. Para os autores citados, essa distinção atravessa uma outra, aquela que oporia uma versão *fraca* a uma *forte* da enunciação. Incluem-se na versão dita *fraca* os estudos atribuídos a uma lingüística dos fenômenos de enunciação, ou seja, a preocupação que se restringe ao emprego de certas marcas que remeteriam à situação. Já entre os estudos que comporiam uma versão *forte* da enunciação estariam aqueles que partilhariam da idéia de que

Uma concepção enunciativa da linguagem consiste em sustentar que é na enunciação – e não em realidades abstratas pré-construídas como a língua ou a proposição – que se constituem essencialmente as determinações da linguagem humana (Relpred **In**: Charaudeau e Maingueneau, 2005, p. 194).

A partir desse panorama acerca dos estudos enunciativos inspirados no *Dicionário de Análise do Discurso*, pretendemos explicitar, a seguir, certos fundamentos da teoria enunciativa proposta pela Análise do Discurso. Iniciaremos com as contribuições de Foucault essencialmente considerando suas propostas na Arqueologia do Saber (2004).

FOUCAULT-INTERCESSOR E A ABERTURA DE POSSÍVEIS NO CAMPO DOS ESTUDOS ENUNCIATIVOS

Neste item, ao procurar tratar Foucault como um intercessor para a abertura de possíveis no campo dos estudos enunciativos, estamos fazendo referência a Deleuze:

O que é preciso ver é que as interferências entre linhas não dependem da vigilância ou da reflexão mútua. Uma disciplina que se desse por missão seguir um movimento criador vindo de outro lugar abandonaria ela mesma todo papel criador. (...) O essencial são os intercessores. A criação são os intercessores. Sem eles não há obra. Podem ser pessoas – para um filósofo, artistas ou cientistas; para um cientista, filósofos ou artistas – mas também coisa, plantas, até animais, como em Castañeda.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Fictícios ou reais, animados ou inanimados, é preciso fabricar seus próprios intercessores (Deleuze, 2006, p. 156)

A partir dessa idéia de intercessores, pretendemos recuperar algumas das noções-chave utilizadas por Foucault para refletir acerca da relação entre visibilidades e enunciabilidades.

Encontramos nas reflexões do referido autor destaque para noções como as de discurso, prática discursiva, enunciado, formação discursiva, etc. Ressaltamos que, em sua maioria, essas noções se definem de modo distinto em relação ao uso que delas tem feito a AD, em especial uma abordagem enunciativa dos estudos do discurso¹⁷. Desse modo, destacamos que debater as contribuições de Foucault para uma abordagem enunciativa nos estudos da linguagem não se restringe a propor “aplicações” dos referidos conceitos, o que, a nosso ver, poderia redundar numa simplificação de suas formulações.

A riqueza dessas formulações reside nas polêmicas que elas instauram, nas tentativas de dar resposta a certas insuficiências às quais pretenderiam responder. É na potência de seu projeto de análise que nos inspiramos.

Nesse quadro, destaca-se a *Arqueologia do Saber*, livro em que Foucault responde aos críticos de suas obras anteriores, procurando acertar eventuais “problemas”. É nesse esforço, por exemplo, que se situa a substituição do conceito de *episteme* por práticas discursivas. Tal substituição parece ser evidência não só da tentativa de afastar-se de possíveis influências estruturalistas, mas também de uma busca por coerência em todo o projeto.

Não é só com seus críticos que Foucault dialoga nesse livro, é também com teóricos de outras disciplinas. O método arqueológico proposto oferece-se como resposta à insuficiência apontada na História das Idéias.

A respeito do termo “arqueologia”, Revel (2005) sublinha sua ocorrência em três obras de Foucault: *Nascimento da clínica: uma arqueologia do olhar médico*, de 1963; *As palavras e as coisas: uma*

¹⁷ A respeito de uma abordagem enunciativa da Análise do Discurso, remetemos o leitor a Maingueneau (2006; 2005; 2001; 1997), a Rocha (2006a; 2006b; 2006c) e também à coletânea organizada por Sant’Anna e Deusdará (2007).

arqueologia das ciências humanas, de 1966; *Arqueologia do Saber*, de 1969. Essa tripla ocorrência permitiria observar o percurso metodológico de Foucault até o final dos anos 70. Trata-se, assim, de constituir um conjunto de observações e problemas que viabilizem refletir sobre as possibilidades de emergências de certos objetos de saber, conceitos, etc. Com isso, Foucault pretendia ultrapassar uma descrição histórica muito à moda da história das idéias, que privilegiava a continuidade linear e a evolução do pensamento como modelos de história.

Revel delimita esse percurso que se estende até a década de 70 da seguinte maneira:

Ao invés de estudar a história das idéias em sua evolução, ele [Foucault] se concentra sobre recortes históricos precisos – em particular, a idade clássica e o início do século XIX –, a fim de descrever não somente a maneira pela qual os diferentes saberes locais se determinam a partir da constituição de novos objetos que emergiram num certo momento, mas como eles se relacionam entre si e desenham de maneira horizontal uma configuração epistêmica coerente. (Revel, 2005, p. 16).

Pautando-se no percurso acima descrito em que se insere a *Arqueologia do Saber*, tem-se a dimensão das questões a que Foucault pretende responder. De acordo com o próprio autor, a afirmação desse percurso passa por um trabalho inicial de cunho negativo, qual seja, o de determinar certas insuficiências teóricas presentes em conceitos como os de tradição, influência, desenvolvimento, evolução, espírito, mentalidade. Tais noções refletiriam uma concepção de história como continuidade, em cuja sucessão linear os acontecimentos se inseririam, por uma ordem causal. Assim, acontecimentos dispersos se arrumariam numa cadeia de movimento lento, que, pouco a pouco, vão constituindo uma linha de comunicação e transmissão entre eles. Desse modo se definiriam grandes recortes históricos, cada um desses períodos constituiria o espírito de uma época, uma mentalidade própria ao recorte histórico dado. As mudanças de um período a outro refletiriam não uma ruptura, mas um acúmulo de idéias e ações.

Esse trabalho inicial de cunho negativo descrito pelo autor a que nos referimos acima seria necessário na condução de um projeto que considere as práticas de linguagem pelo viés do “acontecimento”.

Devemos perguntar-nos para que, finalmente, pode servir essa atitude de manter em suspenso todas as unidades admitidas, se se trata, em

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

suma, de reencontrar as unidades que fingimos questionar no início. Na verdade, a suspensão sistemática das unidades inteiramente aceitas permite, inicialmente, restituir ao enunciado sua singularidade de acontecimento e mostrar que a descontinuidade não é somente um desses grandes acidentes que produzem uma falha na geologia da história, mas já no simples fato do enunciado; faz-se, assim, com que ele surja em sua irrupção histórica; o que se tenta observar é essa incisão que ele constitui, essa irreduzível – e muito frequentemente minúscula – emergência (Foucault, 2004, p. 31)

Caberia questionar de que modo tal projeto ofereceria contribuições à constituição de teorias enunciativas. Para responder a tal questionamento, é preciso perceber o que está em jogo no tal trabalho negativo que seria necessário, bem como observar o lugar atribuído a certos conceitos na proposta do método arqueológico.

Em um texto de 1968, intitulado *Sobre a Arqueologia das Ciências. Resposta ao Círculo de Epistemologia*¹⁸, Foucault sintetiza a relação entre o que deveria ser posto em suspenso e o lugar atribuído ao conceito de enunciado em seu método arqueológico:

De fato, o sistemático apagamento das unidades previamente dadas permite, de início, restituir ao enunciado sua singularidade de acontecimento: ele não é mais considerado simplesmente como a colocação em jogo de uma estrutura linguística, nem como a manifestação episódica de uma significação mais profunda do que ele; ele é tratado em sua irrupção histórica; o que se tenta observar é essa incisão que o constitui, essa irreduzível – e bem frequentemente minúscula – emergência. (Foucault, 2005, p. 93)

As unidades previamente dadas a que Foucault se refere são o livro e a obra. Seria preciso, segundo ele, desnaturalizar, pôr em suspenso tais unidades, na medida em que, entre outros aspectos, seria indesejável pensar no livro como um todo acabado, unidade delimitável por si mesma. É a autonomia que um livro manteria na relação com outros livros que Foucault pretende atacar. Com efeito, o que estaria em jogo nessa discussão é a ilusão de homogeneidade supostamente garantida por uma coerência interna do livro frente aos outros livros.

¹⁸ Originalmente publicado nos *Cahiers pour l'analyse*, nº 9: *Généalogie des sciences*, verão de 1968, encontra-se em Foucault, M. (2005). **Ditos e Escritos II**: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Trad. de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Em que se assentaria essa ilusão de homogeneidade interna do livro ou da obra senão na existência de um autor? Eis, portanto, outro aspecto do qual a arqueologia deveria afastar-se: a relação habitualmente proposta entre livro ou obra e autor. Do ponto de vista até então recorrente, o livro ou a obra figurariam como resultado de um projeto intencional de seu autor, isto é, os sentidos produzidos a partir de um livro ou uma obra seriam estabilizados por seu autor no momento mesmo de sua concepção.

Para manter-se distante de tais aspectos em sua definição de enunciado, Foucault o distingue da frase e da proposição. É a essa distinção que faz menção ao negar como característica do enunciado a estrutura linguística e a manifestação da significação profunda. O referido autor vinculará o enunciado ao contexto, tratando-o em termos de emergência histórica.

O enunciado não é, pois, uma estrutura (isto é, um conjunto de relações entre elementos variáveis, autorizando assim um número talvez infinito de modelos concretos); é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles ‘fazem sentido’ ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita) (Foucault, 2004b, p. 98)

No trecho acima aparecem duas outras idéias que estarão indissociavelmente vinculadas à definição de enunciado, a de função e a de regra. De acordo com a arqueologia, a estrutura definiria a frase como unidade de realização da língua, pertencente à ordem do repetível, das virtualidades. Já o enunciado é da ordem do irrepetível. Se a frase define-se em termos de realização de unidades virtuais da língua, o enunciado é marcado não por pré-condições estruturais, mas pela materialidade de certas condições históricas de emergência. Assim, ele não representa outra coisa, está em seu próprio lugar.

Esse valor [dos enunciados em relação à formação discursiva] não é definido por sua verdade, não é avaliado pela presença de um conteúdo secreto; mas caracteriza o lugar deles, sua capacidade de circulação e de troca, sua possibilidade de transformação, não apenas na economia dos discursos, mas na administração, em geral, dos recursos raros (Foucault, 2004b, p. 136)

Não serão, portanto, condições externas como verdades que ele se proporia a representar, ou mesmo significações profundas que

ele esconderia que definirão seu lugar. A função enunciativa delimita-se pela emergência de campos de possibilidades, de regularidades da circulação da troca de enunciados. O próprio sujeito configura-se em uma função enunciativa, conseqüentemente destrona-se o indivíduo como fonte produtora de enunciados. Evidentemente isso não significa ignorar a existência de uma realidade empírica de produção da linguagem. No entanto, o que se opera é a constituição de uma ordem própria dos discursos, que goza de certa autonomia frente ao empírico. Essa autonomia marca-se, ao menos, na tentativa de romper com certos modelos que vislumbram uma relação causal entre a ordem dos discursos e a empiria¹⁹. Essa parece constituir-se em uma das principais preocupações de Foucault na definição de seu método, ao longo de toda a Arqueologia.

(...) descrever um conjunto de enunciados, não em referência à interioridade de uma intenção, de um pensamento ou de um sujeito, mas segundo a dispersão de uma exterioridade; descrever um conjunto de enunciados para aí reencontrar não o momento ou a marca de origem, mas sim as formas específicas de um acúmulo, não é certamente revelar uma interpretação, descobrir um fundamento, liberar atos constituintes; não é, tampouco, decidir sobre uma racionalidade ou percorrer uma teleologia. (Foucault, 2004b, p. 141)

Certamente, nossa preocupação manifestada aqui não é a de perceber detalhamentos da proposta arqueológica. Como já anunciamos, nosso intuito é o de extrair dos contrapontos, das observações, das ressalvas elementos que forneçam as bases de uma teoria enunciativa. Com isso, estamos querendo definir a abordagem enunciativa de que pretendemos lançar mão não como resultado de um acúmulo de saberes a respeito da enunciação elaborados em seqüência linear. Sabemos que a configuração de um quadro teórico da AD de base enunciativa pauta-se não em um percurso, mas em múltiplas iniciativas, em certos gestos de ruptura com modelos de análise e interpretação dominantes. Entre esses gestos de ruptura, encontra-se o método arqueológico de Foucault.

É possível compreender nos trechos acima transcritos não apenas uma preocupação metodológica, mas, sobretudo a insatisfa-

¹⁹ Empíria é o conjunto de dados ou acontecimentos conhecidos através da experiência, por intermédio das faculdades sensitivas, e não por meio de qualquer necessidade lógica ou racional. (Nota do editor)

ção com certas concepções de linguagem. Com efeito, é essa insatisfação que nos interessa, uma vez que é ela que fundamenta certos modelos de teorias enunciativas que não se restringem ao estudo de fenômenos de enunciação, mantendo a linguagem, em grande medida, vinculada a um domínio de virtualidades. A partir da definição de campos de regularidade de emergência histórica dos enunciados, Foucault organiza um espaço de análise em que o lingüístico e o histórico são indissociáveis.

É outra concepção de linguagem e do trabalho com ela que está em jogo, que se distancia das análises formais, por não considerar o enunciado como proposição, nem como unidade gramatical. O enunciado, portanto, não se define como totalidade fechada em si mesma, mas como uma figura lacunar e retalhada. A raridade é sua condição. Não possui identidade própria que o defina em termos de estruturas, mas proximidades, positivities que se marcam na relação com outros enunciados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se buscamos, com a leitura que fazemos dos textos de Foucault a respeito de concepções que tangenciam o trabalho do lingüista, não conceitos prontos a serem aplicados, mas um campo retalhado, segmentado, que se propõem a pôr em suspenso unidades que até então mostram-se tão evidentes, é porque, parece-nos, a potência de seu pensamento reside exatamente numa operação de descontinuidades.

Ao suspender as unidades mais evidentes como o livro ou obra, Foucault vai compondo um território intensivo de questionamentos que vão desferir golpes contra um conjunto de outras noções. Através das dúvidas que vai compartilhando com seu leitor, o autor acaba por conduzir ao descentramento do sujeito, atualmente quase um lugar comum. Trata-se de um estilhaçamento que se propõe de tal forma que não permite sua recomposição através de seus fragmentos. O próprio sujeito é, ele também, uma função enunciativa. Desse modo, considera-se que o sujeito não poderia preexistir aos usos da linguagem, seja como origem da intencionalidade que dirigiria as manobras sobre o auditório, seja como indivíduo dotado de uma capacidade para o uso. O sujeito é, em Foucault, compreendido

como correlato das práticas.

Diríamos ainda, por fim, que a concepção de linguagem que subjaz ao método arqueológico compreende o enunciado como estando em seu próprio lugar, materialidade que irrompe historicamente. O enunciado não está no lugar de outro, nem é mesmo a superfície que encobre uma significação profunda. O lugar do enunciado não é o de outra coisa que ele viria calar, mas o de campos de emergência, de dispersão.

Fiquemos provisoriamente com uma das definições propostas pela *Arqueologia*:

...ele [o enunciado] não é em si mesmo uma unidade, mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço (Foucault, 2004b, p. 98)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHARAUDEAU, Patrick & MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. Rio de Janeiro: Contexto, 2004.

DELEUZE, Gilles. *Conversações: 1972-1990*. Trad. de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2006.

———. *Foucault*. Trad. de Claudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 2005.

FOUCAULT, Michel. *O poder psiquiátrico: curso dado no Collège de France*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

———. *A verdade e as formas jurídicas*. Trad. de Roberto Machado e Eduardo Morais. Rio de Janeiro: Nau, 2005a.

———. *Ditos e escritos II: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Trad. de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005b.

———. *A arqueologia do saber*. Trad. de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

———. *Em defesa da sociedade*. Trad. de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

———. *Microfísica do poder*. Trad. e org. de Roberto Machado. Rio

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

de Janeiro: Edições Graal, 1998.

GREGOLIN, Maria do Rosário. *Pêcheux e Foucault na análise do discurso: diálogos & duelos*. São Carlos: Claraluz, 2004.

MAINGUENEAU, Dominique. *Cenas da enunciação*. Curitiba: Criar Edições, 2006.

———. *Gênese dos discursos*. Trad. de Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições, 2005.

———. *Análise de textos de comunicação*. Trad. de Cecília p. de Souza-e-Silva, Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2001.

———. *Novas tendências em análise do discurso*. Trad. de Freda Indursky. Campinas: Pontes, Unicamp, 1997.

POSSENTI, Sírio. Teoria do Discurso: um caso de múltiplas rupturas. **In:** MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Anna Christina (orgs.). *Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos*. Vol. 3. São Paulo: Cortez, 2004.

REVEL, Judith. *Foucault: conceitos essenciais*. Trad. de Carlos Piovezani Filho e Nilton Milanez. São Carlos: Claraluz, 2005.

ROCHA, Décio. Representação e intervenção: produção de subjetividade na linguagem. **In:** *Gragoatá (UFF)*, 2006a, v. 21, p. 355-372.

———. O que queremos dizer quando sustentamos a circulação dos sentidos? **In:** *Cadernos de Estudos Lingüísticos (UNICAMP)*, 2006b, v. 48-2, p. 195-210.

———; DEUSDARÁ, Bruno. Análise de conteúdo e Análise do discurso: o lingüístico e seu entorno. **In:** *DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*. São Paulo, 2006c, v. 22, n. 1, p. 29-52.

SANT'ANNA, Vera; DEUSDARÁ, Bruno (orgs.). *Trajétoias em enunciação e discurso: conceitos e práticas*. São Carlos: Claraluz, 2007.

GREGÓRIO DE MATOS

Emmanuel Pereira Filho

RESUMO

Este artigo foi extraído dos *Estudos de Crítica Textual* de Emmanuel Pereira Filho, publicados em 1972, da página 272 à 294. O presente trabalho corresponde à conferência proferida por ele no Pen Clube do Brasil, em 9-10-1967, com as adaptações necessárias à linguagem escrita e com algumas ampliações que tentassem suprir aqui a impossibilidade dos debates e interferências, que eram regularmente facultados ao público.

Trata das questões filológicas de uma necessária edição crítica da obra de Gregório de Matos, que só agora começa a se configurar concretamente, a partir do trabalho de Francisco Topa.

Palavras-chave: Filologia, Crítica Textual, Ecdótica, Gregório de Matos²⁰

O nome de Gregório de Matos traz hoje consigo a lembrança daquele que foi o maior de seus críticos: Araripe Júnior. Não poderíamos esquecer, portanto, a promessa que este último fez, e que a morte, por certo, o impediu de cumprir:

Não é aqui lugar próprio para tratar desse assunto (a língua de Gregório de Matos), que será objeto de uma monografia especial tendo por limites o século XVII e a influência exercida pelo poeta baiano nas modificações do português do Brasil. (Araripe Jr. [s/d.], p. 201)

Não teremos, porém, a veleidade de suprir a lacuna que ficou por preencher. Em primeiro lugar, porque isto não caberia jamais nos limites restritos de uma simples palestra. Mas, sobretudo porque há toda uma série de graves problemas, que a nosso ver o impediriam, e que por essa mesma razão têm tanto, que nos vamos ater, sem mais pretensões, na certeza de que os pressupostos da Crítica a ela pertencem e não podem nem devem ser contornados.

O fundamento necessário para um estudo de eventuais contribuições de Gregório de Matos à Língua Portuguesa seria um prévio conhecimento, profundo e minucioso, de sua língua e estilo – e que não existe, nem pode ainda ser empreendido; porque esse estudo, por

²⁰ Resumo e notas preparados pelo editor, visto que se trata de uma edição póstuma.

sua vez, só poderia ser realizado a partir de textos que, impressos ou não, oferecessem ao estudioso um mínimo de segurança quanto à sua autenticidade. É isso, porém, o que mais nos falta; e disso advém toda uma complexa problemática, cujo deslinde terá de ser perseguido em dois planos distintos.²¹

O primeiro é necessariamente o da autoria, horrivelmente confundida pelos documentos do poeta, todos eles inçados de erros e dúvidas. O mais grave, no entanto, é que, além dos já estudados, há códices ainda total, ou quase totalmente inexplorados, sobre os quais não se pode formar nem mesmo um juízo seguro; e outros haverá talvez, irrelatados até hoje. Desconhecemos, portanto, qualquer documento idôneo para balizar por si só uma pesquisa de autoria. E a despeito das muitas interrogações, que impedem uma segura tomada de posição, tudo parece indicar que teremos de cair fatalmente naquela que é a única solução possível, quando a documentação remanescente é toda duvidosa: abandonar qualquer pretensão a um plano totalizador, e programar o trabalho em fases diferenciadas, para uma aproximação progressiva.

Não é de hoje, aliás, que as advertências incidem sobre este ponto, clamando por um estudo metódico, que traga luz ao problema. Em trabalho sobre o poeta, Segismundo Spina assinala:

Uma edição crítica é tarefa imperiosa para estabelecer-se o que é, realmente, de sua autoria. Assinalou Eugênio Gomes (in *Correio da Manhã*, 17-12-1955), na obra publicada de G. M., três sonetos de autoria conhecida, da Fênix Renascida, o que evidencia a responsabilidade dos copistas, contemporâneos ou não, que incluíam nos códices, por inescrupulo, inadvertência ou zelo mal dirigido, muita poesia de procedência diversa que circulava oralmente entre o povo. (Spina, 1956-1959, p. 367).

Só nos resta, pois, um caminho a seguir. Começar por uma pesquisa prévia que leve à *examinatio*, de toda a documentação conservada; e se o resultado for o que previmos, tentar então, como fase inicial para o estudo progressivo, o estabelecimento de um acervo básico irreduzível, ou seja, aquele conjunto mínimo de obras, sobre cuja autoria posamos ter um máximo de segurança.

²¹ Indispensável, para o caso, a importante comunicação de Antônio Houaiss "A Tradição de Gregório de Matos".

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Quando esta, ou outra qualquer solução que as pesquisas indiquem (seja ela definitiva ou provisória) proporcionar-nos um núcleo de textos de autoria segura, teremos então de passar a um segundo nível de problemas, não menos graves nem menos prementes que o já apontado. É o da boa lição dos textos, que terão de ser fixados criticamente, segundo as técnicas mais atualizadas. E aqui cumpre fazer uma observação.

A despeito de ser o Brasil um país que se pode orgulhar de ter um Curso Superior Livre de Crítica Textual e Ecdótica, infelizmente ainda é bastante divulgada entre nós a falsa idéia de que o zelo com a boa lição dos textos seja mero bizantinismo de erudição ociosa: mania de catadores de mel de pau, pedantes e embotados, que desprezam as legítimas belezas de um poema para perder tempo em questões de nonada, preocupando-se com um simples artigo ou uma reles preposição.

Será bom lembrar então que os problemas de texto nem sempre se reduzem ao “simples artigo”, ou à “reles preposição”. Para constatá-lo em espécie, bastará ir aos textos de Gregório contidos na *Antologia* S. B. de Holanda e A. B. de Holanda Ferreira (Holanda & Ferreira, 1953, vol. I, p. 64-122), para ver nas notas de rodapé a quantidade e amplitude das variantes que separam a fonte ali tomada por base²², da que foi utilizada pela edição da Academia Brasileira de Letras (Peixoto, 1923-1933)²³. É simplesmente de estarrecer. Para dar uma pálida noção do que ali se encontra e das “questiúnculas de nonada” com que topamos a cada instante na obra do poeta, vejamos o que se passa em dois pequenos trechos (2ª quadra e 1º terceto) do soneto “Discreta e formosíssima Maria”:

1) no manuscrito da A.B.L. [da Biblioteca Nacional?]:

Emquanto com gentil descortezia,
O ar, que fresco Adonis te *namora*,
Te espalha a rica trança *brilhadora*,

²² Códice da Biblioteca do Itamaraty, do Ministério das Relações Exteriores (Cf. Holanda e Ferreira, 1953, vol. I, p. 325).

²³ Foram usados códices da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e do Ministério das Relações Exteriores (Cf. Peixoto, 1923-1933, p. 7 e Spina, 1956-1959, p. 366). Para um rol dos manuscritos do poeta, veja Peixoto, *op. cit.*, p. 9-21.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Quando vem passear-te pela fria:

Goza, goza da flor da mocidade,
Que o tempo trata a toda a ligeireza,
E imprime em toda a flor sua pisada. (Peixoto, 1923-1933, II, p. 31)

1) no manuscrito da M.R. E. [da Biblioteca do Itamaraty]

Emquanto, com gentil descortesia,
o Ar, que fresco Adônis te *enamora*,
te espalha a rica trança *voadora*
da madeixa que mais primor te envia

Goza, gozada flor da mocidade,
que o tempo troca, e a toda a ligeireza
e imprime a *cada flor uma pisada*.

(Holanda & Ferreira, 1953, vol. I, p. 104).

O exemplo fala por si mesmo e dispensa comentários, a não ser o de que os casos semelhantes se multiplicam às centenas e que o seu número certamente aumentará muito, quando forem arroladas todas as lições de todos os códices ainda inexplorados. A tarefa a enfrentar é verdadeiramente gigantesca, porque é preciso ter presente que mesmo as minúcias importam, e muito. Um artigo não é coisa simples, como talvez pareça aos retrógrados, nem a preposição pode ser taxada de insignificante. A importância estilística dos morfemas, tanto no plano da *langue*, como no da *parole*, hoje é assunto ao alcance de qualquer principiante em Letras e desconhecê-lo significa apenas não estar a par do que a atualidade tem por fundamental.

Só a partir desses trabalhos prévios é que se poderá, então, pensar num estudo sério de língua e estilo de Gregório de Matos, através do qual se abram as portas para futuras pesquisas e conclusões acerca de sua eventual contribuição para a língua portuguesa.

Poderíamos, portanto, parar por aqui, com a consciência tranqüila do dever cumprido, pelas advertências feitas acerca de um problema, que urge encarar de frente, para eliminar de uma vez por todas os vícios que vêm entravando o progresso, tanto no conhecimento como na valorização da obra daquele que foi o primeiro grande poeta brasileiro. Mas já que estas nossas considerações, não podendo enveredar pela análise, tiveram de se ater a uma perspectiva programática, há que levá-las corajosamente até o fim.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Em tese, o problema da língua deverá suceder ao dos textos. Na prática, porém, são tantas as implicações recíprocas, que uma delimitação rigorosa não pode ser estabelecida. De início, há sempre uma fase em que é forçoso proceder por avanços e recuos, antecipando certas conclusões no plano da língua, que o estudo de conjunto só poderá sancionar *a posteriori*. No trecho que transcrevemos aparece um caso bastante ilustrativo, naquela divergência quase imperceptível:

A.B.L. te *namora*

M.R.E. te *enamora*

Talvez o conhecimento das fontes inexploradas possa dar-nos uma solução puramente documental e satisfatória do problema. Mas se tal não ocorrer e ficarmos diante de uma ramificação binária, não será lícito rejeitar *a priori* a lição *enamorar*, posto que em tudo e por tudo ela se configure como a menos autêntica. Em primeiro lugar, porque a lição *namora*, no passo aludido, não exclui categoricamente a outra variante; a grafia *te namora* pode estar mascarando uma outra realidade, qual seja *t'enamora*. Além disso, não nos devemos deixar arrastar desde logo pela indiscutível aparência de superioridade inerente à primeira hipótese; essa mesma aparência deve alertar-nos para o seu caráter de *lectio facillior*, o que estabelece, no plano metodológico, um pressuposto de dúvida que não pode ser contornado. Que teria querido dizer o poeta? Que Adônis (o Ar), fascinado pela “discreta e formosíssima Maria”, requestava-a como namorado (hipótese aparentemente preferível), ou que o Ar, fascinante como um Adônis, seduzia-a, tanto, que se podia permitir até a “descortesia gentil” e burlona de desmanchar-lhe o penteado? E mais: para as acepções de “cobiçar, requestar ou flertar”, parece que a tradição da língua exclui sistematicamente a forma plena *enamorar* (é isso, pelo menos, o que nos sugere, ainda que sem maiores pesquisas, o desconhecimento de qualquer abonação, sempre confirmado pelo silêncio dos dicionários, que não devem ser desprezados)²⁴. Mas para traduzir o sentido de “atrair, fascinar, seduzir, apaixonar”, tanto se usa *namorar*, como

²⁴ “... on y dispose (en lexicologie) des résultats acquis par les dictionnaires unilingues et par les dictionnaires de synonymes et d'antonymes, résultats que ne sont nullement à dédaigner.” (Coseriu, 1967, p. 12)

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

enamorar (embora esta última venha tendendo a prevalecer); é o que vemos, por exemplo, em Castilho:

Um tomara-se já no fim da peça,
para se ir ao baralho que o *namora*...

ao lado de

São de ruim contento os Padres Mestres,
Noviços, qualquer coisa os *enamora*. (Castilho, [s.d.], p. 23 e 26).

Tão fermosa no gesto se mostrava,
Que as Estrellas, & o Ceo, & o Ar vizinho,
E tudo quanto a via *namorava*.

E por mais *namorar* o soberano
Padre, de quem foy sempre amada, & cara
Se lhapresenta assi como ao Troyano,
Na selua Idea já se apresentàra: (Camões, 1572, II, p. 34 e 35).

Se tanto vossa vista mais *namora*,
Quanto eu sou menos para mereceruos,
Que quero eu mais, que teruos por senhora? (Camões, 1595, fl. 60)

Como se vê, se para a compreensão crítica do poema a solução do impasse já é de tanta importância, muito mais o será ainda se focalizar do pelo ângulo filológico²⁵.

É o que poderemos sentir com muito maior nitidez se atentarmos para a variante seguinte, bem mais complexa e importante que a anterior, pelo fato de consistir em duas “lições” perfeitamente aceitáveis sob todos os aspectos, mas inequivocamente divergentes e irreconciliáveis, portanto, com as hipóteses de *lapsus calami*, má leitura do arquétipo, etc.:

²⁵ Cabe lembrar aqui as palavras de Fredson Bowers, a propósito de um crítico que tentara ridicularizar preocupação semelhante, sustentando a importância exclusiva dos “valores globais”: “How many conventional readings in the text of *Hamlet* – one, two, five, ten, twenty, fifty, a hundred, two hundred? – must be proved unsound before, the ‘total values’ of the play are affected and the literary critic should begin to grow uneasy about evidence on which he is formulating his hypothesis for the whole? Because the traditional Old Cambridge text of Shakespeare’s *Richard III* was based on the bad first quarto instead of the revised good Folio print, current editions can advertise that they contain more than a thousand variants from the conventional text. How many values are affected here? (Bowers, 1959, p. 2-3). Fundamental, para o problema, todo o capítulo 1º deste livro.

A.B.L. trança trabalhadora
M.R.E. trança voadora

Não há dúvida de que uma delas corresponde a uma alteração consciente. Mas aqui surge um grave problema. Se a alteração foi de alguém, que não o autor, uma das lições será espúria e há que estabelecer *criticamente* (e só criticamente) qual das duas o seja (e isso sem cogitar de uma outra hipótese: as duas serem inautênticas e válida apenas uma terceira lição, eventualmente conservada numa das fontes ainda inexploradas. Mas pode ocorrer que ambas as lições sejam legítimas e correspondam apenas a dois estágios diversos de criações. Nessa hipótese, teremos de identificar qual delas o autor considerou como definitiva e passar a encará-las sob dois critérios: literariamente, deverá prevalecer a “definitiva” (ainda que tal critério seja discutível); filologicamente, ambas terão de ser consideradas sempre, como manifestações válidas da língua do autor e do período linguístico em que ele seja inserido.

Será inútil prolongarmo-nos mais nessas considerações. Para os limites de uma simples palestra parece suficiente o que já dissemos para demonstrar a absoluta interdependência entre os problemas de autenticidade textual e os que dizem respeito à língua do autor desses textos. Na verdade, a língua de um autor qualquer é unicamente aquela que se pode depreender dos seus textos; sob uma condição, porém: a de representarem um retrato fiel daquilo que ele de fato compôs. A posição do estudioso terá de ser aqui exatamente

*... nous devons nécessairement, pour déterminer la structure d'un état déterminé de la langue, prendre pour point de à l'observation; c'est l'analyse de la chaîne que révèle les catégories. Nous appelons texte la totalité d'une chaîne linguistique soumise ainsi à l'analyse.*²⁶

Pouco importa que a língua literária – que é o nosso objeto – corresponda sempre a um emprego artificial da *langue*. O resultado prático, no caso, é sempre o mesmo: o “texto” coincidirá ao fim com a “totalização da cadeia linguística”, tanto no plano comum, como no da arte. E assim, tanto no plano da arte, como no da língua, o texto é sempre, e necessariamente, o ponto de partida para o qual o pesqui-

²⁶ Hjelmslev, 1966, p. 131. Para a indispensável conceituação de *chaîne*, segundo o autor, veja as páginas 55-56.

sador tem de convergir as suas atenções.

É aqui, justamente, que se entrosa o problema da *contribuição*, a que se antepõe todavia, como pressuposto fundamental, o de sua conceituação, que a nosso ver precisa ser reformulado. A ocasião, aliás, não poderia ser mais adequada. Impossibilitados de analisar diretamente a obra de G.de Matos, pela já demonstrada precariedade de seus textos, seria ociosa, senão mesmo falsa, qualquer tentativa de fugir ao teórico para uma objetividade ainda inapreensível e que por isso mesmo redundaria fatalmente num puro artifício de prestidigitação. Melhor será, portanto, que ao invés de tentarmos expor qual a contribuição do poeta para a nossa língua, procuremos focalizar apenas qual seja a nosso ver o conceito de contribuição e quais os caminhos por onde ela deva ser procurada.

Começemos, então, por relembrar as palavras de Araripe Jr. citadas logo no início, quando prometia para outra oportunidade aquele *estudo especial*, cujos limites seriam “o século XVII e a influência exercida pelo poeta baiano nas modificações do português no Brasil”. E acrescentemos a este um outro passo, em que se pode entrever quais seriam aproximadamente essas *influências*, a que alude o celebrado crítico.

Gregório de Matos usou também de uma língua sua. As liberdades lexicológicas e sintáticas que vão hoje penetrando no idioma português, em ameaça flagrante de transformá-lo em língua brasileira, encontram-se quase todas nos versos nacionais do autor do *Marinícolas*. O seu vocabulário rico, variado, cheio de termos tropicais, contém dois terços, pelo menos, dos vocábulos de origem africana e tupi, que foram coligidos no dicionário de Moraes.

Barbarismos e solecismos foram por ele introduzidos com uma graça nativa só comparável ao encanto dos escritores da chamada decadência romana, com Petrónio e Apuleu. O fulgor, o esquisito e o capitoso das descrições de Gregório de Matos nasceram precisamente da adaptação desse exotismo na língua materna, censurável em outros, mas, admirável no poeta, pelo modo e talento como o fez.

A sintaxe nos versos de Gregório de Matos, da última fase, nada tem de comum com a de que usavam os poetas do tempo; a regência é direta; o hipérbaton pouco empregado; e as idéias têm uma clareza que não se acha nos cultistas do seu tempo. Rara é a idiosincrasia citada pelos dialectistas da atualidade que não tivesse sido registrada na língua do poeta baiano. (*op. cit.*, p. 172-173)

A longa transcrição vem a propósito de uma duplicidade de

posições, simultâneas e até certo ponto contraditórias, em que se coloca Araripe, aí deixando entrever, por entre as frestas de um erro consagrado, os lampejos de uma feliz intuição crítica.

Logo de início fala-nos ele na “influência exercida pelo poeta baiano no português do Brasil”. Eis aí uma perspectiva típica de seu tempo e que infelizmente ainda se perpetua, por vezes, gerando deploráveis equívocos na compreensão de certos problemas. Um poeta, mesmo dos melhores, em princípio não é mais que um usuário da língua, como todo sujeito falante. Superiormente dotado e sensível às suas virtualidades expressivas, é muito certo; mas nem por isso capaz de influir de maneira sensível sobre a língua, que escapa sempre ao alcance puramente individual: “*Elle (la langue) est la partie sociale du langage, extérieure à l’individu, que à lui seul ne peut ni la créer ni la modifier*”. (Saussure, 1955, p. 31)

A ação do poeta, portanto, não passará de muito aquilo em que necessariamente importa a interação entre o indivíduo e o seu meio social. No máximo, poderemos admitir que em certas circunstâncias, ele tenha uma possibilidade de alcance um pouco mais ampla que a dos demais membros da comunidade, em virtude de sua maior capacidade de divulgação; o que é sempre precário e praticamente inapreciável. Porque para nós, com os parcos recursos de que dispomos até o presente, a verdade integral dessa influência possível escapa-nos por completo. É sabido, por exemplo, que foi André de Resende²⁷, e não Camões, o introdutor do neologismo latino *Lusíadas*: “*A luso, unde Lusitania dicta est, Lusíadas adpellidavimus Lusitanos..., sicut ab Aenea Aeneadas dixit Virgilius*” (Dias, 1916-1918, vol. I, p. XL). A divulgação da palavra, no entanto, ninguém hesitaria em atribuí-la ao grande épico e seu famosíssimo poema, o que ainda assim, acrescentemos nós, é bem relativo. A verdade é que a área de circulação do vocábulo, com bibliônimo, é que é muito vasta, alcançando inúmeros usuários que o repetem por mero automatismo,

²⁷ Segundo J. p. Tavares, “...primeiramente no *Erasmi Encomium (1531)* e depois no poema *Vicentius Levita et Martyr (1545)*” (“*Traços Biográficos de A. de R.*”, em A. de Resende, *Obras Portuguesas*. Lisboa, Sá da Costa, 1963, p. XV). Veja a excelente e indispensável nótula de Serafim da Silva Neto, “*André de Resende e a palavra Lusíadas*” (em A. de Resende, *A Santa Vida e Religiosa Conversação de Frei Pedro*. Transcrição, introdução e notas de S.S.N. Rio de Janeiro. Ed. Dois Mundos, s.d., p. 208).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

sem mais informação alguma além da de tratar-se do título de “um livro de um poeta português muito antigo e cego de um olho”; como patronímico, o seu alcance é estritamente erudito e, segundo J. p. Machado, de uso que “parece ser bastante moderno” (Machado, 1952-1956, s. v. *luso*). O que significa que o seu imortal divulgador, embora ostentando o vocábulo na portada do mais célebre livro da língua, não conseguiu mais do que aquilo que lhe era dado conseguir (e isso mesmo pela força de seu gênio): celebrar um nome próprio, como *Napoleão* ou *China*, *Tarzam* ou *Mona Lisa*, o que se deve à celebridade da coisa designada e nem pode ser considerado, a justo título, como fenômeno linguístico. Quanto ao adjetivo *lusíada*, vê-se bem que não representa uma influência direta, nem de Camões, nem de seu poema, não passando de um cultismo tardio, de âmbito livresco e nítido influxo literário, como podemos sentir plenamente na intencionalidade irônica com que Antônio Nobre explora o seu valor conotativo:

Ai do Luzíada, coitado,
Que vem de tão longe, coberto de pó,
Que não ama, nem é amado,
Lugubre Outomno, no mez d' Abril!
Que triste foi o seu fado!
Antes fosse p'ra soldado,
Antes fosse p'r'o Brazil... (Nobre, 1898, p. 25)²⁸

Fato paralelo vem ocorrendo modernamente no português do Brasil, com a ressurreição do arcaísmo *estória*²⁹, gostosamente acolhido nas áreas cultas, sobretudo pelo afã de univocidade terminológica da Teoria da Literatura, e celeremente difundido pela imprensa, que o vai popularizando numa consagração que parece definitiva³⁰.

A verdade é que o autor sozinho quase nada pode. Sua influência, se é que ela existe, ocorre sempre por via indireta, passando primeiro pelo cadinho da língua culta – cuja sanção é um pressuposto necessário e fatal – para só então, e numa terceira fase desse pro-

²⁸ As 22 abonações recolhidas por Xavier Fernandes, diz J. p. Machado (*loc. cit.*) serem do século atual.

²⁹ A sugestão partiria de uma crítica de João Ribeiro (1910, p. 105).

³⁰ Já consagrada em títulos, como em J. Guimarães Rosa, *Primeiras Estórias* (Rio. José Olímpio, 1962), e recentemente dicionarizada pelo nosso ilustre A. Nascentes (1961-1967, s.v.)

cesso, ser incorporada à língua comum, dado o inequívoco prestígio da sua “modelaridade”; mas aí também pressupondo sempre uma sanção prévia, que é como a anterior imprevisível e indeterminável, por força das imponderáveis circunstâncias que a regulam. Sob esse aspecto, portanto, é sempre difusa e enganadora demais para que possa ser considerada como objeto definido de um estudo que se pretenda válido.

Há um ângulo, porém, desde o qual seria lícito falar-se de uma contribuição inequívoca. É o da língua literária, durante muito tempo posta à margem por certas alas da Linguística, mas hoje, mais do que nunca, decididamente reivindicada para o seu âmbito de interesses por vários estudiosos, entre os quais deve ser destacada a figura exponencial de Jakobson³¹. É aí justamente que, apesar das dificuldades, poderemos encontrar uma importante contribuição de Gregório de Matos.

Em primeiro lugar, pela sua própria condição de poeta, bom poeta, na verdade a primeira grande figura da nossa poesia, o que por si só já é um fator decisivo.

É preciso compreender com justeza e nos termos devidos o que é língua literária. Ninguém negará que ela seja o produto de uma elaboração artificial, que escapa sob muitos aspectos ao sentido comum que se empresta ao uso espontâneo da língua falada, e até mesmo escrita, estereotipado no conceito saussureano da *parole*. Mas isto não quer dizer que ela escape à língua; a elaboração, o uso da língua é que é artificial, não a língua, que é como “uma túnica invisível que veste o nosso espírito e da forma predeterminada a toda a sua expressão simbólica” (Sapir, 1954, p. 217), ou que – posta de parte a “forma”, de Sapir, que poderia ensejar equívocos – será pelo menos aquele “horizonte” de que fala Barthes, “c’est-à-dire à la fois une limite et une station, en un mot l’étendue rassurante d’une économie” (Barthes, 1965, p. 13). A conclusão, portanto, é de que a *langue*, em sentido lato, engloba em seu corpo a língua literária, que, tal como quer Fónagy (1966, p. 113) para a língua da poesia, é afinal

³¹ “Le sujet propre des recherches sur la poésie n’est rien d’autre que le langage, considéré du point de vue d’une fonction prédominante, en l’occurrence la mise en relief du message comme tel” (Jakobson, 1963, p. 30-31 e 209 e seguintes).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

“uma forma particular da comunicação (lingüística, acrescentemos), a única adequada à expressão do pensamento poético”.

A língua literária é, portanto, um aspecto ou uma seção da língua em geral, de cujas contingências necessariamente, participa, inclusive da história. Ela também tem a sua *diacronia* e, por conseguinte, a sua *deriva*. Assim, pois, na medida exata em que há uma Literatura Brasileira, há também uma Língua Literária Brasileira (que obviamente nada tem a ver com as fantasias de “língua brasileira”, e deve ser compreendida como *Português Literário do Brasil*). E essa língua, expressão viva de uma literatura que se busca a si mesma, é desde o primeiro instante o retrato de uma luta ingente para uma síntese conciliadora de fatores heterogêneos, que é também a nossa história e o sentido do nosso vir-a-ser. Não é por acaso que a agudeza crítica de um Afrânio Coutinho vem insistindo em que a nossa literatura é a expressão dessa luta, que eclode desde o primeiro século da colonização; e que, portanto, é nessa mesma fase da História que tem de ser situada a sua origem, porque é aí que se encontra a primeira manifestação nativista, na devoção dos juízes (notadamente Anchieta) a uma problemática que já era nossa (Coutinho, 1964, p. 35)³². E a língua literária é o ponteiro sensível que vai registrando todas essas vibrações, numa linha anfratuosa [curva], mas sempre ascendente, que é um diagrama perfeito da nossa realidade.

Pois bem, Gregório de Matos representa um dos momentos mais decisivos desse processo, porque, como acentua Antônio Cândido, ele, Vieira e Rocha Pita “encarnam as vias mestras do ajustamento do verbo ocidental à paisagem moral e natural do Brasil” (Cândido, 1965, p. 113). Mais: ele é o único talvez em que já se delinham com plena nitidez os traços principais que viriam a definir na atualidade a nossa fisionomia literária: religiosidade um tanto superficial, mas exaltada:

Meu Deus que estais pendente em um madeiro,
em cuja Fé protesto de viver,
em cuja Santa Lei hei de morrer,

³² Só nos afastamos do Mestre por um radicalismo mais fundo. O primeiro germe de nativismo é o deslumbramento português ante a novidade brasileira; e a primeira nota temática de contrastes é o panegírico do Brasil numa carta ao rei de Portugal, num documento português que é o primeiro de nossa História de país independente: é Caminha e a sua célebre carta.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

amoroso, constante, firme e inteiro

Neste transe, por ser o derradeiro,
pois vejo a minha vida anoitecer,
é, meu Jesus, a hora de se ver
a brandura de um Pai, manso Cordeiro

(Holanda & Ferreira, 1953, I, p. 66)

lado a lado com uma inesgotável gula de vida:

Goza,gozada flor da mocidade,
que o tempo troca, e a toda a ligeireza,
e imprime a cada flor uma pisada.

Oh não guardes que a madura idade
te converta essa flor, essa beleza,
em terra, em cinza, em pó, em sombra, em nada

(Holanda & Ferreira, 1953, I, p. 104)

a irreverência chocarreira e anticonvencional:

A cada canto um grande Conselheiro,
que nos quer governar cabana e vinha:
Não sabem governar sua cozinha
e querem governar o Mundo inteiro!

(Holanda & Ferreira, 1953, I, p. 80)

Não sei como acabou, nem em que guerra:
Só sei que deste Adão de Massapé,
Os Fidalgos procedem desta Terra.

(Holanda & Ferreira, 1953, I, p. 73)

mas sempre o sentimentalismo à flor da pele:

Não choro amigo a tua avara sorte,
Choro a minha desgraça desmedida.
Que em privar-me de ver-te, foi mais forte.

Tu, com tanta memória repetida,
Acharás nova vida, em mãos da morte,
E eu, triste, nova morte, em mãos da vida.

(Peixoto, 1923-1933, II, p. 162)

Esse espírito de contraste é bem o reflexo da época barroca, que é a de Gregório, cuja fisionomia, como assinala Afrânio Coutinho, “não pode oferecer um aspecto uniforme e plácido, dado que é cortada por forças as mais antagônicas e contrastantes” (Coutinho,

1950, p. 56). Ora, essas forças a nosso ver não estão apenas no espírito da Contra-Reforma, isto é, no conflito entre o misticismo neo-medievalizante e o empirismo racionalista do Renascimento, entre uma tradição Escolástica e revisionismo humanista, de tão marcadas implicações erasmistas. Há que considerar também, e talvez principalmente, a conjuntura histórica tipicamente agônica e contraditória pelo nivelamento exasperante de um Feudalismo em ruínas com uma Burguesia ascendente, que se estereotipa em rancores e risos com um *Fidalgo Aprendiz* (D. Francisco M. de Melo, 1608-1666) ou mu *Bourgeois Gentilhomme* (Molière, 1922-1673). É todo um clima, pois, de conciliação de antagonismos, que é o próprio espírito da época, fatal e incontornável; e esse espírito de época vai encontrar aqui, no meio brasileiro, como na América Latina em geral, toda uma série de circunstâncias tão acolhedoramente propícias para a sua aclimação, que ele deita raízes fundas, marcando a fisionomia das nossas letras (e obviamente da língua em que elas se expressam) com um traço de barroquismo que ficaria característico.

Assim, pois, sede 1922 para cá principalmente a nossa Literatura encontra uma forma de expressão própria, que é muito nossa, isso não é decorrência de um simples acaso. Há uma história que o justifica. E Gregório de Matos representa um capítulo fundamental dessa história, entre outras coisas como raiz barroca do nosso barroquismo imanente.

Em princípio, o seu esforço é o de todos do seu tempo, na busca de um instrumento lingüístico que traduz uma visão do mundo feita de antagonismos e da necessidade imperiosa de conciliá-los:

Em todo o Sacramento está Deus todo,
E todo assiste inteiro em qualquer parte,
E feito em partes todo em toda a parte,
Em qualquer parte sempre fica todo.

(Peixoto, 1923-1933, I, p. 109)

E isso pode servir inclusive para traduzir com muita felicidade de o concepcionismo refinado de um sofisma casuístico:

Pequei, Senhor:mas não porque hei pecado,
Da vossa Alta Piedade me despido:
Antes, quanto mais tenho delinqüido,
vos tenho a perdoar mais empenhado.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Se basta a vos irar tanto pecado,
a abrandar-vos sobeja um só gemido:
que a mesma culpa, que vos há ofendido,
vos tem para o perdão lisonjeado.

Se ùa Ovelha perdida, já cobrada,
glória tal e prazer tão repentino
vos deu, como afirmais na Sacra História:

Eu sou, Senhor, Ovelha desgarrada;
cobrai-a; e não queirais, Pastor Divino,
perder na vossa Ovelha a vossa glória.

(Holanda & Ferreira, 1953, I, p. 64)

A sua intuição, porém, não pára aí e encontra no paralelismo de vocábulos portugueses com indigenismos e conotação caricatural adequada para degradar em selvajaria o ideal civilizado que faltava à ancestralidade da pseudofidalguia local:

Um calção de pindoba a meia zorra;
camisa de uruçu; mantéu de Arara;
em lugar de Cotó, Arco e Taquara;
penacho de Guaraz, em vez de Gorra.

(Holanda & Ferreira, 1953, I, p. 72)

Notem-se então os contrastes: calção/pindoba, camisa/uruçu, mantéu/Arara, Cotó/Taquara e (em ordem contrária) Guaraz/Gorra; é o bugre em vez de fidalgo. E daí para uma linguagem nova, culterana a seu modo, pelo exotismo regionalista de vocabulário, era apenas um passo:

Indo à casa dos tatus
Achei um coatimondé
Na cova de um jacaré
Tragando treze teús:
Eis que dois surucucus,
Como dois jaritacacas,
Vi vir atrás de umas pacas,
E se não fora um preá,
Creio que o tamanduá
Não escapara às copiracas. (Peixoto, 1923-1933, VI, p. 200)

Depois disso, para que se compreenda bem o entroncamento de Gregório numa tradição tipicamente brasileira, bastará lembrar que a “questão da língua” tem sido uma constante em nossas letras. Foi ponto capital de dois movimentos, Romantismo e Modernismo,

sendo que neste último decisivo. Mas a sua presença se faz sentir por toda parte, assumindo as mais variadas formas de manifestação. Desde logo poder-se-ia falar de duas tendências opostas e centralizadoras: a tradicionalista, lusófila, atenta aos bons autores (Fr. Luís de Souza e Lucena, Vieira e Bernardes, Herculano e Garrett, Castilho e Camilo), tendendo para o purismo erudito; e a renovadora, que crê num Português do Brasil como não sendo crime e, às vezes, descamba até para a veleidade da “Língua Brasileira”. O mais típico representante da primeira seria um Rui Barbosa; da segunda, um Mário de Andrade. Mas não é só. As duas tendências se mesclam, ora tendendo para um justo equilíbrio, ora assumindo características um tanto inesperadas. Assim, por exemplo, a quase gramatiquice antigramatical de Mário de Andrade não estaria de todo ausente em Alencar, embora mais moderada pela época e por uma formação linguística mais segura no último; e o coimbrão subrepticamente inoculado no indianista cafuzo um dia viria à tona, em Gonçalves Dias, com o pseudomedievalismo das *Sextilhas de Frei Antão*. E enquanto Machado e Graciliano representam um equilíbrio quase completo, policiado mas sóbrio, um dos aspectos mais curiosos que podemos observar, e que valoriza talvez como o único denominador comum para todas as tendências, é um gosto inequívoco para o exotismo (momento léxico), manifesto sob as formas mais diversas. Sem falar em tendências específicas de escola ou corrente, como os indigenismos dos indianistas, os regionalismos dos regionalistas e sertanistas, e mesmo nas experiências simbolistas, há sempre que notar o exotismo terminológico de um Augusto dos Anjos, o preciosismo sinonímico de um Coelho Neto, o gosto requintado da antiguidade fina, na Cecília Meireles, que parafraseia o trovadorismo cortês de Lobeira, no *Lai de Leonoreta*, e evoca o arcadismo no *Cancioneiro da Inconfidência*. Há também o experimentalismo de inquietação picasseana, típica de um Bandeira, que passa por exotismos, regionalismos, preciosismos (*protonotária*), estrangeirismos (*buleversam*), nomes próprios (*Pasárgada*, *Sabonete Araxá*), com incursões no francês e até pelo medievalismo galaico-português; e há ainda a gíria carioca, especialmente no *Marafa*, de Marques Rebelo (com seu pseudônimo de tradicionalismo lusitanizante), a torrente africanista de João Felício dos Santos, em *Ganga Zumba*, e rebuscamento satírico de Jorge Amado mais recente, a curiosa experiência bilíngüe de Vinícius na 5ª elegia, que nada tem a ver, aliás, com o exibicionismo poliglótico de

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Botelho de Oliveira. E mesmo no despojamento aparente de um Drummond de Andrade (de resto, um virtuoso disfarçado em dureza itabirana), ao lado de curiosíssimas experiências, como a dos tecnicismos protéticos em “Dentaduras Duplas” e a dos provincianismos notariais antigos em “Os Bens e o Sangue”, há inclusive a pura construção lexical de “Isso é Aquilo”:

O fácil o fóssil
o míssil o físsil
a arte o infarte
o ocre o canope
a urna o farniente
a foice o fascículo
a lex o judex
o maiô o avô
a ave o mocotó
o só o sambaqui. (Andrade, 1962, p. 91))

Aqui, porém, virá por certo a ressalva de que essa hegemonia da palavra, se assim se pode dizer, não é só brasileira, mas uma tendência notória da moderna poesia; de fato, já o aponta Barthes:

...dans la poésie moderne, les rapports ne sont qu'une extension du mot, c'est le Mot qui est "la demeure", il est implanté comme une origine dans la prosodie des fonctions, entendues mais absentes. Ici les rapports fascinent, c'est le Mot qui neurrit et comble comme le dévoilement soudain d'une vérité; dire que cette vérité est d'ordre poétique, c'est seulement dire que le Mot poétique ne peut jamais être faux parce qu'il est total; il brille d'une liberté infinie et s'apprête à rayonner vers mille rapports incertains et possibles. (Barthes, 1965, p. 44)

Só que isso não impede que ela esteja em nós também, talvez mais forte atualmente, mas sempre nossa, como se pode sentir integralmente em Jorge de Lima:

Não a vaga palavra, corrutela
vã, corrompida folha degradada,
de raiz deformada, abaixo dela,
e de vermes, além, sobre a ramada;

mas, a que é a própria for arrebatada
pela fúria dos ventos: mas aquela
cujo pólen procura a chama iriada,
– flor de fogo a queimar-se como vela:

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Mas aquela dos sopros afligida,
mas ardente, mas lava, mas inferno,
mas céu,mas sempre extremos. Esta sim,

esta é que é a flor das flores mais ardida,
esta veio do início para o eterno,
para a árvore da vida que há em mim. (Lima, 1952, p. 370)

Dez anos antes de Jorge de Lima (este soneto é publicado em 52), já é a mesma busca que vamos encontrar em Drummond, que confessa:

e um sapiente amor
me ensina a fruir
de cada palavra
a essência captada,
o sutil queixume. (Andrade, 1967, p. 12)³³

para recomendar três anos depois:

Penetra surdamente no reino das palavras.
Lá estão os poemas que esperam ser escritos.

(Andrade, 1962a, p. 187)³⁴

Tendência para o exotismo, amor das palavras pelo seu valor intrínseco, é sempre a busca de um puro verbo que traduza a nossa inquietação barroca. É a luta para traduzir em termos de uma auto-afirmação coerente esse difícil jogo de contradições que foi e é a nossa contingência histórica.

É isso talvez que explicará o fato dessas tendências não se limitarem apenas ao âmbito culto e alcançarem também as letras populares, quando não o próprio linguajar comum do povo. Ninguém ignora o preciosismo ingênuo que é tão freqüente em nosso cancioneiro popular, notadamente nas *modinhas e serenatas*. Num conto de denso lirismo, Luís Jardim explora justamente isso: há um personagem que gosta de palavras proparoxítonas; e tal é esse gosto que, quando ele morre, o famoso cantor João Piolho, seu fiel amigo, faz uma serenata junto à meiógua que ele habitara, cantando uma com-

³³ A primeira edição de José, onde aparece o poema citado, "O Lutador", é de 1942, em *Poesias*.

³⁴ O poema citado, "Procura da Poesia", aparece pela primeira vez em 1945, no livro *A Rosa do Povo*.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

posição sua em memória do morto, toda de rimas esdrúxulas e palavras rebuscadas que nem sempre fazem sentido, mas comovem pela sinceridade ingênua (Jardim, 1959, p. 78-93). E num dos quatro prefácios de seu último livro, esse admirável Guimarães Rosa traça uma página soberba sobre a veia neologizante do nosso povo, desde os mais eruditos (Rui, Coelho Neto, Castro Lopes) até o mais bisonho capiau (Cf. Rosa, 1967, p. 64-69).

Tudo isso, é óbvio, está exigindo um estudo exaustivo, que analise o problema até as mais fundas raízes. E é aqui, justamente, que cabe lembrar um outro ângulo, desde o qual se poderá enfocar uma contribuição de Gregório de Matos. Estudado em sua língua e estilo ele vai revelar todo um capítulo importantíssimo de nossa língua literária, aclarando perspectivas, revelando tendências, explicando origens. A língua literária tem isso de peculiar; ela se documenta a si mesma, já nasce com forma e extensão de documento, facilitando o próprio estudo.

É nela que sempre se abeberou a Filologia, fonte da boa Gramática, que, dando a norma reguladora da linguagem culta, representa em última análise algo que influi na língua em geral. Todo autor que se estuda contribui, através desse estudo mesmo, para um melhor conhecimento da língua em que escreveu e, portanto, para uma melhor orientação no seu ensino e difusão.

De qualquer forma, o estudo completo de Gregório de Matos, que está para ser feito, há de trazer inúmeras contribuições sob vários aspectos. Por isso falávamos há pouco na feliz intuição crítica de Araripe, que mesmo encarando o poeta – segundo as perspectivas do tempo – como um contribuinte direto e imediato para a língua, deixa ver bem claro ao longo de suas palavras que o mais importante de tudo era o campo de estudos que a sua obra representa.

É isso justamente que é preciso explorar. Quando hoje nos deslumbramos ante o genial e polimorfo criativismo lingüístico de um Guimarães Rosa, nem sempre lembramos que essa tendência, ainda que absolutamente moderna e sintonizada com as orientações universais de hoje, tem por outro lado raízes profundas na tradição nacional. Por títulos vários não seria absurdo vê-la preludiada, e em certos pontos antecipada na criação de um Sousândrade (Cf. Augusto & Haroldo de Campos, 1964 e Lima, *id. ib.*, p. 235-265). E o solo

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

comum em que todas elas se enraízam é o da nossa tradição literária, que, devidamente compreendida na projeção sintagmática da sua diacronia, deixará ver, nas recorrências do contexto, o papel e a importância do poeta baiano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Antologia poética*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1962a.

———. *José & outros*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1967.

———. *Lição de coisas*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1962.

BARTHES, Roland. *Le Degré Zéro de l'Écriture*. Suivi de "Éléments de Sémiologie". Paris: Gonthier, 1965.

BOWERS, F. *Textual and Literary Criticism*. Cambridge: CUP, 1959.

CAMÕES, Luís de. *Os lusíadas*. Impressos em Lisboa... em casa de Antonio Gõçalvez Impressor, 1572. (Pelicano para a esquerda do leitor); II, p. 34 e 35.

———. *Rhythmas de Luis de Camões...* Em Lisboa. Por Manoel de Lyra, anno de M.D.LXXXXV.

CAMPOS, Augusto de & CAMPOS, Haroldo de. *Revisão de Sousândrade*. São Paulo: Invenção, 1964.

CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1965.

CASTILHO, A. F. *Fausto*. 3ª ed. São Paulo: Teixeira, [s.d.].

COSERIU, Eugenio. Structure lexicale et enseignement du vocabulaire. **In:** ——. *Les Théories linguistiques et leurs applications*. Nancy: Aidela, 1967.

COUTINHO, Afrânio. *Aspectos da Literatura Barroca*. Rio de Janeiro, 1950. (Tese de concurso).

———. *Introdução à Literatura Brasileira*. 2ª ed. Rio de Janeiro: São José, 1964.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

DIAS, Epiphânio. *Os lusíadas de Luís de Camões*. 2ª ed. melh. Porto, 1916-1918, 2 vols.

FÓNAGY, Ivan. Le langage poétique: forme et fonction. **In:** —. *Problèmes du langage*. Paris: Gallimard, 1966 (Coll. Diogène).

HJELMSLEV, Louis. *Lelanguage*. Traduit du danois par Michel Olsen. Paris: Éditions Minuit, 1966.

HOLANDA, Sérgio Buarque de; FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Antologia dos poetas brasileiros da fase colonial*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1953.

HOUAISS, Antônio. A tradição de Gregório de Matos. **In:** *Primeiro Simpósio de Língua e Literatura Portuguesa* (Faculdade de Filosofia e Letras da UEG). Rio de Janeiro: Gernasa, 1967, p. 27-33.

JAKOBSON, Noam. *Essais de linguistique générale*. Trad. par. N. Ruwet. Paris: Minuit, 1963.

JARDIM, Luís. *Maria perigosa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1959.

LIMA, Jorge de. *Invenção de Orfeu*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1952.

LIMA, Luís Costa. O campo visual de uma experiência antecipadora. **In:** CAMPOS, 1964, p. 235-265.

MACHADO, José Pedro. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Confluência, 1952-1956.

NASCENTES, Antenor *Dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1961-1967.

NOBRE, Antônio. *Só*. Lisboa: Guillard, Aillaud & Cia., 1898.

PEIXOTO, Afrânio. *Obras de Gregório de Mattos*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1923-1933, 6. vols.

PEREIRA FILHO, Emmanuel. *Estudos de crítica textual*. Rio de Janeiro: Gernasa, 1972.

RIBEIRO, João. *O fabordão*. Rio-Paris, 1910.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ROSA, J. Guimarães. *Primeiras estórias*. Rio Janeiro: José Olímpio, 1962.

———. *Tutaméia – Terceiras estórias*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1967.

SAPIR, Edward. *A linguagem*. Trad. de J. Mattoso Câmara Jr. Rio de Janeiro: INL, 1954.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Cours de linguistique générale*. Paris: Payot, 1955.

SPINA, Segismundo. Gregório de Matos. **In:** COUTINHO, Afrânio (Dir). *A literatura no Brasil*. Com a assistência de Eugênio Gomes e Barreto Filho. Rio de Janeiro, 1956-1959, 2 vol.

**PERSPECTIVAS DA PESQUISA ATUAL
DO PORTUGUÊS DO BRASIL**

Marcelo Módolo (USP)

DIETRICH, W., NOLL, V. (Orgs.) *O português do Brasil: perspectivas da pesquisa atual*. Vol. 1, Iberoamericana/ Vervuert: Madrid/ Frankfurt am Main, 2004, 260 p. (Col. Linguística luso-brasileira) ISBN 84-8489-141-0 (Iberoamericana), ISBN 3-386527-109-X (Vervuert)

O português do Brasil: perspectivas da pesquisa atual reúne treze palestras apresentadas em um Colóquio Internacional do Centro Latinoamericano da Universidade de Münster/ Alemanha, realizado nos dias 13 a 18 de janeiro de 2003. Das grandes linhas de pesquisa do português brasileiro, o colóquio representou: I) História da Língua, três textos; II) Geolingüística, três textos; III) Contatos Lingüísticos, quatro textos e IV) Norma e Uso, três textos.

A seção de História da Língua, composta por textos de Volker Noll (Westfälischen Wilhelms-Universität Münster); Heitor Megale/ Sílvio de Almeida Toledo Neto (ambos da Universidade de São Paulo) e Uli Reich (Universität zu Köln), enfatiza a importância das fontes e da perspectiva regional nos estudos sobre a formação do português brasileiro.

Mais pormenorizadamente, nessa seção, Noll em “A formação do português do Brasil” resume alguns pontos basilares que se referem à história do PB, como: a língua geral e o português, o problema da crioulização, as fontes manuscritas, a história interna da língua, lingüística sincrônica e lingüística diacrônica, enfatizando a necessidade da interação desses dois níveis de análise, para melhor se compreender o PB, e história da língua e atualidade. Já em “Traços de língua antiga conservados nas trilhas das Bandeiras”, Megale e Toledo Neto descrevem o Projeto Filologia Bandeirante e apresentam trechos dos *corpora* recolhidos nas trilhas das bandeiras paulistas de fins do século XVII e ao longo do século XVIII. Há perfis dos entrevistados e trechos de entrevistas de moradores dos Estados de

São Paulo (Taubaté), de Minas Gerais (Paracatu), Goiás (Catalão) e Mato Grosso (Baixada Cuiabana); também material escrito colhido em algumas localidades, que deve funcionar como contraponto para essas gravações. No final desse texto, os autores incluem uma breve comparação entre fenômenos fonéticos do português arcaico e o português gravado/ escrito coletado pelos pesquisadores desse Projeto. Reich, por sua vez, em “Contatos e naturalidade³⁵”, depois de tecer considerações significativas sobre a questão da “naturalidade” em lingüística, discute igualmente três características do português brasileiro: i) Consistência: pronomes sem caso morfológico, ii) Isomorfia: obrigatoriedade de pronomes sujeitos e iii) Dissimilações: vogais estáveis e sílabas salientes. Essas formam, segundo o autor, “a cara saliente do Português Brasileiro entre as línguas românicas”.

A Geolingüística, segunda seção, apresenta os atlas lingüísticos regionais e o grande projeto do “Atlas Lingüístico do Brasil”, com textos de Maria do Socorro Silva de Aragão (Universidade Federal do Ceará), Suzana Cardoso (Universidade Federal da Bahia) e Maria Elias Soares (Universidade Federal do Ceará).

Em seu artigo, *As pesquisas geolingüísticas do português do Brasil*, Aragão apresenta um histórico das pesquisas geolingüísticas feitas no Brasil, os atlas lingüísticos já elaborados [Bahia, Minas Gerais, Paraíba, Sergipe (2 atlas), Paraná, Região Sul do Brasil (PR, SC e RS)]; os atlas lingüísticos em realização (Ceará, São Paulo, Rio de Janeiro, Acre, Mato Grosso do Sul, Pará, Amazonas) e os atlas lingüísticos projetados (Rio Grande do Norte, Maranhão, Mato Grosso). Já em “Projeto Atlas Lingüístico do Brasil”, Cardoso apresenta em detalhes o projeto para a construção de um “Atlas Lingüístico do Brasil”, coordenado por um comitê nacional que reúne representação de seis universidades brasileiras (UFBA, UFMS, UFPB, UFJF, UEL e UFRGS), tendo a autora desse trabalho como diretora-presidente do comitê. Soares, por seu turno, apresenta uma breve notícia sobre pesquisas relativas ao português do Ceará e um relato mais demorado sobre “O português não padrão do Ceará”, projeto coordenado pela autora. Ela destaca o trabalho de filólogos e lingüistas, que já tra-

³⁵ “Naturalidade” neste contexto refere-se à “Teoria da Naturalidade”, como já a propuseram alguns lingüistas, entre eles Donegan/ Stampe 1979; Dressler 1984, 1985; Dressler et al. 1987.

balharam com o português cearense, dentre eles, Elizabeth Helen Mckinney Jeroslow, Hamilton Cavalcante de Andrade e José Rebouças Macambira. Dão-se notícias também sobre o Projeto ALECE (Atlas Lingüístico do Ceará), o Projeto DSC (Dialeto Sociais Cearenses), o Projeto Porcufort (Português Culto de Fortaleza). A pesquisadora faz, ainda, um relato minucioso de produção científica já elaborada a partir de alguns desses materiais.

Já os trabalhos sobre os Contatos Lingüísticos contemporâneos levam em conta os aspectos da imigração, da emigração e das relações fronteiriças no sul do Brasil, com textos de Joachim Born (Friedrich-Schiller-Universität Jena), Wolf Dietrich (Westfälischen Wilhelms-Universität Münster), Haralambos Symeonidis (Westfälischen Wilhelms-Universität Münster) e Harald Thun (Albrechts Universität zu Kiel), em “O *environnement linguistique* nos estados do sul do Brasil: a penetração do português pelo alemão, o italiano e outros idiomas”, utiliza-se da noção de entorno lingüístico de Louis-Jean Calvet para analisar a contribuição das línguas alemã e italiana no léxico do português brasileiro. Há uma tentativa de se definir representações aloglotas alemãs ou italianas em uma série de onze quadros, que tratam de estabelecimentos comerciais, gastronomia e nome de vinhos. Já em “Os brasiguaios no Brasil: aspectos fonéticos e gramaticais”, Dietrich lança algumas hipóteses sobre o português falado pelos brasiguaios, baseadas nos dados recolhidos pelo Atlas Lingüístico Guarani-Românico (ALGR) no Brasil, que, por sua vez, baseia-se em coleção de dados coletados no oeste do estado do Paraná e no Mato Grosso do Sul, em agosto e setembro de 1998. No terceiro artigo, “Os brasiguaios no Brasil: o uso das preposições com o verbo *ir*”, Symeonidis apresenta o uso de preposições *em* e *a* com o verbo *ir* em Mato Grosso do Sul, em duas estruturas distintas: com o nome de uma cidade e com a palavra *casa*. Segundo o autor, “A influência do guarani sobre o português, pelo menos nesta região, no uso de preposições *em* e *a* é óbvia”. Finalmente, Thun, em “O comportamento lingüístico dos brasiguaios no Paraguai visto a partir do material do *Atlas Lingüístico Guarani-Românico (ALGR)*”, trata de aspectos históricos, demográficos e jurídicos, metalingüísticos e lingüísticos sobre o contato entre brasileiros e paraguaios na região fronteiriça do Sul do Brasil.

A última seção, “Norma e Uso”, trata da gramaticalização, da

variação e de certos contínuos (sociolingüísticos) que aparecem na língua portuguesa do Brasil. Há textos de Stella Maris Bortoni-Ricardo (Universidade de Brasília), Ataliba Teixeira de Castilho (Universidade de São Paulo) e Maria Marta Pereira Scherre (Universidade de Brasília). Bortoni-Ricardo, em “Revisitando os contínuos de urbanização, letramento e monitoração estilística na análise do português do Brasil”, utiliza-se de três *continua*: o rural-urbano, o de oralidade-letramento e o de monitoração estilística na caracterização do perfil sociolingüístico de brasileiros. Em seguida, faz a análise de um falante — o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva — dentro desse quadro teórico. Já Castilho, em “Reflexões sobre a teoria da gramaticalização: contribuição ao debate sobre a teoria da gramaticalização no contexto do PHPB”, aborda basicamente três questões: (1) “Complicações teóricas nos trabalhos sobre gramaticalização”, resumindo as três fases pelas quais esses estudos passaram, isto é, gramaticalização entendida como i) do léxico para a gramática, ii) do discurso para a gramática e iii) da semântica para a gramática. Em (2), “Esboço de uma teoria multissistêmica da língua”, o lingüista delinea uma teoria dinâmica e multissistêmica da língua, que examina a gramaticalização como um dos processos de criação lingüística, ao lado da lexicalização, da discursivização e da semantização. Para o autor, esses quatro processos de criação lingüística são independentes uns de outros, não sendo postuláveis implícita ou explicitamente regras de determinação entre eles. O ponto central desta proposta é que o léxico é governado por um dispositivo sociocognitivo de caráter pré-verbal, por intermédio do qual o falante ativa, reativa e desativa as propriedades lexicais, dando origem às categorias discursivas, semânticas e gramaticais. Finalmente em (3) “Lexicalização, semantização, discursivização e gramaticalização da palavra *vez*”, o pesquisador analisa o item *vez*, sob o ângulo da Teoria Multissistêmica. Terminando o volume, Scherre, em “Norma e uso — o imperativo no português brasileiro”, discute a expressão variável do imperativo gramatical no português brasileiro no que diz respeito às formas contemporaneamente associadas ao modo indicativo (“É agora, Tônico, *faz* o Gol!”) ou ao modo subjuntivo (“*Faça* essa bola se mexer AGORA!”). Mais detidamente, a lingüista reflete “sobre a relação entre norma e uso no português brasileiro para o imperativo singular tipo *faz ~faça, dá~dê*, à luz do fato de que estas formas alternativas ocorrem no contexto discursivo do pronome você, em enunciados

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

afirmativos e negativos de diálogos da fala e da escrita”. Nesse trabalho, a autora “apresenta resultados estatísticos de variáveis linguísticas que entram em jogo na escolha destas duas variantes”.

Como se observa pelo conteúdo dos treze artigos, trata-se de obra eclética, que vem bem ao propósito da *Coleção Lingüística luso-brasileira*, que tem como objetivo “fomentar uma visão da diversidade na unidade da Língua Portuguesa.

PERIFERIAS OU A VIAGEM DA LÍNGUA

Adelto Gonçalves (USP)
adelto@unisanta.br

**QUIROGA, Carlos. *Periferias*. Vinhedo (SP):
Horizonte, 2006, 111 p.**

editora@editorahorizonte.com.br

Em Portugal tem havido, por séculos, um silêncio temeroso e cúmplice em relação à Galiza. E tudo isso, compreende-se, foi ditado pelo receio que Portugal independente sempre sentiu em relação às intenções (e ao paralisante poder) de Castela. Como se sabe, em princípios do século XVI, Castela liquidou numa última batalha, na região do Lugo, as derradeiras resistências galegas.

Por muitos anos, chefes políticos galegos derrotados optaram pelo exílio em Portugal, inconformados com a sujeição de sua pátria aos reinos de Castela e Aragão. Um desses exilados foi avô paterno de um poeta que, hoje, tem o seu nome ligado indissociavelmente à Língua Portuguesa: Luís Vaz de Camões (1524-1525?/1580). Se as circunstâncias políticas fossem outras, com certeza, Camões também seria reverenciado como o maior poeta da língua galega, ao lado de Rosalía de Castro (1837-1885).

Ao contrário de outras línguas que desapareceram, a galaico-portuguesa na Galiza dobrou-se, mas não morreu, embora massacrada pelo dominador castelhano desde o século XVI e, especialmente, durante a ditadura do galego traidor Francisco Franco, que não só proibiu que fosse ensinada nas escolas como falada nas ruas, nos lares e até mesmo nas homílias nas igrejas. Nada disso deu resultado. Porque o galego, na democracia implantada hoje na Espanha em que algumas regiões continuam a mandar e outras a obedecer, ressurge cada vez mais forte.

Um exemplo marcante disso é o livro *Periferias*, do galego Carlos Quiroga, que, publicado em Santiago de Compostela em 1999, sai agora em edição brasileira, antes mesmo de conhecido em Portugal. *Periferias* é um “romance” — assim mesmo, entre aspas —

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

que está dividido em três partes independentes, mas que se relacionam entre si, na medida em que estão imersas no mundo galego e lusófono. Como observa na apresentação que fez para este livro o escritor Luiz Ruffato, autor de *Mamma, son tanto felice* e *Eles eram muitos cavalos*, constitui uma viagem pelos subúrbios da história humana, “que é também um passeio pelas reentrâncias da alma”.

A primeira parte de *Periferias* é um relato datado de 1499 de um negro levado das terras de Manicongo para Lisboa para ser exibido na corte, ditadas a um criador chamado Baltazar. Num texto elevado de expressões quinhentistas, o narrador narra as aventuras dos portugueses na África e suas conseqüências na vida do escravo anônimo.

Na segunda parte, 500 anos mais tarde, um estudante galego percorre a rota de Santiago de Compostela a Lisboa em cima de uma motocicleta em busca de um ideal indefinido. A terceira parte avança até 2099 e é constituída pelo relato da bisneta deste estudante que, como ficamos sabendo, é o autor do primeiro relato. Brasileira, mas nascida nos Estados Unidos, essa estudante sai em busca da língua de seus ancestrais, que estiveram também na África. E essa língua-mãe é a galaico-portuguesa.

As três partes de *Periferias* narram três viagens diferentes em tempos diversos que têm como ponto de chegada Lisboa, mas que partem de locais bem distintos: do Congo, da Galiza e de uma América do Norte imaginada ao final do século XXI. Os três relatos podem ser lidos isoladamente, mas, unidos, complementam-se no sentido de que a viagem metafórica que contam é a da língua nascida nas terras da Galiza cuja sobrevivência hoje depende muito mais do Brasil com seus 180 milhões de habitantes.

Carlos Quiroga, 45 anos, nascido em Vilazante, é professor de Literaturas Lusófonas na Universidade de Santiago. Além de *Periferias*, que ganhou sua primeira edição pela Laiovento Edicións, de Santiago de Compostela, em 1999, e teve segunda edição (edição de livro virtual) pela RBL Editora, do Rio de Janeiro, em 2000, já publicou *G.O.N.G* (poesia e fotografia, 1999), *A Espera Crepuscular* (fotografia, poesia e narrativa, 2002), *O Castelo da Lagoa de Antela* (teatro, 2004) e *O Regresso a Arder* (fotografia, poesia, narrativa, 2005).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Com *Periferias*, obteve o Prêmio Carvalho Calero, distinção que acaba de ganhar novamente com a narrativa *Inxalá*, editada em 2006. Fundador de várias revistas, atualmente é diretor e criador da *Agália – Revista de Ciências Sociais e Humanidades*, da Associação Galega de Língua. É autor de traduções, ensaios e trabalhos de investigação, tendo participado de vários congressos e seminários acadêmicos.

Um desses trabalhos, “Lexicometria e Vocabulário”, está incluído em *Pessoa Ortónimo e Heterónimo*, de 1995, prêmio extraordinário de doutoramento. Foi bolsista da Fundação Calouste Gulbenkian, da Università Italiana per Stranieri e do antigo Icalp, atual Instituto Camões.

Colabora com frequência na imprensa galega e portuguesa, escrevendo sobre literatura e lusofonia. Como em *Periferias*, em seus textos para os jornais, procura aproximar a realidade cultural galega de Portugal, contestando a absorção de espanholismos pela língua galega em razão dos anos em que o seu idioma esteve subjugado por Castela.

Continua a defender a liberdade e o final da censura promovida por aqueles setores comprometidos com os interesses político-econômicos de Madri, apesar das últimas mudanças políticas que permitiram ao galego pelo menos recuperar sua auto-estima.

Essa liberdade, obviamente, só será completa quando a Galiza puder se filiar como nação independente à Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), integrando-se ao mundo lusófono de mais de 200 milhões de pessoas, já que os galegos continuam a ser portugueses que ficaram além do Minho como os portugueses são galegos que ficaram do lado de cá.

**O ESTRUTURALISMO
NA DESCRIÇÃO GRAMATICAL DO PORTUGUÊS**

José Pereira da Silva (UERJ)

**AZEVEDO FILHO, Leodegário A. de. Descrição e funcionamento da língua portuguesa³⁶.
Rio de Janeiro: H. P. Comunicação, 2004.**

editoraagoradailha@terra.com.br

Seria demasiada pretensão, começar uma resenha dessa obra do Professor Leodegário sem citar o que sobre ele escreveu Antônio Houaiss na “Apresentação” do primeiro volume da *Lírica de Camões*:

O primeiro dever prefacial é considerar a personalidade autoral de Leodegário A. de Azevedo – ressaltando-lhe as luzes não consuetudinárias. Nele – como em poucas figuras do magistério superior e em particular do brasileiro – há efetivamente um jogo de heteroprosopia – de diferentes faces ou pessoas – que conflui para a sua formação personalíssima: o professor, dedicado ao seu magistério, não atrofiou o pesquisador, dedicado às suas buscas e indagações, não impediu o simposiarca de promover – ou participar de – encontros, colóquios, congressos e afins, nem (sem esgotar) absorveu o autor. Sobre esta última feição, cabe, àqueles que não o tenham acompanhado desde 1953, ver relações das suas obras, que se estampa nas partes finais deste volume. O que não se diz aí é que, para elaborá-las, todo um *curriculum vitae* e todo um *cursus honorum* foi cumprido com devotamento, fazendo de sua carreira um exemplo continuado de merecida ascensão – para os discípulos, pela constância do seu magistério, para todos os outros capazes ou desejosos de acederem ao universo de suas cogitações, pela qualidade de seus trabalhos, expressão, é óbvio, das direções e aprofundamentos de suas pesquisas.

Nutro a esperança de que em algum lugar dos oito volumes da *Lírica de Camões* tenhamos ter espaço em que se dêem pormenores biográficos, bibliográficos e singramatográficos do autor, de modo que a omis-

³⁶ Duas tiragens anteriores dessa obra saíram em 1971 e 1975 pelas Edições Gemasa e Novacultura Editora, sendo a segunda identificada como 2ª edição (com 185 pág.). Essas edições ainda são indicadas em ementas de cursos de Letras, como se pode ver na Universidade Federal do Pará, Universidade Estadual de Maringá e Universidad de Santiago de Compostela e em concursos públicos para docentes de Língua Portuguesa, como foram os da Universidade Federal do Pará, entre outros.

são em que incorro aqui e agora venha a poder ser subsanada. (Cf. Houais, 1985, p. 13-14, *apud* Azevedo Filho, 2004, orelhas).

Foi Saussure (1916) quem lançou as bases da renovação metodológica dos estudos lingüísticos, de tal forma que a própria lingüística pode ser dicotomicamente dividida em anterior e posterior a Saussure. Em função das dicotomias saussurianas surgiram várias escolas e teorias lingüísticas. Distinguindo a *língua* da *fala*, ficou fácil perceber que a linguagem envolve os dois planos na bipolaridade que define o método estrutural: a língua (código abstrato de sinais) e a fala ou discurso (realização concreta desse código). Entre esse código e a mensagem transmitida através dele, lembra Leodegário, introduziu-se o conceito de norma (Cf. Coseriu, 1952), tornando-se evidente que, se o ato concreto da *fala* precede a *língua*, o sistema lingüístico só pode ser apreendido na *fala* ou *discurso*. (Cf. p. 31).

Já no “Prólogo”, analisando a evolução do verbo “comer”, Leodegário conclui: “A compreensão total dos fatos lingüísticos, portanto, reclama sempre³⁷ uma visão pancrônica, não raro divergindo a verdade sincrônica da verdade diacrônica” (p. 32).

Sintetizando a exposição sobre a terceira importante dicotomia saussuriana (significante/significado), conclui:

Assim, as categorias gramaticais de uma língua (modo, tempo, pessoa, número, aspecto, gênero, etc.) se realizam através de morfemas, representando uma estrutura fechada de elementos em cada sistema lingüístico. Os lexemas [ou semantemas], por seu turno, formam uma estrutura aberta (p. 32-33).

Analisando morficamente o vocábulo *cantávamos* [/kãt/, /ã/, /va/ /mus/] e foneticamente as palavras *pala* e *bala*, o autor demonstra a validade e a importância do método estruturalista para a descrição lingüística (p. 33-34).

Por fim, considerando que o “significado lingüístico representa uma estrutura aberta”, relaciona alguns autores europeus que devem ser lidos pelos interessados no tema, destacando a importância de cada um, chamando a atenção para o fato de que, nos Estados Unidos da América, os discípulos de Sapir e Bloomfield se extre-

³⁷ Acredito que este “sempre” seja um exagero, pois a maioria dos fatos poderá ser explicada por uma ou por outra visão (sincrônica ou diacrônica) independentemente uma da outra.

mam, metodologicamente:

Os lingüistas que seguem o pensamento de Sapir, não apenas se preocupam com estudos semânticos, mas também incluem a língua literária no âmbito da lingüística. Ao contrário, os que seguem o mecanicismo de Bloomfield, além de excluírem a Semântica do setor lingüístico, não revelam qualquer interesse pelos problemas relacionados com a língua literária, considerada um produto artificial para eles, que assim se limitam ao estudo da língua falada (p. 35).

Depois de Mattoso Câmara e de Sílvia Elia, destaca o autor, “são numerosos os que se dedicam aos estudos lingüísticos em bases estruturais”, aplicando o método no ensino da língua, “inclusive na escola de grau médio”.

Na presente edição, além de numerosas e naturais atualizações metodológicas e bibliográficas em relação ao livro de 1971 (afinal de contas, já lá se vão quase 40 anos!...), houve algumas alterações na estrutura do trabalho original. Por isto achamos útil apresentar aqui uma síntese do seu conteúdo, conforme consta de seu sumário:

ANTELÓQUIO: J. Mattoso Câmara Jr. e a sistematização da Lingüística moderna no Brasil (desenvolvido com base no último capítulo da edição de 1971).....	11
PRÓLOGO	31
INTRODUÇÃO: LINGUAGEM: LÍNGUA E FALA (DISCURSO)	37
1. O PORTUGUÊS DO BRASIL: Transplante da língua portuguesa para o Brasil; Unificação e diferenciação do português do Brasil; Tendências da língua popular; Conclusão	39
2. SISTEMA FONOLÓGICO (com base no capítulo “Estruturalismo e fonologia”): Introdução; Fundamentos da análise lingüística; Diferença entre Fonética e Fonologia; Traços fônicos pertinentes e não pertinentes. O problema das variantes; O aparelho vocal e a produção dos fonemas; O sistema de vogais; Os triângulos vocálicos; Sistema de consoantes; Encontros vocálicos; Encontros consonantais; Sílabas; Tonicidade e atonicidade; Análise fonológica; Estrutura melódica da frase. Fenômenos de entoação; Colocação dos pronomes átonos na frase (pequena anotação) ..	51
3. SISTEMA MORFOLÓGICO: Introdução; Morfemas; Categorias gramaticais; Estrutura e formação das palavras; Classificação e flexão das palavras; Nome; Pronome; Verbo; Advérbio; Preposição; Conjunção; Interjeição ..	85
4. SISTEMA SINTÁTICO: Introdução; Parataxe e hipotaxe; Seqüência e sintagma periodológico; Sintagmas oracionais; Termos básicos do sintagma oracional; Termos integrantes do sintagma oracional; Classificação dos	

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

sintagmas oracionais; Concordância, regência e colocação.....	125
5. SEMÂNTICA: Introdução; A Noologia; Conclusão.....	143
6. GEOGRAFIA DIALETAL	185
7. MODELOS DE DESCRIÇÃO DA LINGUAGEM: Introdução; Modelos norte-americanos; O modelo de Karcevski e a teoria de Hockett; Conclusão	193
8. SOBRE O ESPAÇO DA NOVA LUSITÂNIA [Capítulo novo] ³⁸	209
PRINCIPAIS OBRAS DO AUTOR	219

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SAUSSURE, Ferdinand de. *Cours de Linguistique Générale*. Paris: Payot, 1916.

COSERIU, Eugenio. *Sistema, Norma y Habla*. Montivideo, 1952.

HOUAISS, Antônio. Apresentação. **In:** AZEVEDO FILHO, Leodegário A. de. *Lirica de Camões*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, p. 13-22.

³⁸ Capítulo correspondente ao "texto de agradecimento ao Governo Português, por ter o Autor recebido a Comenda da Ordem do Mérito", em que defende a unidade da lusofonia, ressaltando, naturalmente as variedades, declarando (à página 210): "E felizes são as línguas, como a nossa, que, em sua riqueza, flexibilidade e adaptabilidade, se mantêm iguais a si mesmas, a despeito de qualquer variedade de norma ou de uso que se possa detectar no vasto mundo lusófono".